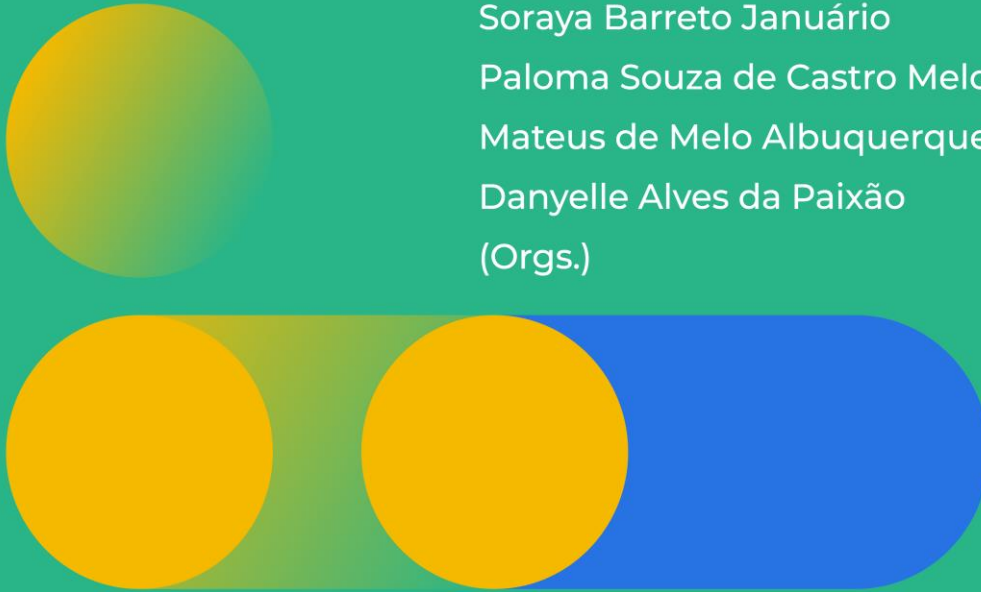




Soraya Barreto Januário
Paloma Souza de Castro Melo
Mateus de Melo Albuquerque
Danyelle Alves da Paixão
(Orgs.)

GÊNERO, MÍDIA E ESPORTES



O que os feminismos têm a dizer
sobre as práticas, o consumo
e as vivências esportivas



Fegcecap
Núcleo de Estudos Críticos de Feminismos,
Gênero, Consumo e Capitalismo

Kattleya
EDITORA

**Gênero, Mídia e Esportes:
o que os feminismos têm a
dizer sobre as práticas, o
consumo e as vivências
esportivas**

DIREÇÃO EDITORIAL: Luciele Vieira da Silva

DIAGRAMAÇÃO: Bruna Natalia de Freitas

DESIGNER DE CAPA: Mateus Albuquerque

O conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor, incluindo o padrão textual, o sistema de citação e referências bibliográficas.



Todos os livros publicados pela Editora Kattleya estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2022 Editora Kattleya

Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05

Antares, Maceió - AL, 57048-230

www.editorakattleya.com

editorakattleya@gmail.com

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

G326

Gênero, mídia e esportes: o que os feminismos têm a dizer sobre as práticas, o consumo e as vivências esportivas / Organização de Soraya Maria Bernardino Barreto Januário, Paloma Souza de Castro Melo, Mateus de Melo Albuquerque, et al. – Maceió-AL: Kattleya, 2024.

Outra organizadora: Danyelle Alves da Paixão

Livro em PDF

ISBN 978-65-983304-2-2

1. Identidade de gênero. 2. Esporte. 3. Feminismo. I. Januário, Soraya Maria Bernardino Barreto (Organizadora). II. Melo, Paloma Souza de Castro (Organizadora). III. Albuquerque, Mateus de Melo (Organizador). IV. Título.

CDD 305.31

Índice para catálogo sistemático

I. Identidade de gênero

SORAYA MARIA BERNARDINO BARRETO JANUÁRIO
PALOMA SOUZA DE CASTRO MELO
MATEUS DE MELO ALBUQUERQUE
DANYELLE ALVES DA PAIXÃO
(ORGANIZAÇÃO)

Gênero, Mídia e Esportes: o que os feminismos têm a dizer sobre as práticas, o consumo e as vivências esportivas



Fegeccap

Núcleo de Estudos Críticos de Feminismos,
Gênero, Consumo e Capitalismo

Kattleya
EDITORA

Maceió-AL / 2024

Direção Editorial

Luciele Vieira da Silva

Comitê Científico Editorial

Dr. Edson Hely Silva

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Brasil)

Dra. Adlene Silva Arantes

Livre Docente pela Universidade de Pernambuco - UPE (Brasil)

Dr. Augusto César Acioly Paz Silva

Universidade Federal de Pernambuco | UFPE (Brasil)

Dr. João Paulino da Silva Neto

Universidade Federal de Roraima | UFRR (Brasil)

Dra. Ana Maria de Barros

Universidade Federal de Pernambuco, Campus do Agreste da UFPE | (Brasil)

Dra. Ana Maria Tavares Duarte

Universidade Federal de Pernambuco, Campus do Agreste da UFPE | (Brasil)

Dra. Tânia Maria Goretti Donato Bazante

Universidade Federal de Pernambuco, Campus do Agreste da UFPE | (Brasil)

Dra. Kalline Flávia Silva de Lira

Universidade Federal do Vale do São Francisco UNIVASF | (Brasil)

Prof. Me. Laudemiro Ramos Torres Neto

Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)

Prof. Denivan Costa de Lima

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr. José Luís Romero Hernández

Universidade Nacional Autônomo do México | UNAM (México)

Me. Ruth Nitzia Botello Ortiz

Instituto Politécnico Nacional | IPN (México)

Conselho Editorial

Silvana Goellner

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | (UFRGS) (Brasil)

Ana Carolina Vimieiro

Universidade Federal de Minas Gerais | (UFMG) (Brasil)

Jorge Dorfman Knijnik

(Western Sydney University, Austrália)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Organizadores..... 09

CAPÍTULO 1

E eu não sou uma mulher? Uma análise sobre a invisibilidade de mulheres negras no jornalismo esportivo

Rafaela Cristina de Souza..... 13

CAPÍTULO 2

Das quadras às ruas: O esporte como palco da revolução antirracista

Gianluca Florenzano..... 35

CAPÍTULO 3

Mídia Esportiva e Racismo: representações e discursos racistas na cobertura futebolística

Vinícius Lucena de Oliveira

Soraya Barreto Januário..... 55

CAPÍTULO 4

A diva pop no futebol americano: Relações performáticas entre gênero, esporte e música no Super Bowl

Eduardo Rodrigues

Paloma de Castro..... 77

CAPÍTULO 5

Questões de preferência: o discurso da mídia sobre declarações de um veterano da narração sobre vozes de narradoras esportivas

Alini Silva Peixoto

Marcelo Victor da Rosa..... 99

CAPÍTULO 6

Gênero e futebol feminino: análise dos discursos de pessoas envolvidas numa competição escolar

Lígia Luís de Freitas..... 121

CAPÍTULO 7

Mais do que “Fadinha do skate”: construções discursivas de Rayssa Leal nas peças publicitárias de Nescau e Banco do Brasil

Monique de Souza Sant’Anna Fogliatto..... 142

CAPÍTULO 8

Ça Va SporTV: as mulheres no contexto da produção televisiva no Brasil

Thais May Carvalho

Luciano Victor Barros Maluly..... 162

CAPÍTULO 9

Representações sobre gravidez e maternidade de Isabel Salgado na mídia brasileira dos anos 1980

Raquel Simas..... 161

CAPÍTULO 10

A constituição sociocultural da comunidade enxadrística de mulheres no Brasil: recorte dos eixos de análise relativos à dedicação enquanto ofício e área de atuação profissional desta população

Liziane Nathália Vicenzi

Jéssica dos Anjos Januário

Taís Sandrim Julião

Isabela Ribeiro Ferreira..... 204

APRESENTAÇÃO

Vivemos em uma era na qual as narrativas esportivas transcendem os limites das arenas e dos campos do esporte, sendo amplamente moldadas, legitimadas e disseminadas pela mídia e pela sociedade. Todavia, estas narrativas frequentemente carregam consigo profundas implicações de gênero e suas interseccionalidades, refletindo e/ou reforçando estereótipos que podem afetar a percepção e a participação de diferentes grupos sociais nos esportes.

O livro **Gênero, Mídia e Esportes: o que os feminismos têm a dizer sobre as práticas, o consumo e as vivências esportivas** é uma obra que se propõe a examinar criticamente as interseções entre estas três esferas fundamentais da sociedade contemporânea. Através de uma análise multidisciplinar, o livro explora como a mídia esportiva retrata atletas, profissionais e pessoas envolvidas no ambiente esportivo, de diferentes gêneros, raças, ciclo de vida e geografias. Buscando compreender como essas representações influenciam a percepção pública e como elas impactam a equidade de gênero no esporte.

O livro está dividido em dez capítulos que estão subdivididos em três seções. A primeira chamada **Esportes, Raça e Mídia**, é contemplada por três artigos. O primeiro capítulo intitulado “E eu não sou uma mulher? Uma análise sobre a invisibilidade de mulheres negras no jornalismo esportivo”, da pesquisadora Rafaela Cristina de Souza, trata da análise de textos produzidos por jornalistas negras e busca entender, a partir de uma perspectiva que dialoga com o pensamento feminista negro, se e como mulheres negras refletem sobre a invisibilidade de jornalistas negras dentro da editoria de esportes no Brasil. O segundo texto, “Das quadras às ruas: O esporte como palco da revolução antirracista”, de Gianluca Florenzano, tem como ponto de partida o episódio da morte de George Floyd e se encerra com a realização do julgamento do policial responsável pela sua morte, Derek Chauvin, em abril de 2021, tem como objetivo reconstituir, a partir dos dados coletados nos jornais *The New York Times*, *Folha de S. Paulo* e

no site *Globo Esporte (GE)*, o contexto político-social dos Estados Unidos e do Brasil e analisa as mobilizações de combate à discriminação racial realizadas pelas atletas no esporte de ambos os países. Já o terceiro capítulo “Mídia Esportiva e Racismo: representações e discursos racistas na cobertura futebolística”, de Vinícius Lucena e Soraya Barreto Januário, observam a reprodução de discursos atravessados por violências étnico-raciais e de gênero no âmbito da comunicação esportiva. Através de um estudo de casos envolvendo atores ligados à mídia futebolística brasileira e de uma revisão bibliográfica, o texto propõe uma reflexão acerca dos impactos causados por esses discursos e dos motivos pelos quais tais violências são recorrentes no campo da imprensa especializada.

A segunda seção intitulada **Performance, discurso e representação das mulheres nos futebolis**, conta com mais três artigos, sendo o primeiro “A diva pop no futebol americano: relações performáticas entre gênero, esporte e música no *Super Bowl*”. O texto de Eduardo Rodrigues e Paloma de Castro analisa as práticas performáticas de divas pop no *Halftime Show*, vulgo o show do intervalo do *Super Bowl*; um megaevento que sedia a partida final da *National Football League* (NFL) nos Estados Unidos. Os autores partem dos estudos acerca de performances midiáticas e de gênero para questionar a ambivalência do *Super Bowl* enquanto um espaço que mistura esporte e música na fomentação do seu caráter espetacular. O segundo capítulo da seção é de Alini Peixoto e Marcelo Rosa, “Questões de preferência: o discurso da mídia sobre declarações de um veterano da narração sobre vozes de narradoras esportivas”. Observa como a conquista das mulheres em espaços do jornalismo esportivo, que no caso do artigo foca na narração de jogos de futebol. Os autores buscam analisar o discurso de notícias veiculadas em meio digital sobre narrações de mulheres, partindo da perspectiva dos Estudos Culturais, das relações de gênero e dos conceitos foucaultianos de discurso, problematização e relações de poder. Fechando a sessão o capítulo “Gênero e futebol feminino: análise dos discursos de pessoas envolvidas numa competição escolar”, de Lígia Freitas, analisou os

discursos de professores/professoras, de alunas, de pais/mães e de colegas envolvidos, direta ou indiretamente, na organização de uma Copa Escolar de Futebol Feminino. Dessa forma, a autora utiliza técnicas de observação sistemática para as notas de campo, as entrevistas semiestruturadas com os sujeitos participantes e registros fotográficos, precedida de uma análise de discurso.

A terceira e última seção conta com quatro capítulos que tratam de modalidades esportivas diversas e a nomeamos: **A representação e construções discursivas e imagéticas de mulheres nos esportes**. O primeiro texto é assinado por Monique Flogliatto, “Mais do que “Fadinha do skate”: construções discursivas de Rayssa Leal nas peças publicitárias de Nescau e Banco do Brasil”. O artigo trata da trajetória da “Fadinha do Skate”, a skatista Rayssa Leal. E observa que além das performances nas pistas e do retrospecto de conquistas, a atleta também passou a chamar a atenção do universo publicitário. O artigo se debruça sobre as peças publicitárias de Nescau e Banco do Brasil, “A Energia de Rayssa” e “BB Cash”, respectivamente, que, conduzido pelo viés teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha francesa busca compreender as nuances de representações que orbitam em torno da figura da skatista. O capítulo seguinte é de Thais Carvalho e Luciano Maluly, intitulado “Ça Va SporTV: as mulheres no contexto da produção televisiva no Brasil”. Os autores analisaram a produção de um programa esportivo especializado em cobertura olímpica e o viés da participação das mulheres atletas na mídia esportiva como pautas nesta cobertura. A análise se deu através do estudo de caso, por meio de uma visita técnica aos estúdios do programa Ça Va Paris, do canal SporTV, buscando obter informações sobre a cobertura esportiva por meio de entrevistas e observações.

Ainda sobre a segunda seção, o terceiro texto “Representações sobre gravidez e maternidade de Isabel Salgado na mídia brasileira dos anos 1980” de Raquel Simas, analisa os discursos da mídia nos anos 1980 sobre gravidez e maternidade da jogadora de vôlei Isabel Salgado. E considera o campo de possibilidades na prática esportiva de mulheres e a conciliação entre o projeto de maternidade e de carreira no esporte

que ainda orienta demandas atuais de atletas. A pesquisa partiu de veículos de comunicação: o *Jornal do Brasil*, o *Jornal dos Sports* e a revista *Manchete*, nos arquivos da Fundação Biblioteca Nacional. Fechando o livro e a seção, o capítulo dez “A constituição sociocultural da comunidade enxadrística de mulheres no Brasil: recorte dos eixos de análise relativos à dedicação enquanto ofício e área de atuação profissional desta população” de Liziane Vicenzi, Jéssica Januário, Taís Julião e Isabela Ferreira, investiga o panorama da constituição sociocultural da comunidade enxadrística feminina brasileira a partir de uma perspectiva de gênero do subcampo esportivo do xadrez. Na coleta de dados foi aplicado um questionário *online* com 401 respostas válidas, com amostra estatisticamente significativa em relação a um universo válido de 4.062 meninas e mulheres registradas no Brasil.

Com contribuições de especialistas em estudos de gênero, comunicação e ciências do esporte, “Gênero, Mídia e Esportes: o que os feminismos têm a dizer sobre as práticas, consumo e vivências esportivas?” oferece uma visão abrangente e crítica das dinâmicas que moldam a cobertura, o consumo, as vivências esportivas e pautas sociais na contemporaneidade. Ao final desta leitura, esperamos que as/os leitoras/es tenham uma compreensão mais diversa das complexas interações entre gênero, mídia e esportes, bem como das maneiras pelas quais podemos trabalhar juntos para promover uma representação mais equitativa e justa no cenário esportivo global.

Soraya Barreto Januário
Paloma de Castro
Mateus Albuquerque
Danyelle Paixão
(Organizadores)

CAPÍTULO 1

E eu não sou uma mulher? Uma análise sobre a invisibilidade de mulheres negras no jornalismo esportivo

Rafaela Cristina de Souza¹

O jornalismo esportivo é um objeto de estudo frequente não só dentro da área de Comunicação e Esporte, como de outros campos que também se dedicam aos estudos das práticas esportivas, como História, Antropologia e Educação Física, por exemplo (Fortes, 2011; 2014; 2017). No entanto, apesar de ter uma predominância na produção acadêmica, muitos estudos que se dedicam a investigar o jornalismo esportivo não utilizam categorias próprias dessa prática comunicativa, privilegiando uma análise mais textual, sem considerar quem está por trás da produção do material empírico, quem assina os textos, quem são as fontes ouvidas e os enquadramentos utilizados, por exemplo (Vimieiro et al., 2023a).

Apesar de ser uma lacuna ainda presente na área, esse é um aspecto que nos interessa de forma particular, já que a presença de mulheres no jornalismo esportivo ainda é pequena no Brasil, conforme apontam pesquisas anteriores como o levantamento *The International Sports Press Survey* (2011) e os levantamentos feitos por Dantas (2015) e Vimieiro et al. (2023b). Embora a presença de mulheres tenha aumentado nas coberturas realizadas sobre diferentes modalidades em canais esportivos, especialmente no meio digital e no audiovisual, é importante considerar as interseccionalidades que perpassam as experiências dessas mulheres e compreender quem são essas mulheres

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG). Jornalista. Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Culturas Esportivas (Coletivo Marta). Bolsista Proex/Capes. E-mail: souzacrafaela@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0009-6922-5260>

que podem ocupar determinados espaços. Na pesquisa mais recente realizada por Vimieiro e colegas (2023b), por exemplo, os dados coletados a partir da aplicação de um *survey* mostram que a grande maioria das mulheres que atuam ou já atuaram no jornalismo esportivo brasileiro se identificam como mulheres brancas e heterossexuais.

Assim, se a presença dessas mulheres na mídia esportiva mais “tradicional”² ainda é pequena, buscamos identificar se elas encontram espaço para atuar em experiências de comunicação consideradas “alternativas”³, como blogs pessoais ou de terceiros, redes sociais próprias, iniciativas desvinculadas da mídia “tradicional”, podcasts e outros formatos similares. Este trabalho é fruto de um primeiro esforço de mapeamento de espaços em que mulheres negras tenham voz não só para exercer a profissão, ou seja, falar sobre esporte, mas também para falar sobre suas vivências e sobre a invisibilidade de corpos semelhantes aos seus nos veículos de imprensa esportivos. Para isso, escolhemos os textos publicados nos relatórios anuais da discriminação racial, feito pelo Observatório Racial da Discriminação no Futebol, entre 2014 e 2021. A análise foi feita a partir de uma perspectiva fundamentada no pensamento feminista negro (Collins, 2016; 2019) em conjunto com a metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), com o objetivo de entender se e como mulheres negras refletem sobre a invisibilidade de jornalistas negras na editoria de esportes no Brasil.

² Utilizamos a expressão mídia “tradicional” como referência aos grandes veículos de comunicação brasileiros, presentes no impresso, no rádio, na TV e também no meio digital.

³ Optamos por utilizar termos como “mídia alternativa” e “experiências de comunicação alternativas” porque entendemos que são espaços em que grupos, ideias e assuntos subalternizados têm mais espaço do que na mídia considerada “tradicional”. Lima e colegas (2022) e Souza e colegas (2023) apresentam outros exemplos de mídias “alternativas” sobre esporte, como o portal Dibradoras e alguns podcasts brasileiros.

1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO

Mulheres negras ocupam posições marginalizadas em diferentes espaços. Especialmente do ponto de vista acadêmico, elas se encontram em um lugar de “forasteiras de dentro” (Collins, 2016; Corrêa, 2022; Gonzalez, 2020), sendo, muitas vezes, desconsideradas dentro da produção acadêmica. Segundo Collins, esse lugar de forasteira proporciona um ponto de vista que permite que mulheres negras tenham uma visão ampla em relação à sociedade, identificando mecanismos interligados de opressão e propondo uma série de perspectivas que buscam romper com as imagens criadas ao longo da história sobre as mulheres negras, relacionando-as sempre ao serviço doméstico, a uma mãe que está sempre dependendo do Estado para sobreviver e a uma hiperssexualização, como um corpo que está ali apenas para servir os homens (Collins, 2016; 2019).

Apesar de fazer tais reflexões a partir do contexto de mulheres afro-americanas, tais argumentos de Collins não dizem apenas do contexto norte americano, mas estão presentes na produção de outras pensadoras negras, como Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, por exemplo (Guimarães-Silva, 2021). Segundo Gonzalez, a mulher negra vive em anonimato, suas reivindicações são ignoradas na luta sociopolítica e seu corpo é explorado economicamente. Além disso, essa situação só muda durante os desfiles de Carnaval, quando a mulata passa a ser adorada e vista como um objeto sexual (Gonzalez, 2020). Nesse sentido, entendemos que “o pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras” (Collins, 2016, p. 101), utilizando, de modo criativo, esse status de “forasteiras de dentro” e fazendo com que elas reconheçam a opressão de pessoas subalternizadas e utilizem de mecanismos que as permitam sobreviver em uma sociedade que as considera o *Outro do Outro* (Guimarães-Silva; Pilar, 2020).

É por meio dessas múltiplas práticas culturais que será possível observar a relação entre a consciência da opressão das pessoas subalternizadas e as ações que elas empreendem para lidar com essas estruturas. Às vezes a resistência não tomará a forma de um ativismo tradicional, mas ocorrerá em um âmbito íntimo: em uma prática religiosa, em uma letra de samba, em uma roda de samba, na participação de momentos recreativos, através da escrita etc. (Guimarães-Silva, 2021, p. 113).

É a partir disso que entendemos que os conceitos que perpassam o pensamento feminista negro estão presentes nas mais diversas formas de produção de mulheres negras, desde trabalhos acadêmicos até textos e produções publicadas no jornalismo independente, por exemplo. Além disso, para Collins, o que caracteriza essa tradição definida por ela como pensamento feminista negro perpassa três temas chaves: a autodefinição e a autoavaliação das mulheres negras, a natureza interligada da opressão e a importância da cultura das mulheres afro-americanas (Collins, 2016). A seguir, exploramos, de forma breve, cada um desses conceitos.

1.1 Autodefinição e autoavaliação de mulheres negras

A autodefinição é um processo de “tomada de voz” de mulheres negras que definem a si próprias, rejeitando imagens e suposições estereotipadas sobre elas. Nesse sentido, Collins defende que esse movimento de autodefinição “valida o poder das mulheres enquanto seres humanos” (Collins, 2016, p. 104). Já a autoavaliação é justamente o conteúdo dessa autodefinição, ou seja, como mulheres negras substituem essas representações estereotipadas e produzidas pelo *Outro* por imagens legítimas produzidas por elas, a partir de como elas se definem e se avaliam enquanto mulheres negras (Collins, 2019; Guimarães-Silva, 2021).

Trazendo tais conceitos para o contexto brasileiro, Guimarães-Silva (2021) mostra que, no caso de mulheres negras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamilá Ribeiro, a autodefinição e

autoavaliação aparecem interligados em colunas e artigos de opinião publicados pelas autoras de diferentes formas, como: a autopercepção da diversidade do que é ser uma mulher negra; como parte da comunidade negra; como trabalhadoras que ocupam um lugar de subalternidade; como sujeitos que reafirmam que possuem história e família, o que está muito ligado a uma forma de reivindicar o apagamento histórico das pessoas negras após a escravidão; como mulheres belas que tentam a todo momento fugir do que parece ser uma sentença para esses corpos - ser uma mulher com beleza exótica ou ser preterida -; e, ainda, como mulheres que produzem conhecimento (Guimarães-Silva, 2021, p. 139-178).

1.2 A natureza interligada da opressão

O segundo tema chave apontado por Collins é um conceito recorrente em diversos trabalhos de feministas negras. Apesar do termo interseccionalidade ter sido cunhado por Crenshaw (1989), mulheres negras de diferentes partes do mundo já discutiam e discutem sobre a intersecção de marcadores como gênero, raça, classe e sexualidade (Corrêa, 2023; Guimarães-Silva; Pilar, 2020). Collins, ao explicar o que configura o pensamento feminista negro, destaca que as mulheres negras conseguem enxergar o engendramento entre duas ou mais opressões:

A atenção dispensada por feministas negras à natureza interligada da opressão é significativa por duas razões. Em primeiro lugar, esse ponto de vista muda todo o foco da investigação, partindo de uma abordagem que tinha como objetivo explicar os elementos de raça, gênero ou opressão de classe, para outra que pretende determinar quais são os elos entre esses sistemas. A primeira abordagem prioriza comumente um tipo de opressão como sendo primária e, em seguida, trata das opressões restantes como variáveis que fazem parte do sistema que é visto como o mais importante [...]. Em vez de acrescentar às teorias existentes variáveis anteriormente excluídas, feministas negras têm como objetivo

desenvolver interpretações teóricas da própria interação em si (Collins, 2016, p. 108).

Portanto, as mulheres negras identificam o elo entre sistemas interligados de opressão, não como uma soma de categorias e marcadores, mas como algo que ajuda a compreender as consequências das interações entre determinadas opressões. Como veremos na seção de análise, esse pensamento interseccional está presente em todos os textos encontrados, ilustrando como jornalistas negras podem não só enxergar que a natureza interligada da opressão de gênero e raça fazem com que elas tenham menos oportunidades no jornalismo esportivo, como também ajudam a questionar esse cenário.

1.3 A importância da cultura das mulheres afro-americanas

Por fim, Collins destaca um terceiro elemento que está interligado aos conceitos anteriores. A partir da tomada de voz proporcionada pela autodefinição e pela autoavaliação, as mulheres negras não só falam sobre suas próprias experiências, mas também transmitem essas vivências e essas novas imagens autônomas, que vão contra as representações estereotipadas criadas sobre elas pelo *Outro*, fortalecendo a cultura das mulheres negras. Esse fortalecimento é como uma conexão entre o “eu” ligado a uma consciência individual e uma transformação do “nós”, ou seja, “cada mulher negra toca a outra como parte de uma comunidade que cura a que sente a dor, mas só depois que esta deu o seu primeiro passo - o desejo de ser curada, de seguir o caminho em busca da voz do empoderamento” (Collins, 2021, p. 213).

Nesse sentido, não se trata de defender um empoderamento pautado em lógicas liberais, mas de uma consciência coletiva que vai desde o compartilhamento e que, como apontamos anteriormente, muitas vezes, perpassa outras instâncias que não o ativismo político “tradicional”. Quando uma mulher negra traz essa perspectiva de se autodefinir e se autoavaliar, elas também contribuem para que outras mulheres negras rejeitem definições objetificadas sobre elas.

2. DESENHO METODOLÓGICO

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, realizamos um mapeamento inicial em busca de textos produzidos por jornalistas negras que atuam, já atuaram ou demonstram interesse em atuar com a editoria de esportes. Parte desse mapeamento é inspirado nos dados e nas reflexões encontradas em um trabalho anterior realizado por Eugênio (2023) e por Souza e colegas (2023), que buscou identificar mídias alternativas produzidas por mulheres sobre o futebol de mulheres. Assim, o primeiro portal encontrado nesse mapeamento foi o Dibradoras, analisado não só no trabalho citado anteriormente, como também por outras pesquisas como Lima e colegas (2022), Firmino (2019) e Alfaro de Araújo e Firmino (2023).

Para ampliar esse corpus, utilizamos, inicialmente, pesquisas manuais através do Google com o nome de jornalistas negras que já atuam no jornalismo esportivo, como Karine Alves, Rafaelle Seraphim e Duda Gonçalves. Nessa pesquisa, passamos a identificar entrevistas publicadas em diferentes portais, como O Globo, o próprio Dibradoras e iniciativas universitárias, produzidas por graduandos em cursos da área de Comunicação Social. No entanto, como nos interessava analisar a produção feita diretamente por essas jornalistas, realizamos uma segunda rodada de coleta, descartando textos que não fossem escritos por elas. Nessa segunda etapa do desenho metodológico, encontramos um texto produzido pela jornalista do Grupo Globo Raffaele Seraphim, publicado no Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol 2021, com o título “E eu não sou uma mulher?”. Nessa mesma edição, encontramos outros textos produzidos por jornalistas sobre temas como racismo, LGBTfobia e machismo no futebol. Portanto, percebemos que tanto os relatórios publicados anualmente pelo Observatório da Discriminação Racial no Futebol quanto o próprio site do Observatório são canais utilizados por jornalistas para produzir textos sobre temáticas que, muitas vezes, não são retratados com frequência na mídia tradicional.

Assim, chegamos à última etapa de coleta, a partir da exploração dos relatórios publicados pelo Observatório de 2014 a 2021, conforme aponta a fase de pré-análise da metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016). Nessa etapa, identificamos cinco textos publicados por jornalistas negras (Débora Gares, Júlia Belas Trindade, Natália Andrade, Natália Silva e Rafaelle Seraphim), sendo três na edição de 2020 e dois na edição de 2021. Por fim, a análise seguiu as duas últimas fases propostas por Bardin, com a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferências e interpretação, a partir dos conceitos e reflexões propostos pelo pensamento feminista negro.

2.1 Reflexões sobre o que é um espaço seguro para mulheres negras

Ao investigar como as mulheres utilizam a mídia alternativa para falar sobre esporte, Toffoletti (2017) aponta que esses espaços permitem que essas mulheres criem novas narrativas e novas identidades como torcedoras e como criadoras de conteúdos. Segundo a autora, especialmente a partir das mídias sociais, as mulheres passam a ter uma oportunidade maior de questionar, rejeitar e criticar as imagens e as narrativas construídas historicamente que, como apontam diversas pesquisas, muitas vezes eram produzidas a partir de um olhar que destacava muito mais a sexualidade, a objetificação e o reforço de um estereótipo de “musas” e “belas”, além de considerarem as modalidades praticadas pelas mulheres como algo infantil e que não deveria ser levado a sério (Barreto Januário et al., 2016; Bonfim, 2019; Mourão; Morel, 2008; Vimieiro et al., 2023a).

Diante disso, retomamos a perspectiva do feminismo negro para compreender a importância desses espaços seguros para a resistência das mulheres negras. No caso das mulheres afro-americanas, Collins entende que esse espaço não é um local físico, mas algo interno, dentro da psique das mulheres negras, e identifica que esse é um espaço privilegiado na medida em que permite que essas mulheres resistam aos processos de objetificação pelos quais elas passam:

As escolas, a mídia impressa e de radiodifusão, as agências governamentais e outras instituições de comunicação reproduzem as imagens de controle da condição da mulher negra. Em resposta, as afro-americanas tradicionalmente utilizam as redes familiares e as instituições da comunidade negra como espaços para combater essas imagens (Collins, 2019, p. 186).

Vale ressaltar que os espaços seguros definidos por Collins são lugares em que as mulheres negras podem falar livremente de questões que envolvem as próprias existências e que esses lugares se tornam cada vez menos seguros a partir da inserção de outras pessoas que não são mulheres negras. Diante dessas reflexões, escolhemos analisar o Observatório porque se trata de um projeto que realiza um trabalho de conscientização e luta contra a violência e a discriminação racial, monitorando inclusive a mídia esportiva que, muitas vezes, não trata esse tipo de pauta com profundidade (Esteves; Belem, 2020). Nesse sentido, apesar de não atender todos os pressupostos indicados por Collins como um espaço seguro, entendemos que o Observatório, justamente por tratar de temas que não são muito debatidos pela mídia esportiva “tradicional”, pode ser considerado uma mídia em que pessoas que lutam por um futebol antirracista e mais inclusivo e diverso possam falar sobre as diferentes formas de opressão que persistem no meio esportivo, incluindo a falta de jornalistas negros e negras.

No entanto, não podemos deixar de ressaltar que os textos publicados no Relatório e no site do Observatório são produzidos sem nenhum tipo de apoio financeiro, contando com o voluntarismo e a disponibilidade das pessoas que queiram falar sobre esses assuntos. Além disso, como mulheres negras fazem parte de uma parcela da sociedade que tem pouca oportunidade de empregos (Bento, 2022) e que sofre uma série de silenciamentos (Kilomba, 2019), não podemos ignorar os diferentes motivos que podem levar ao silenciamento dessas mulheres diante de situações de invisibilidade e opressão, mesmo em um espaço que pode ser considerado “seguro”.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS

A partir das discussões teórico-metodológicas apresentadas anteriormente, discutiremos os principais resultados encontrados nos relatórios de 2020 e 2021 publicados pelo Observatório da Discriminação Racial no Futebol. Nessa seção, buscamos refletir sobre os cinco textos publicados pelas jornalistas em diálogo com os conceitos que perpassam o pensamento feminista negro, identificando de que forma essas mulheres falam sobre as próprias vivências e sobre vivências de outras mulheres negras dentro do jornalismo esportivo.

De modo geral, percebemos que todos os textos reconhecem a natureza interligada da opressão, principalmente através do questionamento sobre a falta de outras mulheres negras atuando no jornalismo esportivo, especialmente na televisão:

Muito se alardeia sobre a abertura dos postos de trabalho no jornalismo esportivo para mulheres, mas essas mulheres sempre têm um perfil claramente desenhado: brancas, magras, com cabelos lisos e performando feminilidade [...]. Quando mulheres negras – em raríssimas exceções – conseguem ocupar esses postos, além da cobrança acima da média, ainda enfrentam a pressão estética que cobra um embranquecimento dos traços. Ou então são colocadas no lugar de exemplo, como prova de que o racismo não existe apenas por ela estar presente ali, ignorando todo o peso e toda a solidão de não se reconhecer entre seus pares (Andrade, 2021, p. 97).

Além disso, os textos revelam que, junto com essa importância de entender como as intersecções de raça e gênero perpassam a experiência de mulheres negras no jornalismo esportivo, elas também reconhecem e denunciam como as representações e imagens estereotipadas sobre elas também aparecem dentro do meio esportivo, não só na comunicação, como também nas dinâmicas existentes nos centros de treinamentos dos clubes:

As profissionais negras existem em abundância nos serviços de limpeza de ambientes como estádios e centros de treinamento, nas cozinhas onde se preparam as refeições dos jogadores e integrantes das comissões técnicas, nas lavanderias onde os uniformes reconquistam as simbólicas cores. Elas têm credibilidade quando se trata de serviço doméstico (e suas derivações). Logo viram “tias”, aquelas capazes de cuidar do bem estar dos outros (Gares, 2022, p. 138).

3.1 Relatório de 2020

Para além dos pontos convergentes encontrados nos textos dos dois relatórios, destacamos como cada jornalista fala sobre a própria vivência e sobre uma perspectiva coletiva de mulheres negras, ilustrando os conceitos presentes no pensamento feminista negro. No caso dos três textos encontrados no Relatório de 2020, identificamos que a autodefinição e autoavaliação são utilizadas pelo texto assinado por Natália Silva como forma de ilustrar a construção de espaços sobre e para mulheres negras. Aqui, vemos justamente o conceito de resistência em ambientes múltiplos, conforme apontado por Guimarães-Silva (2021) anteriormente, ou seja, nem sempre a resistência dessas mulheres vai tomar a forma de um ativismo político, mas em ações e práticas culturais distintas:

Quem escreveu as histórias nos jornais que são utilizadas pelos historiadores do esporte? Quais os profissionais responsáveis por isso? Foi pensando em todos esses tópicos e questões que idealizei o projeto A Negra no Futebol Brasileiro, que foi executado na Revista Gambiarra - Jornalismo, Cultura e Ativismo e fez parte do subsídio Black Lives Matter Football, da Fare Network, uma rede europeia que promove ações contra as discriminações no futebol ao redor do mundo. Estamos construindo nossos espaços, mas também queremos ocupar os que já estão postos. Nós não vamos recuar, mesmo que as grandes mudanças só sejam vistas pelas próximas gerações, mas queremos aproveitar o que for possível enquanto estivermos aqui. Nós queremos usar as nossas vozes, mas não hesitamos em acolher aliados que

queiram, realmente, contribuir com a luta [...]. A Negra no Futebol Brasileiro, hoje, é um coletivo de mulheres que se ajuda, se escuta, se acolhe e que eu tenho a honra de chamar de meu legado (Silva, 2021, p. 92).

De forma semelhante, além de identificar como mulheres negras sofrem mais com a falta de oportunidade no jornalismo esportivo, o texto escrito por Natália Andrade enfatiza a importância de ter mulheres negras para uma cobertura mais atenta às diversidades e as próprias vivências das pessoas que praticam diferentes modalidades esportivas no Brasil:

Ao não sentir na pele as mazelas historicamente causadas pelo racismo e a discriminação racial, muitas vezes as transmissões perdem a profundidade dos feitos e das histórias que estão sendo contadas, ignorando pontos-chaves que podem ajudar a compreender o desempenho tanto de atletas quanto de modalidades [...]. Toda história tem um pouco de quem a conta, e se quem a conta não teve experiências que lhe ampliem a visão de mundo, essas experiências dificilmente estarão presentes no texto final (Andrade, 2021, p. 97-98).

A jornalista destaca a importância da cultura das mulheres negras, das suas experiências, vivências e também da forma como elas podem contribuir para que o jornalismo esportivo tenha um olhar mais atento. Sem isso, “corre-se o risco de se cair em um lugar comum onde as trajetórias se assemelham em pontos onde deveriam se diferenciar, e uma medalha de alguém com sobrenome Grael passa a ter o mesmo valor da medalha de um Silva” (Andrade, 2021, p. 98).

Por fim, é também no Relatório de 2020 que conseguimos perceber, de forma ainda mais evidente, como mulheres negras podem enxergar como a interseccionalidade perpassa a experiência das pessoas. Em um texto que questiona a subnotificação de casos de racismo e machismo envolvendo mulheres negras, a jornalista Júlia Belas Trindade traz o exemplo da goleira Bárbara, que foi vítima de

comentários racistas nas redes sociais em 2016⁴, destacando que não se discute o fato da goleira ser uma mulher negra LGBTQIA+. Além disso, ao longo do texto ela ilustra como as mulheres negras são vítimas dessas opressões múltiplas que perpassam não só a falta de oportunidades no jornalismo esportivo, como também a subnotificação de casos de racismo:

Para mulheres negras, o receio é de que, depois de tanta luta para ocupar espaços no mundo do esporte, denunciar um caso de racismo, machismo, LGBTfobia (quando muitas nem falam sobre a própria sexualidade) ou até casos mais graves de assédio possam causar a perda destas conquistas [...]. Às mulheres negras, cabe a luta pela existência. E, enquanto às mulheres brancas o machismo sofrido é constante - de novo, basta olhar os relatórios passados -, às negras, cabe a consciência de que, quando chegarem a estes espaços, o machismo não virá sozinho (Trindade, 2021).

3.2 Relatório de 2021

No Relatório referente ao ano de 2021, o cenário é um pouco diferente em relação a quem publicou textos no ano anterior. Se em 2020 tivemos três mulheres negras formadas em jornalismo, mas que não atuam na mídia esportiva tradicional, no ano seguinte encontramos dois textos publicados por jornalistas negras do Grupo Globo: Débora Gares e Rafaelle Seraphim. No entanto, vale destacar que, no período em que o relatório foi publicado, Rafaelle ainda não era comentarista dos canais de esporte da emissora global⁵, sua relação com o esporte era como apresentadora do podcast Ubuntu Esporte Clube, enquanto atuava

⁴ Membro do CFA faz post racista com goleira da seleção e gera polêmica. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/08/membro-do-cfa-faz-post-racista-com-goleira-da-selecao-e-gera-polemica.html>. Acesso em: 30 jan. 2024.

⁵ Rafaelle Seraphim estreou como comentarista no Grupo Globo em julho de 2023. Disponível em: <https://dibradoras.com.br/2023/06/05/representatividade-importa-rafaelle-seraphim-estreia-como-comentarista-no-grupo-globo/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

como editora no Grupo Globo. A jornalista Débora, na época, já era repórter esportiva dos canais Globo/Sportv.

Como apresentamos anteriormente, os dois textos da edição de 2021 destacam a natureza interligada da opressão vivida por mulheres negras, denunciando como as consequências do período de escravidão ainda operam na sociedade brasileira. Débora Gares, por exemplo, aponta que a profissão do jornalista está historicamente ligada a uma elite dominada por homens brancos e que, bem posteriormente, as mulheres brancas começaram a ocupar esses espaços. Esse imaginário vai contra o que é esperado de uma mulher negra, que são sempre designadas aos serviços domésticos, como a jornalista traz no trecho que apresentamos anteriormente e como a própria Collins também traz na figura da “*mammy*”, como uma serviçal fiel e obediente, como uma continuação do período de escravidão, em que as mulheres negras cuidavam das famílias brancas (Collins, 2019, p. 140). Débora também destaca que essas imagens também estão ligadas às aparências de mulheres negras que, no jornalismo esportivo, muitas vezes, não são consideradas bonitas o suficiente para ocupar determinados espaços: “Mulheres negras não são consideradas bonitas. Podem chegar a ter uma ‘beleza exótica’, como já ouvi. Ou ‘traços bonitos’, como escutam as que têm nariz e lábios finos ou olhos claros. Mas perdem para mulheres brancas quando o quesito aparência importa” (Gares, 2022, p. 139).

Além de refletir sobre a natureza interligada da opressão que mulheres negras vivenciam, tanto a autoavaliação quanto a autodefinição perpassam os textos produzidos por Débora e Rafaelle, principalmente como uma forma de enaltecer as próprias vivências e as de outras mulheres negras. Rafaelle, por exemplo, traz a famosa frase “e não sou uma mulher?” do discurso proferido por Sojourner Truth em 1851⁶ para falar sobre a falta de mulheres negras no jornalismo

⁶ Em 1851, Sojourner Truth proferiu o discurso “Não sou eu uma mulher?” na primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres, um encontro para discutir os direitos das mulheres de Akron, Ohio, nos Estados Unidos. Na ocasião, os homens argumentam que as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens

esportivo: “Então, toda vez que parece existir um progresso no ingresso de mulheres nos programas de debates, comentários, narrações e reportagens, nos perguntamos: ‘E eu não sou uma mulher?’” (Seraphim, 2022, p. 154). Nesse sentido, além de denunciar esse lugar de dupla opressão em que as mulheres negras se encontram, ela destaca que a falta de mulheres semelhantes a ela no jornalismo esportivo não é por falta de talento ou competência, como as imagens que operam sobre mulheres negras sugerem. Ela, inclusive, traz uma lista com nomes de jornalistas negras que poderiam ter oportunidades de atuar nesse espaço:

Júlia Belas, Natalia Andrade, Jordana Araújo, Isabelle Magalhães, Dayana Natale, Natália Silva, Juliane Santos, Duda Gonçalves, Karoline Tavares, Mylena Acosta, Karina Costa, Vic Monteiro, Lyz Ramos... Todas elas são mulheres. Negras. Jornalistas. Competentes [...] É preciso afligir a violência sexista e racista se preocupando em desfigurar as estruturas que sustentam essa opressão. O esporte é essencialmente negro. Mas quem está com a caneta na mão, coordenando esse jogo, são pessoas brancas. Quem está discutindo o futebol no dia a dia são pessoas brancas (Seraphim, 2022, p. 155).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentamos ao longo deste trabalho, nosso principal objetivo foi refletir sobre como mulheres negras jornalistas percebem e refletem sobre a falta de mulheres negras no jornalismo esportivo brasileiro. Para isso, propomos uma análise de textos publicados nos relatórios anuais do Observatório de Discriminação Racial do Futebol, entre 2014 e 2021, a partir do pensamento feminista negro (Collins,

porque elas eram “frágeis”. Diante disso, Sojourner rebateu tais argumentos mostrando que ela, enquanto mulher negra, nunca foi ajudada a pular poças de lama ou a subir em uma carruagem, por exemplo. Segundo Davis (2016), Sojourner mostrou em seu discurso como nem todas as mulheres eram brancas ou desfrutavam de certos confortos e que, mesmo sendo negra e ex-escrava, não era ou pelo menos não deveria ser vista como menos mulher do que as demais.

2016; 2019) e das perspectivas presentes em intelectuais negras brasileiras, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro (Guimarães-Silva; 2021).

Os resultados encontrados fazem parte de um primeiro esforço de análise de um mapeamento maior que estamos realizando e demonstram que conceitos importantes do pensamento feminista negro também perpassam os textos e reflexões das jornalistas que analisamos neste trabalho, como a autovalorização, a autodefinição e, principalmente, o reconhecimento da natureza interligada da opressão sofrida por mulheres negras ligado à perspectiva interseccional. Destacamos, ainda, que os textos apresentam contribuições importantes para pensar a experiência de jornalistas negras na editoria de esportes, tendo em vista que, apesar dos avanços recentes com o aumento de mulheres no jornalismo esportivo, mulheres negras ainda são minoria dentro desse espaço. As jornalistas ilustram o conceito de “forasteira de dentro” na medida em que além de denunciar a falta de mulheres negras no jornalismo esportivo, também mobilizam as suas experiências, destacam outras jornalistas negras que podem ocupar esses espaços e refletem sobre como a escravidão ainda tem consequência nas experiências de mulheres negras no Brasil.

Por fim, cabe ressaltar alguns pontos que não foram possíveis analisar de forma detalhada neste trabalho, mas que podem ser melhor abordados em outras oportunidades. Guimarães-Silva destaca que o ativismo de mulheres negras não está só nas formas mais tradicionais, mas perpassam outras práticas culturais, o que também contribui para a cultura de mulheres negras (Guimarães-Silva, 2021, p. 113). Nesse sentido, para além dos textos publicados no site do Observatório que não foram analisados neste trabalho, indicamos os projetos que essas e outras jornalistas negras atuam, como o projeto Negra no Futebol Brasileiro, citado pela Natália Silva, o Ubuntu Esporte Clube, podcast criado por Rafaelle Sepraphim e, ainda, as jornalistas negras citadas por Rafaelle que ainda não tem espaço no jornalismo esportivo.

Nesse sentido, ressaltamos a importância de olhar para o esporte não só a partir de mídias tradicionais, mas a partir de outras experiências

de comunicação que nos ajudem a questionar e refletir a partir da experiência de quem não tem espaço dentro dessas mídias tradicionais. Como aponta Corrêa, “manter a produção intelectual nas mesmas mãos ajuda a manter sistemas de opressão” (Corrêa, 2022, p. 139) e, portanto, para além de estudar o jornalismo esportivo como produto ou a partir de estudos de recepção, por exemplo, uma alternativa é investigar outros espaços e ouvir outras vozes que, muitas vezes, não têm espaço na mídia tradicional. É a partir dessas vozes que podemos encontrar maneiras de combater as formas com que o racismo, o machismo e outras formas de opressão ainda operam não só no jornalismo esportivo, como na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALFARO DE ARAÚJO, Érika; FIRMINO, Carolina Bortoleto. Violência contra as mulheres em pauta no jornalismo esportivo do site Dibradoras. **Revista de Estudos Universitários REU**, Sorocaba, SP, v. 49, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/5195>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ANDRADE, Natália. Olimpíadas escancaram ausência de mulheres negras no jornalismo esportivo. In: MANERA, Débora Macedo da Silveira; CARVALHO, Marcelo Medeiros (Org.). **Relatório da Discriminação no Futebol 2020**. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2021, p. 97-98. Disponível em: https://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2020/RELATORIO_O_DISCRIMINACAO_RACIAL_2020.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

BARRETO JANUÁRIO, Soraya; VELOSO, Ana Maria Conceição; CARDOSO, Laís Cristine Ferreira. Mulher, mídia e esportes: a Copa do Mundo de Futebol Feminino sob a ótica dos portais de notícias pernambucanos. **Eptic online**: revista electronica internacional de

economia política da informação, da comunicação e da cultura, v. 18, n. 1, p.168-184, 2016.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BONFIM, Aira Fernandes. ***Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos***: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941). 2019. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com o outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, nº 1, Florianópolis, jan/abril, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORRÊA, Laura Guimarães. Interseccionalidade: um desafio para os estudos culturais na década de 2020. In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; KARNOPP, Lodenir Becker; WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. (Org.). **O que são estudos culturais hoje?** Diferentes praticantes retomam a pergunta do International Journal of Cultural Studies. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 123-141.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESTEVES, Emerson Maciel; BELEM, Vitor Curvelo Fontes. **Racismo no Futebol e Televisão**: Uma Análise Sobre a Cobertura do Jornalismo Esportivo em Casos de Racismo no Futebol Brasileiro.

Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020.

EUGENIO, Flaviane Rodrigues. **As mulheres que falam do futebol de mulheres**: uma análise de projetos de mídia alternativa esportivos brasileiros. 2023. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

FIRMINO, Carolina Bortoleto. Empoderamento e relações de poder: a cobertura feminista da Copa do Mundo da Rússia pelo projeto "dibradoras". **FuLiA/UFMG**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 23–38, 2019. DOI: 10.17851/2526-4494.4.1.23-38. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/14655>. Acesso em: 24 jan. 2024.

FORTES, Rafael. Estudos de esporte na área de comunicação: um panorama e algumas propostas. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 18, n. 2, p. 598-614, 2011.

FORTES, Rafael. Um balanço dos estudos de esporte no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação de 2012. **Revista Contracampo**, Niterói, v. 30, n. 2, p. 83-100, 2014.

FORTES, Rafael. Por um salto de qualidade nas pesquisas do esporte no campo da Comunicação e do Jornalismo. **Âncora**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 13-27, jan.-jun. 2017.

GARES, Débora. Falta uma personagem nessa história. In: MANERA, Débora Macedo da Silveira; CARVALHO, Marcelo Medeiros (Org.). **Relatório da Discriminação no Futebol 2021**. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2022, p. 138-139. Disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2021/RELATORI>

O_DISCRIMINACAO_RACIAL_2021.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES-SILVA, Pâmela; PILAR, Olívia. A potencialidade do conceito de interseccionalidade. MESQUITA, Carolina Pereira Lins; ESTEVES, Juliana Teixeira; LIPOVETSKY, Nathalia (Org.).

Feminismo & Deuda - Feminismo & Dívida. 1 ed. Napoli: La Città del Sole, v. 1, 2020, p. 53-70.

GUIMARÃES-SILVA, Pâmela. **De Lélia Gonzalez a Marielle Franco**: mulheres negras e seus processos comunicacionais interseccionais de resistência. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

ISPS. **First Results of the Internacional Sports Press Survey 2011**. Prof. Dr. Thomas Horky/Dr. Jörg-Uwe Nieland, Colônia, 3.10.2011.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Cecília Almeida Rodrigues; JANUÁRIO BARRETO, Soraya; LEAL, Daniel Felipe de Oliveira. “Dibrando” a mídia hegemônica: a imprensa alternativa na propagação do futebol de mulheres.

Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 45, 2022.

SERAPHIM, Rafaelle. E EU NÃO SOU UMA MULHER?. In: MANERA, Débora Macedo da Silveira; CARVALHO, Marcelo Medeiros (Org.). **Relatório da Discriminação no Futebol 2021**. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2022, p. 138-139. Disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2021/RELATORI>

O_DISCRIMINACAO_RACIAL_2021.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

SILVA, Natália. Candeia que vai à frente alumia duas vezes: qual papel você quer ocupar na construção do novo futebol? In: MANERA, Débora Macedo da Silveira; CARVALHO, Marcelo Medeiros (Org.). **Relatório da Discriminação no Futebol 2020**. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2021, p. 91-93. Disponível em: https://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2020/RELATORIO_O_DISCRIMINACAO_RACIAL_2020.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

SOUZA, Rafaela Cristina; EUGENIO, Flaviane Rodrigues; VIMIEIRO, Ana Carolina. Elas por elas: a cobertura noticiosa do futebol de mulheres em podcasts brasileiros de 2018 a 2022. **FuLiA/UFGM**, v. 8, p. 101-129, 2023.

TOFFOLETTI, Kim. **Women sport fans**: Identification, participation, representation. England: Routledge, 2017.

TRINDADE, Júlia Belas. Contra a mulher negra, machismo e racismo andam de mãos dadas no esporte. In: MANERA, Débora Macedo da Silveira; CARVALHO, Marcelo Medeiros (Org.). **Relatório da Discriminação no Futebol 2020**. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2021, p. 94-96. Disponível em: https://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2020/RELATORIO_O_DISCRIMINACAO_RACIAL_2020.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

VIMIEIRO, Ana Carolina; EUGENIO, Flaviane Rodrigues; PILAR, Olívia. Estudos sobre mídia, gênero e esporte no Brasil: Narrativas do futebol feminino e algumas propostas. **E-Compós**, 2023a. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.2714>. Acesso em: 24 jan. 2024.

VIMIEIRO, Ana Carolina; PILAR, Olívia; SOUZA, Rafaela Cristina de. **Quem são as mulheres do jornalismo esportivo brasileiro?** Demografia, funções desempenhadas, veículos que as empregam e desafios interseccionais. 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2023, Belo Horizonte. Anais do Intercom, 2023b.

CAPÍTULO 2

Das quadras às ruas: O esporte como palco da revolução antirracista

Gianluca Florenzano¹

No dia 25 de maio de 2020, os Estados Unidos e o mundo ficam assombrados com a barbárie do aparato repressivo do Estado. Em plena luz do dia, no chão frio da calçada, encontra-se o corpo sem vida de George Floyd. A abordagem truculenta do guarda Derek Chauvin é registrada pelo celular de uma das testemunhas que acompanha o dramático desenrolar da cena. Ignorando por completo o clamor das pessoas ao redor e da própria vítima que grita desesperadamente “eu não consigo respirar”, Chauvin pressiona com o seu joelho o pescoço de Floyd até que o último sopro de sua vida seja tirado (Florenzano, 2024, p. 24). Ora, o episódio não é um caso isolado, conforme pretendem fazer crer as autoridades dos Estados Unidos. Longe disso, os negros, de acordo com a ativista estadunidense, Keeanga-Yamahtta Taylor, podem ser compreendidos como “o símbolo de cidadania inferior no país”, uma vez que histórica e diariamente são submetidos a todos os tipos de represálias por parte da polícia (2020, p. 215). Em termos mais claros, ainda nas palavras de Taylor,

[...] se a tarefa da polícia é a manutenção da ordem, esse papel assume um significado bem específico quando a sociedade é fundamentalmente racista. O policiamento tem mudado com o tempo, acompanhando as transformações nas condições e nas necessidades do governo estadunidense, mas permaneceu incrivelmente atrelado às suas raízes: uma instituição racista treinada nas comunidades negras [...] (2020, p. 216).

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2023. Gianlucaflorenzano96@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8420-3969>

O racismo, contudo, não se encontra apenas dentro da corporação policial, pelo contrário, ele se manifesta em todas as esferas da vida coletiva, sendo responsável, inclusive, pelo abismo socioeconômico entre brancos e negros no país. Segundo o sociólogo francês, Michel Wieviorka, o racismo institucional opera na sociedade por meio de mecanismos rotineiros, os quais, no entanto, passam despercebidos, mantendo e se assegurando dessa maneira a dominação da classe branca e a inferiorização dos negros (2017, p. 30). Mais ainda, para os ativistas da causa negra e autores do livro *Black Power: Politics of Liberation in America*, Charles Venon Hamilton e Kwane Ture, por se originar “na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade”, o racismo institucional recebe “muito menos condenação pública”, uma vez que, aos olhos da população, esse tipo de racismo torna-se “muito mais sutil” e “menos identificável” em termos de responsabilização dos indivíduos (in Almeida, 2019, p. 43-44). Não por acaso, na pandemia de covid-19, os afro-estadunidenses foram os mais desempregados e, para piorar a situação, dos que trabalhavam, a grande maioria encontrava-se em postos mal remunerados, expondo-se aos riscos de contágio do vírus, tais como, supermercados, fábricas e outros tipos de funções que não podiam ser realizadas remotamente (Florenzano, 2023, p. 44).

De fato, a segregação social entre brancos e negros nos Estados Unidos é tão profunda que esse fenômeno, segundo o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Silvío Almeida, pode ser entendido como *estratificação social*, isto é, quando a vida de boa parte das pessoas de um determinado grupo minoritário (no caso em questão da comunidade afro-estadunidense) é afetada por conta de obstáculos discriminatórios impostos pelo grupo social que está no poder (homens brancos da elite) para impedir a ascensão social, o reconhecimento e o sustento material desse grupo minoritário (Almeida, 2019, p. 33-34). Sendo assim, se, por um lado, Donald Trump, por meio do desmantelamento de políticas públicas e pelo uso recorrente da violência do aparato repressivo do Estado, procura manter a ordem sociorracial instituída pela classe branca dominante; por outro lado,

após o fim cruel de George Floyd, um levante antirracista emerge e toma conta dos Estados Unidos e de outras regiões. Manifestantes, negros e brancos, mulheres, homens e crianças, enfrentam os riscos do coronavírus e, movidos pela organização e slogan *Black Lives Matter*, marcham pelas ruas de diversas cidades clamando pelo fim do racismo. Em palavras mais poéticas, a bandeira da causa negra volta a tremular com força nos mastros ao redor do mundo.

1. O ESPORTE COMO PALCO DA REVOLUÇÃO ANTIRRACISTA

Com o planeta despertando novamente para a luta contra o racismo, atletas, de diferentes modalidades e nacionalidades, aderem à causa antirracista, manifestando-se de forma contundente. As mulheres, em especial, têm papel ativo nesse movimento, que impacta diversos setores, incluindo as eleições dos Estados Unidos de 2020. O esporte, como há muito tempo não se via, retoma seu papel como palco importante para o debate de questões sociais.

1.1 Das quadras às ruas: atletas comparecem aos protestos

Na contramão do que as autoridades preveem, ao invés de arrefecer com o tempo, as manifestações atraem cada vez mais pessoas e, conseqüentemente, ganham cada vez mais fôlego. Além disso, o que também impressiona é a maneira como as passeatas são organizadas. De acordo com a cientista política Rosemary Segurado, as redes sociais têm um enorme poder de mobilização social, algo que há muito tempo os partidos políticos vêm perdendo (in Chaia; Coelho; Carvalho, 2015. p. 214). E, de fato, esse argumento se concretiza na realidade. Não tem nenhuma instituição partidária ou algum político por trás dos protestos antirracistas, pelo contrário, as marchas são movidas pelo slogan *Black Lives Matter* e acontecem de forma orgânica, ou seja, são organizadas por pequenos grupos que divulgam pelas mídias digitais o local e o horário que determinada passeata irá acontecer e, pouco tempo depois,

já aparece um número considerável de manifestantes.

Entretanto, o que salta ainda mais aos olhos é que, em outro dado momento, mostrando o grau de comprometimento com a causa negra, algumas das manifestações passam a ser promovidas pelas próprias atletas. A tenista Naomi Osaka, por exemplo, por meio de suas redes sociais, mobiliza parte dos seus seguidores a comparecer a um protesto antirracista na cidade japonesa que leva o seu nome, Osaka. Já a então jogadora de basquete do time New York Liberty, a sueca Amanda Zahui Bazoukou, promove uma marcha pelas suas mídias digitais no seu país natal (Florenzano, 2024, p. 80). Sem dúvidas, a internet desempenha um papel fundamental na articulação dos protestos antirracistas. Se, antes, nos veículos de comunicação tradicionais, a comunidade afro-estadunidense encontrava barreiras seculares para contrapor estereótipos racistas e expressar seus pontos de vista; atualmente, com o advento da internet, os negros podem desfrutar de um espaço para expor seus próprios argumentos (Castells, 1999). Não à toa, uma das maiores tenistas estadunidense de todos os tempos, Serena Jameka Williams, em entrevista à revista *Vogue*, quando é perguntada sobre as mídias digitais responde da seguinte forma: “Agora, nós, como negros, temos uma voz” (in Florenzano, 2024, p. 17). Não apenas têm voz, como também ela ressoa questionadora nas ruas e nas arenas esportivas.

1.1.1 Em nome da causa

Na batalha contra o recrudescimento do racismo nos Estados Unidos, duas jogadoras de basquete assumem a linha de frente. Renee Danielle Montgomery (do Atlanta Dream) e Natasha Cloud (do Washington Mystics), fazem um dos maiores sacrifícios de suas vidas em nome da causa negra. Em 2020, durante a pandemia de covid-19, a temporada de basquete, assim como de outros esportes, foi paralisada. Coincidentemente ou não, durante o auge do levante antirracista, a NBA (Associação Nacional de Basquete) considera retomar os jogos em uma “bolha” esportiva, onde jogadores seriam constantemente

testados e isolados. Apesar dos atletas, mulheres e homens, demonstrarem ressalvas quanto à volta dos jogos, por conta da contaminação e do receio de desviar a atenção dos protestos, a temporada é retomada. De certo modo, os atletas até têm a opção de não disputarem os jogos, no entanto, isso implica em abrir mão de receberem parte de seus salários, algo que ninguém está disposto a fazer (Florenzano, 2024, p. 83-84-85).

Ninguém, exceto Montgomery e Cloud. Ambas, em um gesto inesperado e demonstrando que se entregaram de corpo e alma na luta contra o racismo, recusam-se a voltar a jogar basquete e continuam nas ruas protestando ao lado dos movimentos sociais por igualdade racial. Nas redes sociais, ao comunicar a sua decisão, Montgomery escreve a seguinte mensagem:

Tem trabalho a ser feito fora das quadras em várias áreas de nossa comunidade. A reforma da justiça social não irá acontecer da noite para o dia, mas sinto que agora é o momento (in Florenzano, 2023, p. 86).

Cloud, por sua vez, também pelas mídias digitais, se manifesta da seguinte maneira:

[...] Eu quero estar na linha de frente, quero estar pessoalmente, estar lado a lado com a nossa comunidade, deixando-os saber que não estou com eles apenas como uma figura pública, mas como uma mulher negra (in Florenzano, 2023, p. 86).

De fato, o gesto das duas jogadoras de basquete denota um engajamento radical e carrega um profundo simbolismo, evocando o movimento da Revolta do Atleta Negro do final da década de 1960, liderado pelo Projeto Olímpico para os Direitos Humanos. Em suma, após várias reuniões entre atletas e ativistas negros promovidos pela referida organização, surgiu a ideia de um boicote dos competidores negros aos Jogos Olímpicos do México de 1968, que estavam prestes a começar na época. A ideia por trás do boicote era denunciar e fazer com

que os Estados Unidos reconhecessem seu racismo sistêmico perante o mundo. Desse modo, os membros do Projeto Olímpico para os Direitos Humanos acreditavam que só por meio dessa atitude drástica seria possível avançar na luta por igualdade e justiça racial.

Entretanto, por mais nobre que a causa fosse, ela implicava em fazer com que os atletas renunciassem a um dos maiores sonhos de suas vidas: as Olimpíadas. Para se ter uma ideia de quão importante era para os atletas a presença nos Jogos Olímpicos, um dos maiores velocistas estadunidenses de todos os tempos e um dos líderes do movimento, Tommie Smith, apesar de se mostrar decidido a seguir adiante com o plano, chegou a afirmar que “daria meu braço direito para participar e conquistar uma medalha de ouro [nas Olimpíadas]” (in Florenzano, 2004, p. 54). Nem todos, porém, estavam dispostos a abdicar de seus sonhos. Assim sendo, depois de outras rodadas de reuniões, somado com a pressão do governo estadunidense sobre os atletas, o boicote da Olimpíada do México de 1968 foi descartado. Isso não significa dizer, contudo, que o movimento do Projeto Olímpico para os Direitos Humanos tenha sido um fracasso. Ao contrário, graças a ele o orgulho negro cresceu entre a comunidade afro-estadunidense.

Além disso, a Revolta do Atleta Negro se encerraria com um gesto que ficou marcado para sempre na história do esporte. Após vencer a competição dos 200m rasos, Tommie Smith e seu compatriota que ficou em terceiro lugar, John Carlos, ao subirem ao pódio com o hino dos Estados Unidos de fundo, fizeram o simbólico gesto do *Black Power*. Sem dizer uma palavra, apenas com os punhos cerrados para cima, os dois velocistas atingiram o objetivo inicial do movimento: denunciar ao mundo a existência do racismo sistêmico nos Estados Unidos (Hartmann, 2003).

Dessa maneira, retomando o contexto de 2020, Montgomery e Cloud se colocam em outro patamar na história do esporte. Talvez, em termos técnicos, ambas podem não se qualificar entre as melhores de todos os tempos, no entanto, um verdadeiro atleta não se forma apenas pela sua performance dentro de quadra ou campo, longe disso, se forma também pela sua postura social fora das arenas esportivas e, sob este

aspecto, as referidas jogadoras de basquete comprovam ser duas grandes referências na luta antirracista no esporte.

1.1.2 Na linha de frente do combate: a política entra nas arenas esportivas

Enquanto Montgomery, Cloud e os demais manifestantes antirracistas continuam nas ruas, os jogos são retomados e passam a dividir a atenção do público em geral. Entretanto, não demora muito para que os holofotes se voltem novamente à pauta do combate ao racismo em razão da eleição de 2020 que se aproxima. Esse pleito, com certeza, fica marcado na história dos Estados Unidos como um dos mais decisivos para a preservação das instituições democráticas. De um lado, representando o campo progressista e democrático, apesar de suas incoerências e equívocos, está o democrata Joe Biden. Do outro lado, representando os interesses de grupos extremistas e nacionalistas, e buscando uma reeleição, está o republicano Donald Trump, cuja estratégia eleitoral torna-se mais inteligível à luz das considerações sobre o racismo, formuladas por Silvio Almeida,

[...] nos momentos de crise, em que há aumento do desemprego e rebaixamento dos salários, o racismo desempenha um papel diversionista bastante importante, pois os trabalhadores atingidos pelo desemprego irão direcionar sua fúria contra as minorias raciais e sexuais, que serão responsabilizadas pela decadência econômica por aceitarem receber salários mais baixos, quando não pela “degradação moral” a que muitos identificarão como motivo da crise. O racismo será, portanto, a forma dos trabalhadores brancos racionalizar a crise que lhes trouxe perdas materiais e de lidarem com as perdas simbólicas (2019, p. 187).

Eis a estratégia de Trump na campanha eleitoral. Explorando a “raiva”, a angústia, a sensação da perda de espaço e de poder de uma parcela significativa dos brancos das classes média e baixa, em um cenário de profunda crise social, política, econômica e sanitária

provocada, principalmente, mas não somente, pela pandemia de covid-19, o republicano responsabiliza as minorias sociais pelas mazelas dos Estados Unidos, colocando-as como uma ameaça à moral e à identidade nacional, prometendo, caso seja reeleito, o retorno, ou então, a continuação da “América Grande” (“Make America Great Again”), ou seja, de um país em que sua base eleitoral permanece, ou pelo menos se sente, suficientemente “poderosa” e privilegiada”.

Para isso, Trump recorre a uma de suas armas prediletas: o discurso do ódio. Segundo Max Weber, o Estado tem o monopólio legítimo da violência e, portanto, quando conflitos de violência surgem na sociedade, ele se torna o responsável pela sua extensão ou pela sua regressão (Wieviorka, 2017). No caso dos afro-estadunidenses, o aparato repressivo do Estado atua de maneira arbitrária, fora dos limites da lei, utilizando, como o episódio de George Floyd escancara, uma violência ilegítima, pode-se mesmo dizer criminosa, que não retrocede. Assim, como modo de oferecer uma solução ao eleitorado conservador, especialmente àqueles mais assustados diante das proporções adquiridas pelos protestos antirracistas, o líder da extrema-direita estadunidense promete restabelecer *a lei e a ordem* por meio da força necessária, deixando subentendido o uso da “brutalidade policial”, mecanismo historicamente acionado para coagir os negros, ou ao menos sua grande maioria, nas posições subalternas que lhes são designadas na sociedade (Florenzano, 2024, p. 57-58).

Apesar da ofensiva de Trump, as ruas clamam por justiça racial e os atletas, mesmo optando por prosseguirem com a temporada, não deixam de atender ao chamado. Muitos continuam a se manifestar em prol da causa negra e, inclusive, passam a adentrar no terreno traiçoeiro da política. LeBron James, por exemplo, coloca uma clara missão em sua mente: impedir que Trump siga no comando da Casa Branca. Entretanto, não será tão simples assim cumprir esse objetivo. Tradicionalmente, de acordo com o historiador estadunidense, Alexander Keyssar, sob o ponto de vista da comunidade negra nos Estados Unidos, a política sempre foi marcada por obstáculos. Seja por conta de argumentos pseudocientíficos (colocando os negros como

seres inferiores e desprovidos de inteligência), de manobras políticas (implementações de regulamentações complexas sob o falso pretexto de evitar fraudes eleitorais), ou então, por meio da velha artimanha da violência física e psicológica, o que não faltam são alternativas para barrar politicamente os afro-estadunidenses, impedindo-os de terem acesso às urnas. Desse modo, para Keyssar (2000), face à postura racista dos extremistas brancos nostálgicos dos tempos da escravidão, o voto, ao longo do tempo, constitui-se em uma espécie de autoproteção para os negros assegurarem minimamente os seus direitos políticos. Pois bem, em 2020 a comunidade afro-estadunidense também se encontra ameaçada e só havia uma maneira eficaz de impedir que a agenda política reacionária republicana continue em vigor, a saber: utilizar a sua autoproteção, ou seja, o voto. LeBron sabe muito bem disso. Logo, valendo-se de seu prestígio social e por meio de sua organização *More Than a Vote* (Mais do que um voto), ele passa a implementar campanhas para conscientizar e mobilizar os negros a comparecerem às urnas no dia da eleição (Florenzano, 2024).

LeBron não está sozinho nessa batalha. Atletas de times de futebol americano e de basquete, em uma ação inédita e histórica, reivindicam aos donos das franquias que transformem as arenas esportivas em locais de votação. O objetivo é conscientizar e garantir que mais pessoas, especialmente os afro-estadunidenses, exerçam seu direito ao sufrágio (Florenzano, 2024). A iniciativa dá resultado. A eleição presidencial de 2020 tem um dos maiores comparecimentos da história dos Estados Unidos e, após uma disputa acirrada, o democrata Joe Biden assume o comando da Casa Branca, interrompendo, pelo menos temporariamente, o reinado de terror da cúpula trumpista.

Ao longo da campanha presidencial de 2020, contudo, aqueles que, realmente, adotam uma postura política mais combatente e se colocam na linha de frente do campo de batalha são as mulheres, mais precisamente, as jogadoras da equipe de basquete do Atlanta Dream. Uma das proprietária da franquia, a republicana Kelly Loeffler, que disputa uma vaga ao Senado pelo estado da Geórgia, critica suas atletas

por apoiarem o movimento *Black Lives Matter* (Florenzano, 2024). Loeffler, assim como uma parcela expressiva da população estadunidense, não compreendia o real significado dos protestos antirracistas. Não se trata do típico embate partidário entre democratas e republicanos. É muito mais do que isso. É sobre humanidade. É sobre denunciar e dar um fim à opressão, à violência e ao extermínio sofridos pela comunidade negra que persistem há décadas.

Para se ter uma ideia, segundo a ativista política, Angela Yvonne Davis, no período da escravidão, os proprietários de pessoas escravizadas recorriam aos açoitamentos como forma de punir os transgressores. Entretanto, quando finalmente a comunidade afro-estadunidense se libertou das amarras da escravidão, os açoitamentos deram lugar aos frequentes linchamentos. A título de ilustração, conforme uma pesquisa realizada pela jornalista e ativista política, Ida B. Wells (1862-1931), entre 1865 e 1895 ocorreram mais de 10 mil linchamentos contra negros nos Estados Unidos, muitos dos quais resultaram em morte e a maioria dos casos ficaram impunes (Davis, 2016). Conforme argumenta Wells:

Não foram todos, nem quase todos, os assassinatos cometidos por homens brancos durante os últimos trinta anos que vieram à luz, mas as estatísticas, do modo como foram reunidas e preservadas pelos homens brancos, e que não foram questionadas, mostram que durante esses anos mais de dez mil pessoas negras foram assassinadas a sangue frio, sem a formalidade do julgamento judicial e da execução legal [...] (in Davis, 2016, p. 188).

Voltando ao contexto atual, pode-se afirmar que, embora revestindo-se de novas formas, a violência contra os afro-estadunidenses persiste e se expande, sendo perpetrada tanto por agentes da ordem. A morte de Trayvon Martin, em 2012, mostra-se emblemática a esse respeito. Ao ser “confundido” com um criminoso por George Zimmerman, um vigilante voluntário em Sanford, Flórida, o jovem afro-americano de 17 anos foi fatalmente alvejado no peito quando voltava para a casa de seu pai. O incidente provocou a ira e

indignação da comunidade negra local e vários protestos tomaram corpo pela cidade. Entretanto, alegando legítima defesa e argumentando que Martin parecia estar “drogado” e “aprontando alguma coisa”, Zimmerman foi inocentado pelo júri. Após a sentença, com o objetivo de denunciar a desumanização, a opressão e a desigualdade com que os afro-estadunidenses eram tratados nos Estados Unidos, a ativista Alicia Garza postou uma simples hashtag no Facebook: *#BlackLivesMatter*. A partir daí, originou-se o nome do movimento que luta contra o recrudescimento do racismo no contexto da ascensão da extrema direita. Nas palavras de Garza, o Black Lives Matter pretende se constituir como

[...] uma intervenção ideológica e política em um mundo onde as vidas negras são sistemática e intencionalmente levadas à morte. É uma afirmação das contribuições dos negros para essa sociedade: temos humanidade e resiliência diante da opressão mortal (in Taylor, 2020, p. 294-295).

Assim como Wells no passado, Garza e outros ativistas no presente, as jogadoras do Atlanta Dream não se calarão diante dessa opressão. Em resposta à dona da franquía, elas passam a fazer campanha para o seu adversário, o democrata Reverendo Raphael G. Warnock. A afronta à proprietária é tão significativa que, durante os aquecimentos das partidas, elas usam camisetas com os dizeres “Vote Warnock”. Para o desespero de Loeffler, a iniciativa das jogadoras dá resultado com o reverendo sendo eleito para senador (Florenzano, 2024, p. 99).

1.2 A luta antirracista no país da democracia racial

O levante antirracista que emerge nos Estados Unidos em 2020 alcança outras regiões do mundo, incluindo o Brasil, onde, à época, verifica-se um cenário político-social conturbado, com o aumento descontrolado de casos de covid-19 e hospitais sobrecarregados.

Seguindo os passos de Trump, Bolsonaro busca favorecer sua base eleitoral, principalmente a classe branca dominante, por meio de políticas que, de certo modo, legitimam a violência policial perpetrada, historicamente, contra grupos minoritários, sobretudo, contra a comunidade negra. Assim, sob o slogan “bandido bom, é bandido morto”, a cúpula bolsonarista, segundo a cientista política e especialista em segurança pública e políticas em drogas, Ilona Szabó de Carvalho, concede uma “licença para matar” aos policiais brasileiros, estes que já matam mais do que em qualquer outro lugar do mundo (in Florenzano, 2024, p. 149). Desse modo, para Silvio Almeida, em entrevista ao site GloboEsporte.com,

[...] no Brasil, os negros são maioria e para manter a desigualdade social que existe no Brasil, o Estado tem que ser muito mais violento do que o Estado americano. O racismo é sempre um flerte com a morte. Mais do que um flerte com a morte, o racismo é um casamento com a morte. A morte é o último estágio (in Florenzano, 2024, p. 150).

Não admira, assim, que Bolsonaro seja um defensor radical do uso da arma de fogo, justificado, na visão dele, como “garantia de vida aos cidadãos de bem”. Entretanto, mais do que flertar com a morte, o líder da extrema-direita e seus discípulos flertam com a real possibilidade de um golpe militar para se manter no poder, estratégia que começa a se delinear no horizonte político. Dessa maneira, as ruas estão divididas entre duas visões de mundo contrastantes. De um lado, bolsonaristas fervorosos que clamam pela volta da ditadura militar com o seu líder no comando e, de outro lado, militantes do campo progressista que resistem às investidas golpistas. Logo, diante desse cenário, em um primeiro momento, os atos progressistas se concentram na manutenção da democracia e, posteriormente, incorporam a pauta antirracista. Porém, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, no Brasil as ruas não são tomadas por dias consecutivos de protestos, os quais, na verdade, acontecem apenas em alguns finais de semana e apresentam pouca mobilização (Florenzano, 2023).

Há alguns fatores que juntos explicam o porquê da baixa adesão dos brasileiros às marchas. Em primeiro lugar, há nas ruas um potencial conflito físico entre grupos pró e contra Bolsonaro. Em segundo lugar, para evitar o contágio do vírus, muitas pessoas resolvem não se arriscar em sair de suas casas e optam por realizar manifestações virtuais, isto é, por meio das redes sociais, contra o líder da extrema-direita brasileira. Entretanto, importante ressaltar, por mais que o mundo de hoje em dia está conectado, um protesto on-line não tem o mesmo impacto de um protesto presencial, uma vez que ocupar as ruas e, sobretudo, os pontos mais simbólicos de uma cidade constitui uma demonstração de poder político cujos efeitos têm sido observados desde a Primavera Árabe (Castells, 2013). A principal explicação, contudo, para que as passeatas não tivessem tanta mobilização, encontra-se no mito da democracia racial brasileira. Originado na década de 1930, cuja narrativa foi sendo atualizada ao longo dos anos pelos militares durante o período sombrio da ditadura como uma contraofensiva aos movimentos negros que emergiam na época, o tal mito proclama o Brasil como um paraíso racial, onde brancos, negros, indígenas e as “demais raças” convivem em harmonia entre si, sem qualquer tipo de discriminação. Nas palavras do antropólogo Kabengele Munanga, a lenda, em suma, afirma

[...] que somos um povo mestiço - ou seja, nem branco, nem negro e nem índio [indígena] -, uma nova “raça” brasileira, uma raça mestiça. Quem vai discriminar quem, se somos todos mestiços? (In: Kon, Silva e Abud, 2017, p. 38).

Por mais que pareça inofensivo à primeira vista, esse discurso, na verdade, possui um efeito devastador para a comunidade afro-brasileira, mantendo a sociedade, de modo geral, inerte em relação à luta contra a discriminação racial; pois, afinal de contas, se o racismo, conforme pretende fazer crer o mito, já foi superado no Brasil, não há mais a necessidade de combatê-lo. Porém, o racismo não está superado. Longe disso, ele ainda se mantém vivo e materializa-se em todas as

esferas da vida pública, provocando profundas desigualdades sociais entre brancos e negros. De fato, assim como nos Estados Unidos, no Brasil, na pandemia de covid-19, segundo Ilona Szabó de Carvalho, a classe branca dominante, de certo modo, consegue preservar os seus privilégios sociais; em compensação, os afro-brasileiros são os que mais têm chances de morrer, seja pela contaminação do vírus, ou então, pelas abordagens truculentas cometidas pela polícia (in Florenzano, 2024, p. 147).

De fato, o mito da democracia racial brasileira dominou e ainda domina o imaginário social. Para se ter uma ideia, apenas em 20 de novembro de 1995, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, que o Estado brasileiro reconheceu pela primeira vez que os negros são vítimas de discriminação racial (Vieira, 2017, p. 55). Mesmo assim, casos de violência policial contra a comunidade negra continuam sendo comuns e, sempre que necessário, o tal mito reaparece na fala de alguma autoridade pública, especialmente ligada à extrema-direita, para negar a existência do racismo no Brasil. Em 2020, por exemplo, acontece o caso de João Alberto Silva Freitas, um homem espancado até a morte por seguranças de um supermercado em Porto Alegre. Bolsonaro, na tentativa de afirmar que o episódio não passa de um caso isolado de violência contra os negros, recorre à referida lenda e afirma em seu pronunciamento que “[...] somos um povo miscigenado. Brancos, negros, pardos e índios [indígenas] compõem o corpo de um povo rico e maravilhoso [...]” (in Florenzano, 2024, p. 161). Mais do que recorrer ao mito, os bolsonaristas procuram escrever novas páginas para ele. O auge dessa iniciativa vem com a criação do movimento “Minha Cor é o Brasil” o qual, com base na teoria da meritocracia, tem como objetivo negar, ou ao menos relativizar, a existência do racismo em solo brasileiro. Todavia, se, por um lado, o núcleo político bolsonarista pretende manter as desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros; por outro lado, os coletivos negros e uma parte do campo progressista, inscrevendo-se no levante antirracista que surge ao redor do mundo, resistem à agenda reacionária de Bolsonaro. As ruas brasileiras, de certa maneira, começaram a ter uma maior consciência

sobre a importância do combate ao racismo. Sendo assim, resta saber qual será a posição dos atletas brasileiros a respeito do embate que atravessa e tensiona o país.

1.2.1 Esporte brasileiro

No esporte brasileiro há uma baixa adesão às manifestações antirracistas. São poucos os atletas, homens e mulheres, que se posicionam, pelo menos de forma contundente, indo além de publicações meramente protocolares nas mídias digitais, em prol da causa negra. Entretanto, dentre essas poucas vozes que se fazem ouvir no esporte, duas, em especial, se destacam: Daiane dos Santos e Etienne Medeiros.

A ex-ginasta e multicampeã, Daiane dos Santos, a exemplo do que faz a tenista Naomi Osaka, transforma suas redes sociais em um palco de debate sobre os problemas raciais enfrentados no Brasil. Demonstrando conhecimento de causa, ela não apenas se dirige à comunidade afro-brasileira como também cobra uma maior participação dos brancos na luta antirracista. Em entrevista ao site Globo Esporte (GE), a ex-ginasta dá a seguinte declaração:

Esse tipo de preconceito, além de outros, como os homofóbicos, acontece pela falta de educação e empatia. Infelizmente acontece todos os dias, não só no esporte, por situações que eu passei, como ser perseguida, mas em todos os casos. Algumas pessoas veem e não fazem nada. [Combater] O preconceito racial é uma responsabilidade de todos nós, parte do princípio da educação, precisamos educar melhor os nossos filhos. O mesmo respeito que você quer, tem que querer para o próximo também. Essa luta não é só dos negros, ou dos LGBTQs (in Florenzano, 2023, p. 168).

De fato, Daiane tem razão. A luta antirracista não é algo que diz respeito apenas aos negros. Pelo contrário, segundo a filósofa Djamila Ribeiro, o racismo é uma problemática branca, ou seja, foram os

brancos que criaram esse problema e, portanto devem ser responsabilizados por ele e entenderem que seus privilégios são frutos da discriminação racial. Isso não significa, ainda de acordo com Ribeiro, “(...) de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação” (Ribeiro, 2019, p. 35-36). Em outras palavras, o branco deve adotar atitudes de combate ao racismo .

A nadadora Etiene Medeiros, por sua vez, segue na mesma linha de raciocínio. Em diversas oportunidades, ela denuncia a falta de oportunidades que os afro-brasileiros têm em determinados postos da sociedade, sobretudo, na sua modalidade esportiva. Em uma entrevista ao site GE, por exemplo, ela disse o seguinte:

O racismo sempre existiu. Eu faço parte de um esporte que é totalmente elitista. Eu faço parte de um esporte que a gente não vê negros nadando. E isso aflorou muito para as pessoas. As pessoas estão em casa, tentando enxergar empatia, tentando ver algo de bom na sociedade, mas o racismo veio para bater de frente. Veio para dizer - você, agora que está sentado em casa, sem os seus privilégios de ir ao shopping, sem os seus privilégios de fazer o que você quer... agora, vê o que acontece (in Florenzano, 2023, p. 168-169).

De acordo com a psicóloga e ativista Cida Bento, por mais que uma parcela considerável da população branca brasileira faça parte do grupo de desempregados e/ou que moram nas favelas, os cargos mais altos de empresas, universidades, poder público são ocupados, em sua grande maioria, pelos brancos e, em contrapartida, os negros, majoritariamente, ficam submetidos aos postos mais baixos. Não à toa, há poucas referências de afro-brasileiros nas funções de comando de grandes organizações ou instituições (2022, p. 9-10-11), bem como, conforme Etiene Medeiros, atuando em um esporte elitista como é a natação. A manutenção dessa ordem sociorracial é denominada por Cida Bento como “o pacto da branquitude”, isto é, a classe dominante branca procura conservar os seus privilégios sociais e, para isso, nega,

relativiza ou então simplesmente mantêm-se em silêncio diante das desigualdades raciais presentes no país (2022, p. 18). Entretanto, o campo progressista, seja representado pelas manifestações antirracistas nas ruas brasileiras, ou então, nas arenas esportivas por meio dos posicionamentos de atletas, como Daiane dos Santos e Etiene Medeiros, busca dismantelar esse pacto, ou, em outros termos, repactuar as relações sociais entre negros e brancos na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Racismo, conforme argumentam vários autores, dentre eles, Wieviorka (2007), não é uma mera sobrevivência do passado que será superado pelo progresso, mas uma categoria de poder que se atualiza e renova as suas estratégias na sociedade. No caso dos Estados Unidos, a segregação e a opressão raciais retornam sob diversas formas, tanto a das mortes decorrentes da abordagem dos agentes, públicos e privados, incumbidos da tarefa de assegurar a *lei e a ordem*; quanto do encarceramento em massa da população afro-estadunidense, no bojo da *guerra às drogas*. Nesse sentido, George Floyd emerge um exemplo eloquente da nova estratégia de poder do racismo estrutural presente na sociedade estadunidense.

Entretanto, por outro lado, sua morte também simboliza o início de uma revolução. Como há muito tempo não se via, desde a década de 1960 com os protestos capitaneados pelo Movimento Pelos Direitos Civis de Martin Luther King, um levante antirracista histórico emerge nos Estados Unidos. Os atletas, sobretudo as mulheres, impulsionados pelas multidões que tomam as ruas e clamam pelo fim do racismo e da violência policial, promovem iniciativas que impactam diretamente torcedores, dirigentes, jornalistas e até mesmo as eleições estadunidenses de 2020. Viajando nas ondas da internet, as manifestações ultrapassam fronteiras e ocorrem em outras regiões do mundo. Países europeus, asiáticos, africanos e da Oceania observam suas populações irem às ruas e marchar contra a discriminação racial.

No Brasil, as passeatas também acontecem, no entanto, não têm a mesma mobilização da dos Estados Unidos. Se nas ruas brasileiras os atos antirracistas não possuem tanta repercussão, no esporte também não é diferente. São poucos os atletas que se posicionam de forma contundente em prol da causa negra. Isso se explica pelo fato de que, historicamente, a sociedade brasileira, com exceção dos movimentos negros, sempre se manteve inerte em relação ao combate do racismo. Cegos, de certa forma, pelo mito da democracia racial, uma parcela significativa da população acredita até hoje que, realmente, o Brasil é uma terra livre de preconceitos, por mais que diariamente a comunidade negra seja vítima de discriminação e violência. Pode até acontecer de um caso de racismo ganhar repercussão na grande mídia, no entanto, o tal mito, através da fala de uma autoridade pública, irá tratar de afirmar que aquilo não passa de um caso isolado. Mais do que isso, porém, seja de forma involuntária ou não, uma outra parte dos brasileiros, em especial da classe branca dominante, fenômeno chamado por Cida Bento (2022) de “pacto da branquitude”, prefere negar, relativizar ou então simplesmente ficar em silêncio diante das injustiças raciais do país a fim de manter seus privilégios sociais. Nesse sentido, os questionamentos formulados por Daiane dos Santos e Etienne Medeiros aos setores historicamente favorecidos da sociedade brasileira, constitui uma das principais contribuições das atletas negras à luta antirracista no país.

Em resumo, a ascensão da extrema-direita brasileira atende, dentre outros objetivos, o de bloquear a efetiva democratização das relações raciais no país, refletida no acesso da população negra aos postos de poder, renda e prestígio na sociedade. Assim sendo, o mito da democracia racial continua, mais do que nunca, produzindo efeitos de poder no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Feminismos Plurais, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2022.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Vol II O poder da identidade. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

CHAIA, Vera; COELHO, Cláudio; CARVALHO, Rodrigo de. **Política e Mídia**: estudo sobre a democracia e os meios de comunicação no Brasil. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FLORENZANO, Gianluca. **O jogo das ruas**: movimento de atletas contra o racismo. Curitiba: Editora Appris, 2024.

HARTMANN, Douglas. **Race, culture, and the revolt of the black athlete**: the 1968 olympic protests and their aftermath. Chicago, Estados Unidos: Editora The University of Chicago Press and London, 2003.

KEYSSAR, Alexander. **O direito de voto**: a controversa história da democracia nos Estados Unidos. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi. **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

VIEIRA, José Jairo. **As relações étnico-raciais e o futebol do Rio de Janeiro: mitos, discriminação e mobilidade social**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2017.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. **#Vidas negras importam e libertação negra**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

CAPÍTULO 3

Mídia Esportiva e Racismo: representações e discursos racistas na cobertura futebolística¹

Vinícius Lucena de Oliveira²
Soraya Barreto Januário³

Ao entendermos que o futebol é uma das manifestações culturais mais populares no Brasil (DaMatta, 1982), nos permite afirmar que assim como a sociedade, a modalidade está permeada por diversas problemáticas presentes na sociedade. Uma dessas questões é o racismo, que se manifesta frequentemente no universo futebolístico e ultimamente tem sido alvo de intensos debates na mídia brasileira e internacional. Desde as proibições durante o período amador do futebol no país, até a inclusão dos negros no esporte, acompanhada de um discurso que promove a construção de uma identidade nacional brasileira, a narrativa idealizada do atleta negro é destacada positivamente, mas focada estritamente em aspectos físicos. Esse sistema de "integração racial" contraditoriamente reforça hierarquias e mantém a branquitude em uma posição privilegiada, associada à racionalidade (Abrahão; Soares, 2009). Portanto, é evidente que as questões étnico-raciais são latentes no esporte mais popular do Brasil. Colocado nesse contexto que combina o louvor à "identidade negra" (Abrahão; Soares, 2009) e a hierarquização racial, o jogador negro torna-se alvo preferencial de ataques, muitas vezes explicitamente racistas.

¹ O artigo foi parcialmente publicado na Revista Dispositiva, n. 13, 2024.

² Mestrando vinculado ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Bolsista CAPES. E-mail: vinicius.lucenao@ufpe.br

 <https://orcid.org/0009-0007-0842-0922>

³ Doutora em Ciências da Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: soraya.barreto@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0405-6381>

De acordo com o Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol, elaborado pelo Observatório Racial do Futebol (2023), no ano de 2022 foram registrados 111 episódios de discriminação racial envolvendo atores ligados ao futebol brasileiro. Entre as vítimas, segundo o estudo, estão atletas, árbitros, torcedores, profissionais que atuam pelos clubes, integrantes da imprensa esportiva e familiares de atletas. Do frequente uso de estereótipos raciais (Hall, 2016; Hylton, 2009; MacNeill, 2006) às recorrentes injúrias raciais (Abrahão; Soares, 2009; Esteves, 2020; Vieira, 2003), os ataques, de acordo com o levantamento em questão, ocorrem em diversos ambientes: dentro dos estádios, nas redes sociais digitais, na imprensa, entre outros espaços.

Aqui, nos interessam, particularmente, os casos nos quais a manifestação racista é pronunciada por atores ligados aos veículos de mídia. No universo de 74 casos de racismo levantados pelo Observatório Racial do Futebol ao longo do ano de 2021, sete atos discriminatórios partiram de membros da imprensa esportiva (Observatório, 2022); já no ano seguinte, em 2022, quatro episódios do tipo foram registrados (Observatório, 2023). Os casos em questão compreendem comentários com teor racista difundidos em meios de comunicação – como emissoras de rádio e TV, jornais impressos e redes sociais – e em perfis pessoais de comunicadores. Em todos eles, futebolistas negros são colocados em situações de desumanização, por meio de discursos que reforçam os processos de diferenciação (Carneiro, 2023; Hall, 2016).

Entre os casos de racismo registrados nos quais os agressores são profissionais ligados à mídia esportiva, há episódios nos quais marcadores de gênero também atravessam a relação entre as partes envolvidas. Um deles diz respeito às agressões cometidas pela equipe responsável pela transmissão oficial da Série A1 do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino de 2021, direcionadas a mulheres que, na ocasião, defendiam o Esporte Clube Bahia em uma partida contra a Associação Atlética Nápoli, de Santa Catarina.

O objeto deste artigo é, portanto, constituído a partir de casos nos quais alguns dos discursos racistas mais recorrentes no contexto da

cobertura futebolística são recuperados através de enunciados proferidos por atores ligados à mídia esportiva, como é o caso do episódio descrito no parágrafo anterior. Além do caso envolvendo as atletas do Bahia, que aconteceu em uma transmissão via *streaming*, abordaremos outras duas ocorrências do universo do futebol masculino registradas na televisão e no rádio.

Com base em episódios nos quais discursos racistas, por vezes atravessados por marcadores de gênero, são reproduzidos por profissionais da imprensa no âmbito da cobertura futebolística, propõe-se uma análise ancorada nos Estudos Críticos do Discurso (Van Dijk, 2008, 2010) sobre como tais comentários – que são perpetuados constantemente em produtos midiáticos como o esporte de alto nível – recuperam enunciados e práticas historicamente repetidas no contexto da cultura (Gonzalez, 2020; Vieira, 2003) e, assim, acabam por sustentar relações de desigualdades através de “reproduções ideológicas” (Van Dijk, 2008). Tais enunciados atribuem aos corpos negros características desumanizadoras, associando determinadas características ao “exotismo” (Souza, 1990; Carneiro, 2023). Nesse processo de instituição da diferença, os corpos negros são colocados, violentamente, em um lugar associado à primitividade, ao animalesco, no qual as características físicas, naturais, citadas anteriormente são ressaltadas no processo de fixação da alteridade, que coloca o homem branco em um lugar de centralidade (Carneiro, 2023).

Pretendemos, assim, situar os casos recentes de manifestações racistas na mídia esportiva em uma conjuntura mais ampla, um processo contínuo de construção do que Stuart Hall (2016) chama de regime racializado de representação, ou seja, “todo o repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais a ‘diferença’ é representada em um dado momento histórico pode ser descrito como um regime de representação” (Hall, 2016, p. 150). Nesse sentido, adotamos uma abordagem que coloca o discurso em uma posição de centralidade na perpetuação do racismo nas sociedades contemporâneas (Van Dijk, 2010).

Como um dos casos centrais neste estudo tem como alvo um grupo de mulheres negras, julgamos necessária a adoção de uma abordagem interseccional, reconhecendo que as identidades e as formas de opressão, em casos como o das atletas do Bahia, não são experienciadas de forma isolada, mas de maneira interconectada e interdependente (Collins; Bilge, 2021). A partir daí, situamos o caso em questão em uma rede maior, cuja existência implica no afastamento de mulheres – negras, em especial – do universo da mídia esportiva (Seraphim, 2022).

1. REPRESENTAÇÕES E DIFERENCIAÇÃO NA MÍDIA

Há um arcabouço, em um processo contínuo de construção, constituído por pesquisas dos campos das ciências sociais, da comunicação e de áreas correlatas que se debruçam sobre as questões étnico-raciais no futebol brasileiro. Existem estudos que abordam a integração do negro ao universo futebolístico no contexto da profissionalização do esporte no Brasil (Abrahão; Soares, 2009); que estudam a questão da integração social e possibilidade de ascensão social por meio do esporte, bem como as disparidades percebidas na ocupação de cargos diretivos ou com poder decisório no futebol (Vieira, 2003; Oliveira; Barreto Januário, 2022); outros que focam em casos específicos, mas que oferecem caminhos para a compreensão do cenário maior, como o caso do processo de culpabilização do goleiro Moacir Barbosa pela derrota da seleção brasileira diante do Uruguai na Copa do Mundo de 1950 (Abrahão; Soares, 2009); há, ainda, as que trazem objetos mais recentes e denunciam a perpetuação das mais diversas práticas racistas no âmbito do esporte brasileiro (Oliveira; Barreto Januário, 2022; Esteves, 2020) e analisam os efeitos da estereotipagem direcionada a corpos negros no esporte (Abrahão; Soares, 2009; Hylton, 2009).

No entanto, nosso objetivo é promover um debate sobre episódios nos quais questões de raça, por vezes atravessadas por marcadores de gênero, estão no centro de determinadas agressões

praticadas no âmbito da mídia esportiva. Antes de discutirmos, especificamente, o que acontece na imprensa especializada, é importante reiterar que o problema das representações marcadas pelo racismo no contexto da mídia e da cultura brasileira, no geral, atinge uma parcela considerável das produções e manifestações culturais. Silva e Rosemberg (2007), analisam como racismo se manifesta na literatura, nos livros didáticos, no cinema, na televisão, em telejornais e em outros formatos jornalísticos. Entre os problemas apontados pelos autores estão um problema de representatividade observado na maioria dos veículos, um constante silenciamento da mídia sobre as desigualdades raciais (tal silenciamento acaba por negar a existência do racismo e reforçar o mito da democracia racial), a colocação do branco em um lugar de superioridade⁴ e o uso recorrente de estereótipos raciais, transpassados por marcadores de gênero, em determinados casos (Silva; Rosemberg; 2007).

Adotando uma abordagem de cunho interseccional, Lélia Gonzalez (2020) também identifica diversas situações em que os corpos negros, em especial os corpos das mulheres negras, são colocados em um local de subalternidade em manifestações da cultura popular, como a música e o carnaval, na imprensa e na comunicação cotidiana, que acabam por funcionar como pedagogias culturais e discursivas do que significa ser mulher e negra para a sociedade. Tais representações estariam diretamente relacionadas ao processo de construção das identidades.

⁴ No original: “En los diversos medios discursivos se trata al blanco como el representante natural de la especie. Sus características se consideran la norma de la humanidad. La conclusión del estudio de Rosemberg puede sintetizar los resultados observados en diversos medios: «Entre las formas latentes de discriminación contra los no blancos, tal vez la más constante sea la negación del derecho a la existencia humana –al «ser»–: el blanco es el representante de la especie. Por esta razón, se entiende que sus atributos son universales» (Rosemberg, 1985: 81). La naturalización y universalización de la condición del blanco se transfieren a la representación del público al que se dirigen los mensajes. En diversos medios de comunicación, el público se construye discursivamente como supuestamente blanco” (Silva; Rosemberg, 2007, p. 99).

Ao discorrer sobre representações, linguagem e significados, Hall (2016) fala sobre a questão da construção das identidades, relacionando-a ao processo de construção de sentidos através da linguagem. Segundo ele, “o sentido é o que nos permite cultivar a noção de nossa própria identidade, de quem somos e a quem ‘pertencemos’ – e, assim, ele se relaciona a questões sobre como a cultura é usada para restringir ou manter a identidade dentro do grupo e sobre a diferença entre grupos” (Hall, 2016, p. 21-22). É justamente na demarcação do outro, na reiteração dos processos de diferenciação, que os discursos racistas na mídia se ancoram.

Em uma tentativa de elucidar o papel que alteridade tem sobre a perpetuação do racismo, partimos do conceito de dispositivos de racialidade, cunhado por Sueli Carneiro (2023). A autora constroi essa ideia a partir da noção foucaultiana de dispositivo, que consiste em uma articulação entre uma multiplicidade de elementos (discursos, instituições, leis, proposições morais, filosóficas, entre outros) que marca as relações de poder e “tem uma função estratégica dominante” (Carneiro, 2023, p. 28). Carneiro (2023) diz que essa noção “oferece recursos teóricos capazes de apreender a heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira” (Carneiro, 2023, p. 28).

Dada a definição do conceito, a autora passa a se debruçar sobre a questão da alteridade, da ontologia da diferença; um dispositivo, segundo ela, institui “a constituição de uma nova unidade em cujo núcleo se aloja uma nova identidade padronizada, e, fora dele, uma exterioridade oposta, mas essencial para a afirmação daquela identidade nuclear” (Carneiro, 2023, p. 28). O outro, portanto, torna-se a base da construção do Ser. Diante disso, o dispositivo de racialidade produz uma dualidade calcada na diferenciação, com o Eu hegemônico, branco, “dotado de razoabilidade”, em um local de referência, sendo colocado como a própria personalização da ideia de humanidade. Nesse sentido, todos os que “desviam” desse padrão de humanidade, todo o “Outro”, passa por um processo de assujeitamento, de modo que são distanciados

desse ideal e passam por um processo de coisificação, de desumanização.

A autora cita, ainda, a existência de determinadas interdições que compõem um sistema excludente que nega aos corpos negros a noção de humanidade; segundo ela, esse sistema opera diretamente no sentido do controle da mobilidade social por grupos sociais hegemônicos, o que impede que determinados corpos ocupem as chamadas “esferas privativas da branquitude” (Carneiro, 2023).

Sobre diferenciação e hierarquização pautadas em um ideal de brancura, Sueli Carneiro (2023), diz que “o dispositivo de racialidade, ao demarcar a humanidade como sinônimo de brancura, irá redefinir as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a proximidade ou o distanciamento desse padrão” (Carneiro, 2023, p. 35). Assim, traços fenotípicos, características físicas, são tidas como elementos diferenciadores.

Quando focarmos, mais adiante, nos ditos racistas proferidos por pessoas ligadas à imprensa esportiva, perceberemos a recorrência desses elementos diferenciadores e avaliaremos os impactos que tais construções discursivas exercem sobre os corpos negros no universo futebolístico.

Sobre os elementos diferenciadores nas práticas discursivas que tais elementos diferenciadores se manifestam, retomamos a ideia do “mito negro”, de Neusa Santos Souza (1990). Ao discorrer sobre os efeitos subjetivos do racismo e os impactos das disparidades nas relações étnico-raciais na esfera psicológica, Souza cita o “mito negro”, um “conjunto de representações que expressa e oculta uma ordem de produção de bens de dominação e doutrinação” (Souza, 1990, p. 25). Tal regime de representação – aqui estabelecemos um diálogo com as ideias de Stuart Hall (2016), dos Estudos Culturais; um pouco mais à frente, abordaremos o conceito em questão – é ancorado no apelo à alteridade, à distinção racial em seu aspecto cultural, com características que remetem a parâmetros biologizantes, definindo e reforçando lugares de poder e dominação através de desumanização, da coisificação dos corpos, das subjetividades e das culturas negras

(Souza, 1990). Sobre o “mito negro” e as representações, Neusa Santos Souza diz, citando uma imagem que, como veremos mais adiante, é frequentemente acionada em casos de racismo no universo futebolístico:

O irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensitivo, o superpotente e o exótico são as principais figuras representativas do mito negro. Cada uma delas se expressa através de falas características, portadoras de uma mensagem ideológica que busca afirmar a linearidade da “natureza negra” enquanto rejeita a contradição, a política e a história em suas múltiplas determinações. A representação do negro como elo entre o macaco e o homem branco é uma das falas míticas mais significativas de uma visão que o reduz e cristaliza à instância biológica. Esta representação exclui a entrada do negro na cadeia dos significantes, único lugar de onde é possível compartilhar do mundo simbólico e passar da biologia à história (Souza, 1990, p. 27-28).

A autora cita, ainda, a estereotipagem – objeto também explorado, com maior profundidade, nas obras de pensadores dos Estudos Culturais como Bhabha (2007) e Hall (2016) – como um dos mecanismos acionados no contexto de reprodução desse regime de representação. Os efeitos dos discursos construídos a partir dessas representações – da coisificação, da desumanização, da reiteração da ideia moderna de que associa o branco ao padrão de humanidade e racionalidade – sobre as subjetividades negras é discutida tanto na obra da própria Neusa Santos Souza (1990) quanto em escritos clássicos de Frantz Fanon (2023).

Outro aspecto caro à nossa pesquisa é a relação entre a reprodução dos discursos racistas e o afastamento das pessoas racializadas das posições de poder, como cargos diretivos, no caso de instituições, ou postos incumbidos da responsabilidade de tomar decisões. De acordo com Moreira (2019, p. 39), “a associação da negritude com elementos negativos e a associação da branquitude com elementos positivos permite que as pessoas brancas sejam

representadas como sujeitos superiores e também os únicos capazes de atuar de forma competente na esfera pública”.

A partir das ideias expostas podemos relacionar esse conjunto de práticas discursivas ao que Stuart Hall (2016) chama de regime de representação, ou, no caso de situações que envolvem atores racializados, regimes racializados de representação, nos termos do autor.

Sobre a “representação” em si, Hall (2016) diz que tal termo está relacionado à produção de sentidos através do uso da linguagem e que há dois “sistemas de representação”, um que “nos permite dar sentido ao mundo por meio da construção de um conjunto de correspondências, ou de uma cadeia de equivalências entre as coisas [...] e o nosso sistema de conceitos, nossos ‘mapas conceituais’” (Hall, 2016, p. 38) e um segundo, que “depende da construção de um conjunto de correspondências entre esse nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, dispostos e organizados em diversas linguagens, que indicam ou representam aqueles conceitos” (Hall, 2016, p. 38).

Em *O espetáculo do outro*, Hall (2016) também relaciona a ideia foucaultiana de poder à representação e à diferença; segundo ele, o poder (no âmbito do simbólico, do cultural) compreende “o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira, dentro de um determinado ‘regime de representação’” (Hall, 2016, p. 193), o que, em determinados casos, resultaria nas chamadas violências simbólicas. Nesse contexto, os regimes de representação são definidos como “todo o repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais a ‘diferença’ é representada em um dado momento” (Hall, 2016, p. 150).

A partir dessa noção de regimes racializados de representação e da ideia de que nenhum discurso é completamente novo e que os discursos retomam ideias preexistentes, podemos afirmar que há uma recorrência nos discursos racistas pronunciados na mídia (Silva, Rosenberg; 2007). Tais discursos se utilizam de um certo léxico, acionando determinados termos e imagens. Em seguida, iremos observar como esse repertório costuma ser acionado no âmbito da cobertura jornalística esportiva.

2. A CONSTRUÇÃO DO OUTRO A PARTIR DOS DISCURSOS REPRODUZIDOS NA MÍDIA ESPORTIVA

Entre 2021 e 2022, ao menos treze casos de discriminação racial no âmbito do futebol brasileiro tiveram profissionais da imprensa esportiva como enunciadores de discursos que, de diferentes formas, são permeados pelo racismo (Observatório, 2023; Observatório, 2022). Estabelecemos, em meio a esse escopo, uma amostragem intencional, selecionando episódios nos quais atores ligados à mídia futebolística recuperam determinadas construções discursivas ancoradas no racismo, bem como em violências de gênero.

O primeiro caso envolve a equipe de futebol de mulheres do Esporte Clube Bahia. Em abril de 2021, em uma partida válida pela série A1 (primeira divisão) do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, atletas do clube baiano foram vítimas de comentários racistas proferidos por profissionais envolvidos na transmissão da partida⁵. Durante a transmissão ao vivo, por meio da plataforma digital *MyCujoo*, o comentarista Edson Florão mencionou os “cabelos exóticos” e a “vantagem” na estatura das jogadoras da equipe nordestina, composta, em sua maioria, por mulheres negras. “O Bahia, que está aí com a sua vantagem de estatura, com esses cabelos exóticos. Pelo menos meia dúzia (das jogadoras). A Nine (lateral direita) tem o cabelo mais exótico, me parece, dessa equipe do Bahia” (Observatório, 2022), disse o comentarista, referindo-se aos cabelos crespos das atletas. O comentário, que coloca os corpos em questão em um lugar associado ao exotismo (Souza, 1990), chegou a ser endossado pelo narrador, Paulo César Ferrarin: “Eu até ‘tava’ brincando com esses cabelos. Parece a Margareth Menezes (cantora), lá da Bahia” (Observatório, 2022).

⁵ JOGADORAS do Bahia são alvo de comentários racistas em transmissão. Correio. Salvador. 25 abr. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/KwJaLgllk>. Acesso em: 22 dez. 2023.

O episódio, que culminou com o afastamento dos dois homens das transmissões do futebol de mulheres, possui um componente de gênero indissociável. Collins e Bilge (2021) definem a interseccionalidade – conceito previamente abordado, diretamente sob este termo ou não, na obra de outras autoras como Kimberlé Crenshaw, bell hooks, Angela Davies, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez – como uma abordagem analítica que considera que categorias como raça, gênero, classe, orientação sexual, entre outras, devem ser lidas como categorias que “se sobrepõem e funcionam de maneira unificada” (Collins; Bilge, 2021, p. 15). Na sociedade brasileira – e, por conseguinte, no contexto da prática esportiva no país –, as mulheres negras foram colocadas, historicamente, em uma situação de vulnerabilidade, sob “uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida” (Carneiro, 2011, p. 127). Como herança das estruturas coloniais que fundaram a formação social brasileira – apontadas por Sueli Carneiro (2020) como “o ‘cimento’ de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades” – tal segmento da sociedade foi constantemente associado a práticas laborais, como pontua Lélia Gonzalez (2020). Nesse processo, ainda, destacam-se violências relacionadas à questões estéticas com premissas que se abarcam num ideal dominante de beleza (Moreno, 2008), de modo que, no processo de construção das alteridades, do Outro incompatível com os padrões de brancura, “as marcas visíveis dos corpos se convertem em motivos para a discriminação racial e para a opressão” (Fonseca; Guzzo; 2018, 74)⁶. Cabe ressaltar ainda que estas questões que marcam o corpo, numa perspectiva de gênero, é catapultada para ataques misóginos que versam sobre a hipersexualização do corpo feminino e o racismo observado na hierarquização das características de raça, para além das questões de sexualidade, por exemplo.

⁶ No original: “las marcas visibles de los cuerpos se convierten en motivo de discriminación racial y de opresión” (Fonseca; Guzzo; 2018, 74).

Tais “marcas visíveis” são, de acordo com Souza (1990), frequentemente acionadas em discursos racistas. Enunciados como os descritos anteriormente nesta seção podem ser relacionados ao regime representacional que a autora chama de “mito negro”, que, no episódio em questão, é evocado a partir da relação estabelecida pelos comentaristas entre os corpos negros e o exotismo. Ainda, percebemos a influência da estereotipagem (Hall, 2016) a partir do momento em que a equipe de transmissão destaca uma suposta vantagem física dos corpos negros na partida, recuperando discursos que limitam os atletas negros a capacidades estritamente ligadas a aspectos da corporalidade; tais discursos são comumente reproduzidos no âmbito da cobertura esportiva e foram objeto de estudo em diversas ocasiões (Hall, 2016; Hylton, 2009).

Ao discorrer sobre o chamado “racismo cotidiano”, Grada Kilomba (2019) fala, em primeira pessoa, dos efeitos que ataques semelhantes aos sofridos pelas atletas do Bahia, taxadas como “exóticas” na ocasião, podem ter sobre a mulher negra e sobre a construção das suas subjetividades:

Toda vez que sou colocado como "outra" – seja a "outra" indesejada, a "outra" intrusa, a "outra" perigosa, a "outra" violenta, a "outra" passional, seja a "outra" suja, a "outra" excitada, a "outra" selvagem, a "outra" natural, a "outra" desejável ou a "outra" exótica –, estou inevitavelmente experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com o que o *sujeito branco* não quer ser reconhecido (Kilomba, 2019, p. 78).

Kilomba (2019) ainda aborda, em “Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano”, a questão dos cabelos lidos pela branquitude como “sinais repulsivos da negritude”, como podemos observar no caso supracitado. A autora chama atenção para o fato de determinados penteados, em certos contextos, são carregados de um posicionamento político:

Mais do que a cor da pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores *brancos*, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de "primitividade", desordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi então classificado como "cabelo ruim". Ao mesmo tempo, *negras* e *negros* foram pressionadas/os a alisar o "cabelo ruim" com produtos químicos apropriados, desenvolvidos por indústrias europeias. Essas eram formas de controle e apagamento dos chamados "sinais repulsivos" da *negritude*. Nesse contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política entre africanas/os e africanas/os da diáspora. (Kilomba, p. 126-127)

Ainda em 2021, meses após o caso envolvendo as atletas do Bahia, dois comentaristas da ESPN Brasil foram acusados de racismo nas redes sociais. Em um programa no estilo mesa redonda, o jornalista Fábio Sormani e o comentarista Zé Elias, ex-jogador profissional de futebol, teceram críticas a dois atletas negros que, à época, atuavam pela Sociedade Esportiva Palmeiras (SP). As críticas feitas por Sormani, entretanto, relacionavam uma suposta “falta de foco” e uma “queda de rendimento” dos jogadores Danilo e Patrick de Paula a intervenções estéticas realizadas pela dupla; na ocasião, um dos atletas adotou um penteado com dreadlocks. No ao vivo, o comentarista falou:

Você vê o Danilo com o cabelo rastafári... os caras estão deslumbrados. O Patrick de Paula foi pego em uma quebrada aí durante a noite e foi afastado. Precisa ver como é que essa molecada está se comportando. O meu meio campo do Palmeiras é Danilo e Patrick de Paula, mas esses caras não estão entregando. E por que esses jogadores não estão entregando? É chuteira colorida, rastafári, fitinha... divisão do foco. [...] Ao invés de passar seu tempo estudando o adversário, você passa seu

tempo na frente do espelho olhando o rastafári (Zé Elias, 2021, s/p)⁷;

Em outra ocasião, o jornalista Adroaldo Guerra Filho, conhecido popularmente como Guerrinha, da Rádio Gaúcha de Porto Alegre, afirmou que o treinador Roger Machado – então vinculado ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense – tinha “a alma mais branca” que a dele (Observatório, 2023). O caso, que aconteceu em agosto de 2022 e ganhou repercussão nas redes sociais digitais, pode ser lido como um exemplo de como a branquitude costuma ser colocada em um lugar de referência, de humanidade. A afirmação feita pelo comentarista, por exemplo, traz, nas entrelinhas, um dito racista: corpos que se distanciam do padrão estabelecido pela branquitude, via de regra, não possuem a chamada “alma branca” e, portanto, devem ser considerados maus exemplos.

Os possíveis efeitos de discursos como os que foram reproduzidos ao longo desta seção estão relacionados, entre outros fatores, à fixação da alteridade e à consequente hierarquização com base na aproximação ou no distanciamento dos corpos em relação a um padrão de brancura. Sobre o processo de construção do Outro a partir da alusão constante às diferenças, Kilomba diz, a partir de uma série de questionamentos, que o “processo de discriminação” ocupa um papel central na diferenciação:

Quem é "diferente" de quem? É o *sujeito negro* "diferente" do *sujeito branco* ou o contrário, é o *branco* "diferente" do *negro*? Só se torna "diferente" porque se "difere" de um grupo que tem o poder de se definir como norma – a norma *branca*. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como "diferentes". A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os "*Outras/os*" raciais "diferem Nesse sentido, não se é "diferente",

⁷ZÉ ELIAS e Sormaní cometem racismo ao comentar cabelo de jogadores do Palmeiras. Revista Fórum. 27 set. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/XwJaBzl9>. Acesso em: 22 dez. 2023.

torna-se "diferente" por meio do processo de discriminação. (Kilomba, 2019, p. 75)

Nesse processo de fixação da alteridade através dos regimes racializados de representação, é fundamental direcionar o olhar a quem ocupa os espaços hegemônicos de representação. O estudo “Raça, gênero e imprensa: quem escreve nos principais jornais do Brasil?”, publicado em 2023 pelo Gema (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa), vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), aponta que, nos principais veículos jornalísticos do Brasil, 84,4% dos que escrevem são brancos; 6,1%, pardos; 3,4%, negros; 1,8%, amarelos e apenas 0,1% indígenas. A pesquisa aponta, ainda, que “a maioria das autorias são assinadas por homens brancos e, na sequência, por mulheres brancas. Em menores proporções, estão os homens negros e as mulheres negras, respectivamente” (Portela; Sá; Feres Jr.; Lemos; Mina, 2023, p. 11). Há, portanto, evidências que apontam para a predominância dos pontos de vista brancos no âmbito da produção jornalística (inclusive o jornalismo esportivo) no Brasil.

O poder de controle das esferas discursivas está relacionado a uma cadeia mais ampla. Moreira (2019, p. 39) define a identidade racial branca como “um lugar de poder social e também um mecanismo de reprodução de relações raciais hierárquicas. Mais do que uma mera designação racial, ela indica um lugar de privilégio em função do pertencimento ao grupo racial dominante”.

Considerando a existência dessa estrutura marcada por hierarquias baseadas em critérios étnico-raciais, consideramos que “o discurso é similar a outros recursos sociais valorizados que constituem a base do poder e cujo acesso é distribuído de forma desigual” (Van Dijk, 2008 p. 89).

Assim, é possível afirmar que os regimes racializados de representação (Hall, 2016) são constituídos, no âmbito da comunicação esportiva, por um determinado repertório que reforça hierarquias étnico-raciais, atravessadas por questões de gênero, a partir de estratégias como a estereotipagem, a desumanização, o reforço de

diferenças em aspectos corporais para reforçar a existência do Outro e de um padrão do qual esse Outro se distancia, entre outras.

3. A CENTRALIDADE DO DISCURSO NA PROPAGAÇÃO DO RACISMO, O CARÁTER PEDAGÓGICO DA MÍDIA E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE IDENTIDADES

Outro ponto que deve ser destacado na análise de casos de violências marcadas por aspectos étnico-raciais e de gênero na imprensa é o alcance e a credibilidade dos meios nos quais esses discursos são veiculados. Para Fischer, a mídia possui um caráter pedagógico, desempenhando um papel central na “constituição de sujeitos e subjetividades na sociedade contemporânea, na medida em que produz imagens, significações, enfim, saberes que de alguma forma se dirigem à ‘educação’ das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem (Fischer, 2002, s/p).

No mesmo sentido, podemos afirmar que certos discursos – atravessados pelos regimes de representação que norteiam boa parte da produção cultural no contexto das sociedades ocidentais – tendem a exercer, especialmente quando veiculados em canais de amplo alcance, uma influência na manutenção das configurações sociais vigentes.

Van Dijk (2007, 2008, 2010) discorre, ao longo de sua obra, sobre a centralidade do discurso na perpetuação do racismo e de outras opressões existentes nas sociedades latino-americanas; para o autor, “a maior parte dos membros dos grupos dominantes aprendem o racismo através dos discursos de uma ampla variedade de fatos comunicativos”⁸ (Van Dijk, 2007, p. 25). Essa legitimação do racismo, ainda segundo Van Dijk (2008), acontece através do discurso⁹, que, por sua vez, está

⁸ No original, “la mayor parte de los miembros de los grupos dominantes aprenden el racismo a través de los discursos de una amplia variedad de hechos comunicativos” (Van Dijk, 2007, p. 25).

⁹ Vale ressaltar que, segundo o autor, tais discursos compreendem, além de produtos jornalísticos e culturais, as mais diversas formas de comunicação cotidiana (Van Dijk, 2008).

diretamente ligado ao exercício do poder simbólico. O autor defende que as chamadas “elites simbólicas”, que controlam a maior parte do acesso ao discurso, possuem um papel central na construção e na reprodução de determinados conceitos e valores ideológicos que podem ter uma penetração no convívio social e, conseqüentemente, resultar em um reforço das hierarquias étnico-raciais e de gênero.

Tais processos se dão, principalmente, através de manifestações mais “sutis” de racismo; marcados por um racismo quase velado, esses discursos se assemelham aos que analisamos na seção anterior. Não se tratam, exatamente de manifestações mais evidentes da discriminação racial (atos que costumam ser repudiados pela sociedade e que podem ser enquadrados como ações criminosas) mas de enunciados que incorporam – de formas naturalizadas, por vezes proferidos de formas não deliberados e, portanto, pouco perceptíveis – os regimes racializados de representação de Stuart Hall (2016), o mito negro de Neusa Santos Souza (1990), a estereotipagem dos corpos negros no âmbito da prática esportiva (Hylton, 2009), entre outros artifícios que os colocam em uma posição de subalternidade (Gonzalez, 2020; Carneiro, 2023).

Nesse contexto, é fundamental reiterar que a cultura exerce uma influência sobre a construção dos sujeitos (Hall, 2016). É em contato com os “sistemas classificatórios” existentes que nos posicionamos e definimos quem somos, como agimos. Em outras palavras, a cultura, os sistemas classificatórios e os regimes de representação têm o poder de constituir os sujeitos, em um processo contínuo, passível de constantes transformações, de produção de identidades (Hall, 2016).

A influência do discurso na perpetuação de violências étnico-raciais e de gênero, no entanto, não implica a existência de um receptor passivo. Hall (2016) afirma que as identidades e as subjetividades são construídas a partir de uma série de negociações que os próprios sujeitos agenciam com as representações culturais que os interpelam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um estudo de casos ancorado nos direcionamentos metodológicos dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), notamos que a cobertura esportiva contemporânea é atravessada, de diversos modos, por marcadores étnico-raciais e de gênero que incidem, de maneira interseccional, sobre boa parte dos produtos midiáticos vinculados ao futebol. Isso ocorre através da reprodução de discursos ancorados na diferenciação, com enunciados que reforçam o imaginário do *Outro* racializado e, consequentemente, sistemas de hierarquização baseados na proximidade ou no distanciamento de um padrão cujo referencial é a brancura; da reprodução de estereótipos raciais e de gênero; entre outras violências que podem ser lidas como estratégias de manutenção e exercício de um poder simbólico.

Ao longo das páginas anteriores, discorremos, ainda, sobre como tais problemas incidem sobre as subjetividades, sobre o processo de construção de identidades e a demarcação dos espaços destinados aos corpos negros no âmbito da prática esportiva.

É válido, por fim, ressaltar que o campo das representações não é dotado de um caráter estático; os regimes de representação, segundo Stuart Hall (2016), são mutáveis, passíveis de transformações. Essas possíveis mudanças ocorrem, segundo o autor, a partir de uma série de negociações e lutas travadas entre os sujeitos que podem resultar em processos de subversão da fixação dos significados. Hall (2016) diz que, nesses processos, “o significado começa a escorregar e deslizar” (Hall, 2016, p. 211). Consequentemente, surgem novos sentidos, já que “palavras e imagens carregam conotações não totalmente controladas por ninguém, e esses significados marginais ou submersos vêm à tona e permitem que diferentes significados sejam construídos” (Hall, 2016, p. 211).

É nessa janela aberta para transformações que situamos esta pesquisa. Problemas como a recorrente reprodução de discursos tomados por violências étnico-raciais e de gênero, bem como a sub-

representação de pessoas racializadas em veículos de imprensa (Portela; Sá; Feres Jr.; Lemos; Mina, 2023), devem ser denunciados e questionados, inclusive no âmbito da academia. Assim, considerando o papel desempenhado por esses discursos na manutenção de hierarquias que vão além do campo dos esportes e perpassam outras esferas do convívio social, faz-se necessária a construção de uma imprensa esportiva fortemente comprometida com o respeito às diversidades.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, B. O. L.; SOARES, A. J. G. O Que o Brasileiro Não Esquece Nem a Tiro É o Chamado Frango de Barbosa: questões sobre o racismo no futebol brasileiro. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 13-31, 2009.

ABRAHÃO, B. O. L.; SOARES, A. J. G. O elogio ao negro no espaço do futebol: entre a integração pós-escravidão e a manutenção das hierarquias sociais. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 30, n. 2/3, p. 9-23, 2009.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

ESTEVES, E. **Pele alva e pele alvo**: uma análise sobre a cobertura do jornalismo esportivo audiovisual sobre casos de racismo no futebol. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020. Disponível

em: <https://t.ly/vLxba>. Acesso em 12 nov. 2023.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: v. 28, n. 1, p. 151-162, 2002.

FONSECA, Inara; GUZZO, Morgani. Feminismos y herida colonial: una propuesta para rescatar los cuerpos secuestrados en Brasil. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 29, p. 65-84, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2016.

HYLTON, Kevin. **Race and Sport: critical race theory**. Oxford: Routledge, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACNEILL, Margaret. Estudos de mídia do esporte e a (re)produção de identidades. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 9-38, set. 2006.

MORENO, R. **A beleza impossível: mulher, mídia e consumo**. São Paulo: Ágora. 2008.

OBSERVATÓRIO Racial do Futebol. **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol 2021**. Porto Alegre: 2022. Disponível em: <https://t.ly/jJIoX>. Acesso em: 10 abr. 2024.

OBSERVATÓRIO Racial do Futebol. **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol 2022**. Porto Alegre: 2023.

Disponível em:

https://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2022/RELATORIO_DISCRIMINACAO_RACIAL_2022.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

OLIVEIRA, Vinícius; BARRETO JANUÁRIO, Soraya. **Questões étnico-raciais no futebol contemporâneo**: como o racismo estrutural opera no esporte mais popular do Brasil. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. João Pessoa, 2022. Anais. Disponível em: <https://cutt.ly/dwJzcZd8>. Acesso em 11 jan. 2024.

PORTELA, Poema; SÁ, Izabele; FERES JR., João; LEMOS, Fernanda; MINA, João Pedro. **Raça, gênero e imprensa**: quem escreve nos principais jornais do Brasil? (GEMAA), IESP-UERJ, 2023.

SERAPHIM, Rafaelle. **E eu não sou uma mulher?** Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol 2021. Porto Alegre, 2022, p. 154-155.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista; ROSEMBERG, Fúlvia. **Negros y blancos en los media brasileños**: el discurso racista y las prácticas de resistencia. In: VAN DIJK, Teun. (org.). **Racismo y Discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007, p. 89-136.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

VAN DIJK, Teun. **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, Teun. **Análisis del discurso del racismo**. Crítica y emancipación: revista latinoamericana de ciencias sociales, v.2 , nº 3. p.65-94, 2010.

VIEIRA, José Jairo. **Preconceito e discriminação racial no futebol brasileiro**. In. Teoria & Pesquisa, São Carlos, v. 42-43, p. 221-244, 2003.

CAPÍTULO 4

A diva pop no futebol americano: Relações performáticas entre gênero, esporte e música no *Super Bowl*

Eduardo Rodrigues¹

Paloma de Castro²

O *Super Bowl*, realizado desde 1967, consiste no jogo final que decide o time vencedor do campeonato de futebol americano da *National Football League* (NFL) e é considerado um dos maiores eventos esportivos do mundo, agenciando entretenimento, publicidade, cultura e espetáculo. Apesar do esporte ainda ser o atributo principal, o *Halftime Show* também veio se consolidando como marca registrada do evento: trata-se de uma grande (e antecipada) performance musical que acontece durante o intervalo da partida.

Eventos esportivos funcionam como verdadeiros rituais culturais que celebram e promovem os valores mais intrínsecos da sociedade como vitória, competição, honra etc. No *Super Bowl*, tais valores são potencializados pela lógica do espetáculo (Kellner, 2004), que transformam não só o jogo, mas o evento em si em uma ocasião superlativa. É graças a um intenso processo de midiatização simbiótica entre esporte e mídia (Frandsen, 2014) que a cerimônia penetra na vida cotidiana e se transforma em uma das maiores expressões nacionais dos Estados Unidos, misturando consumo, patriotismo e entretenimento.

¹ Doutorando em comunicação pela UFPE, mestre em comunicação também pela UFPE. Integrante do grupo de pesquisa GruPop (UFPE). Bolsista FACEPE. Fez doutorado-sanduíche na UvA em Amsterdam (Holanda/Países Baixos) com bolsa CAPES/PSDE. E-mail: dudzardo@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6194-5409>

² Doutoranda em comunicação pela UFPE, mestra em comunicação também pela UFPE e publicitária. Integrante dos grupos de pesquisa Fegeccap (UFPE) e PHiNC (UFPE). Bolsista CAPES. paloma.castro@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-6606-757X>

A inserção estratégica de shows musicais também corrobora para esse processo de espetacularização e na última década percebe-se uma predileção pela escolha de artistas vinculados à música pop. Não obstante, o *Halftime Show* costuma ser o pico de audiência do *Super Bowl* e é curioso notar que das 10 apresentações mais vistas até então, as artistas femininas – vulgo divas pop³ – encabeçam mais da metade delas, dominando as 03 primeiras posições que são ocupadas, em ordem, pelas cantoras Rihanna, Katy Perry e Lady Gaga⁴.

Com este artigo, pretendemos investigar as divas pop no *Halftime Show*, nos atendo, em especial, a episódios específicos em que elas utilizam de valores do futebol americano para se posicionarem naquele espaço. Partimos das seguintes perguntas: como a diva pop no *Super Bowl* (re)apropria os elementos esportivos e, a priori, masculinos, na sua corporeidade e performance? Que assimetrias e cruzamentos podem ser percebidos? Para tanto, atuamos em duas frentes de investigação fundamentadas nos estudos de gênero e de performance: 1) análise dos materiais promocionais/publicitários de Rihanna quando foi anunciada como *headliner*⁵ em 2023; e 2) análise da apresentação de Lady Gaga em 2017. Além disso, contribuirão para o debate os trabalhos e conceitos de autoras e autores que abordam esportes, gênero, música pop, espetáculo, consumo esportivo e performance (Bourdieu, 1983; Kellner, 2004; Louro, 2013; McKay; Messner; Sabo, 2000; Soares, 2021; Taylor, 2013).

O comportamento masculino nos esportes, fomentado pela cultura do consumo, também passa por uma reprodução de marcadores entendidos como indispensáveis para pertencer aos seus devidos ambientes. Por isso, refletimos sobre as relações performáticas

³ No segundo tópico deste artigo será explicado como encaramos conceitualmente a categoria “divas pop”.

⁴ Em 2023 o *Halftime Show* de Rihanna obteve 121.017 milhões de espectadores, em 2015 o show comandado por Katy Perry conseguiu cerca de 121 milhões e em 2017 Lady Gaga atingiu a marca de 117.5 milhões. Disponível em: <https://www.billboard.com/lists/most-watched-super-bowl-halftime-shows/>. Acesso em: 19 out. 2023.

⁵ Termo em inglês que designa a atração principal de um evento.

construídas por meio de feminilidades e masculinidades que estão em disputa nesses locais, a partir das aparições midiáticas das divas pop. Acreditamos que o caráter espetacular do *Super Bowl* evidencia não só as intenções mercadológicas do evento, mas também as possíveis brechas sociais que surgem na colisão de elementos culturais.

1. FUTEBOL AMERICANO E *SUPER BOWL*: ESPAÇO MASCULINO E DO ESPETÁCULO

1.1. Dimensão guerreira

O futebol americano é um esporte que se origina na América do Norte e que conquistou milhões de pessoas em todo o mundo. Nos Estados Unidos, ele costuma ser visto como símbolo de identidade nacional na sua versão masculina, cuja maior chancela no país é a *National Football League* (NFL), instituição responsável pela organização da competição que envolve 32 franquias divididas em duas conferências: a *American Football Conference* e a *National Football Conference*. Nelas, os times são divididos de acordo com a localização geográfica⁶ para disputarem a liderança em cada conferência, nas quais os dois vencedores da temporada se enfrentam em um jogo único pela final da liga nacional, o evento mundialmente conhecido como *Super Bowl*.

Amplamente associado às normatividades, esse espaço esportivo reflete marcadores sociais de “[...] uma hipermasculinidade ‘forte, violenta e vitoriosa’ [que] é legitimada e incentivada como um ideário de masculinidade bem-sucedida” (Casadei; Storel, 2023, p. 165). Enquanto um esporte de conquista de território, os jogadores de futebol americano se equiparam a guerreiros: vestem uniformes pesados, performam violência em campo, além de fisicamente serem torneados, musculosos e jovens. Frequentemente aparecem na “[...] esfera pública evocando princípios como ‘*man up*’ [‘vira homem!’] e

⁶ Disponível em: <https://operations.nfl.com/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

‘no pain, no gain’ [‘sem dor, sem ganho’], posicionando seus próprios corpos como armas de guerra atléticas” (Casadei; Storel, 2023, p. 166).

Em termos midiáticos, o sacrifício do corpo em prol da glória esportiva (Casadei; Storel, 2023) reforça o capital da masculinidade guerreira, garantindo uma soberania da figura normativa do homem e excluindo da narrativa mulheres e também outros homens (sobretudo àqueles que fogem das normas hegemônicas da branquitude, heterossexualidade e cisgeneridade). Assim, o esporte midiático passa a ser visto como agente de mudança social (Frandsen, 2014) que tem os meios televisivos e digitais como importantes ferramentas de desenvolvimento do esporte na contemporaneidade, bem como de estímulo ao consumo. Ao tratar do consumo esportivo, Garry Crawford (2004) afirma que os atos de consumo podem envolver bens materiais, mas também as relações entre as pessoas, a observação das ações e performances de outros, como ao assistir a um jogo de futebol.

Nessa perspectiva, Eliza Casadei e Thalita Storel (2023) investigaram formas de convocações midiáticas para o consumo do futebol americano na última década a partir da inclusão de outros grupos sociais para além da hegemonia masculina. As autoras observaram no comercial de divulgação do *Super Bowl* em 2018, intitulado *Touchdown Celebrations to Come* (em tradução livre “Comemorações do Touchdown que estão por vir”), certas representações de feminilidades quando jogadores realizam a coreografia do filme *Dirty Dancing* (1987), cristalizada no bojo da cultura pop pela cena em que o ator Patrick Swayze levanta a atriz Jennifer Grey. No comercial, dois jogadores emulam a cena, o que poderia sugerir uma quebra da “rigidez” da figura masculina hegemônica, comumente reforçada pelo esporte. Contudo, essas ações estão amparadas pelo humor e pela estereotipia, perdendo a oportunidade de questionar problemáticas ao endossar comicamente discursos dominantes. O exemplo citado serve como um ponto de partida que nos leva a refletir sobre os tensionamentos que a prática do futebol atrelada ao pop podem despertar.

1.2. O espetáculo em cena

Percebendo a chance de entrelaçar estudos midiáticos sobre esporte e música, enxergamos o *Super Bowl* como um megaespetáculo à luz de Douglas Kellner (2004). Ao revisitar o conceito de “Sociedade do Espetáculo” de Guy Debord (1997), o autor define que fenômenos extravagantes da cultura da mídia “[...] representam os valores básicos da sociedade contemporânea, determinam o comportamento dos indivíduos e dramatizam suas controvérsias e lutas, tanto quanto seus modelos para a solução de conflitos” (Kellner, 2004, p. 5). Enquanto Debord apresenta o triunfo quase inquestionável do espetáculo no capitalismo, Kellner se propõe a fazer uma crítica diagnóstica e menos monolítica que usa do espetáculo para interpretar a realidade, estando aberto, inclusive, a analisar suas contradições. Se para Debord o espetáculo é uma relação das pessoas com a mídia, para Kellner a própria mídia é espetáculo em si.

Algo semelhante também é percorrido por Pierre Bourdieu (1983) na relação imbricada do esporte com o espetáculo. Segundo o autor, é possível perceber os eventos esportivos pertencentes à indústria do entretenimento, ainda que os valores atribuídos à prática como espaço de mobilização e controle de meninos, em sua origem, e também de disputa política, contribuam “[...] para mascarar o divórcio entre a prática e o consumo e, ao mesmo tempo, as funções do simples consumo passivo” (Bourdieu, 1983, p. 9).

1.3. O *Halftime Show*

O show do intervalo do *Super Bowl* amplifica seu apelo espetacular ainda na década de 1990, já que em anos anteriores o tempo era dedicado a apresentações mais simples de bandas escolares e universitárias (Alves; Chacon, 2023). Sua transformação para trazer mais audiência ao evento se confunde com o crescimento do meio televisivo e do processo da midiaticização do esporte, em que a mídia se consolidou como importante influenciadora comercial dos eventos

esportivos (Frandsen, 2014). A inclusão de apresentações musicais mais elaboradas durante os 15 minutos de intervalo é um espetáculo pensado para os telespectadores que, ao nosso ver, consequentemente serão públicos consumidores para as marcas patrocinadoras do evento.

Devido a todo o aprimoramento e atenção que o *Halftime Show* recebeu ao longo do tempo, ele acabou se tornando também um marco na indústria da música, denotando um momento de legitimação na carreira dos artistas que são convidados. A partir de 2012, ano em que Madonna foi *headliner* e quebrou o recorde de audiência na época⁷, ficou evidente que a inserção de divas pop para o show do intervalo seria uma boa estratégia e por isso, nos anos seguintes, diversas cantoras encabeçaram as apresentações como Beyoncé (2013 e 2016), Katy Perry (2015), Lady Gaga (2017), Shakira (2020), Jennifer Lopez (2020) e Rihanna (2023).

2. DIVA POP: NOÇÕES ACERCA DO FEMININO NA CULTURA MIDIÁTICA

Embora a presença da diva pop no *Halftime Show* se alinhe com o caráter espetacular do *Super Bowl*, agregando mais visibilidade ao evento, cabe que se aponte também alguns ruídos evocados por ela ao habitar este espaço. Em primeiro lugar é preciso compreender brevemente o que chamamos aqui de “diva pop”: uma expressão que, de acordo com Thiago Soares (2021), se alarga para o imaginário da cultura pop e passa a contemplar uma série de fenômenos que partilham, a priori, uma ideia hegemônica de feminilidade. Enquanto “diva” aponta para uma série de construções simbólicas enraizadas na cultura ocidental (deusa, divindade, musa, bela, estrela etc.) cuja historicidade se vincula ao virtuosismo das célebres cantoras de ópera do século XIX, o termo “pop” localiza e atualiza as artistas através de

⁷ O show comandado por Madonna foi assistido por 114 milhões de pessoas, cerca de 4 milhões a mais do que o show do ano anterior da banda Black Eyed Peas. Disponível em: <https://www.billboard.com/music/music-news/madonnas-super-bowl-performance-watched-by-114-million-506406/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

lógicas contemporâneas de mercado e gênero musical. Hoje, portanto, a aura divina do passado foi reconfigurada com a incorporação das balizas da indústria cultural, potencializando outras materialidades da autenticidade feminina na cultura midiática. Nota-se uma espécie de projeção autorreferente que pretende se fazer grandiosa e visível, uma sensibilidade diva (Mateus, 2020) que atravessa o corpo, voz e vida das artistas-mulheres.

Muitos são os elementos que usualmente dão forma à diva pop e proporcionam um senso de reiteração percebido nos vestígios midiáticos: voz potente como a de Whitney Houston (ou Mariah Carey), desenvolvuras coreográficas e “presença de palco” como as de Beyoncé (ou Britney Spears), extravagância visual e imagética como a de Madonna (ou Lady Gaga) ou composições deliberadamente ultra biográficas como as de Taylor Swift (ou Adele). Longe de uma essencialização, soma-se a esse panorama uma série de materialidades do corpo das divas pop que aprofunda a experiência feminina no entretenimento por meio das relações interseccionais de poder (Collins; Bilge, 2021) envolvendo gênero, raça, idade, sexualidade e muitos outros marcadores identitários. Afinal, o corpo negro e coreográfico de Beyoncé aciona interpretações distintas em relação ao corpo branco e coreográfico de Britney Spears, assim como no espectro da branquitude, o corpo velho de Madonna não é lido da mesma maneira que o corpo mais jovem de Lady Gaga. Em outras palavras, não existe uma fórmula para se criar o modelo perfeito de diva, o que existe, na verdade, é a mistura desses elementos de alteridade ou a acentuação de um deles orbitando em torno dos cânones do feminino – com mais ou menos rigor – agenciados pelo poder de fabulação do pop (Soares, 2021).

Então, se a diva pop comporta uma gramática feminina palpável, é possível identificar o *Super Bowl* como um espaço ambivalente, no qual o esporte ainda é direcionado a uma masculinidade hegemônica que reconhece e incentiva a virilidade (Mckay; Messner; Sabo, 2000), ressaltando demarcadores de identidade (Louro, 2013) entre aqueles que são a norma (homem branco e heterossexual) e os que estariam fora

dela. A música pop, por sua vez, pode sugerir um modo de habitar no mundo através das fabulações do feminino. Logo, se por um lado o futebol americano evoca valores masculinizados ligados a heteronormatividade e a brutalidade (Casadel; Storel, 2023), a diva pop via o canto, coreografia e os elementos cenográficos abre uma disputa:

A presença da música pop, e mais especificamente da diva pop, parece transgredir um espaço permeado por um imaginário predominantemente masculino. Essa presença nos traz outras disposições de corporalidade que podem se distanciar ou até se aproximar da agressividade latente do futebol americano, mas usando agenciamentos de outra ordem performática, que combina a dança, o canto e elementos cenográficos para compor a apresentação musical. Na narrativa do evento, os choques entre os corpos dos jogadores ganham outra dimensão na hora do intervalo: são substituídos pelo choque da presença de um corpo que a priori não pertenceria àquele espaço, mas reivindica participar do show (Mateus, 2016, p. 2).

Ainda assim, cabe ressaltar que os corpos das divas pop costumam evocar um padrão de beleza hegemônico pautado pelo olhar masculinista que valida a presença dessas mulheres no entretenimento como símbolos de desejo. Dessa maneira, quando se fazem visíveis, esses corpos femininos esbarram na feminilidade enfatizada na sociedade patriarcal (Connell; Messerschmidt, 2013), o que acarreta na sua possível objetificação, mesmo quando se ancoram em narrativas de empoderamento ou reivindicação de espaço.

3. A COLISÃO PERFORMÁTICA ENTRE A DIVA E O FUTEBOL

Nos aproximamos dos estudos de performance na comunicação para investigar a atuação das divas pop no *Super Bowl*. Diana Taylor (2013), uma das expoentes dessa vertente, usa da metáfora teatral (roteiro, enredo, personagens, cenas etc.) para propor metodologias sobre os enquadramentos das ações nas culturas, suas reencenações e

apontamentos midiáticos. Segundo a autora, a performance, para além de um evento em si, também é uma episteme, ou seja, um campo de saber regrado por roteiros esquemáticos que se estruturam em determinadas situações culturais.

Ao se aprofundar nos estudos de Taylor tomando as divas pop como objeto, Thiago Soares (2021) indica perceber essas artistas pela lógica do corpo-som, um senso de musicalidade e movimento nas imagens que reativa e transforma roteiros e repertórios prévios no midiático. É, sobretudo, “[...] o espaço especulativo em que a vida da mulher é tornada cena” (Soares, 2021, p. 26). Por isso, buscamos compreender quais são os roteiros que aparecem quando a diva pop se faz presente num evento esportivo como o *Super Bowl*. O que é reiterado e o que é transformado nesse encontro?

Já no que toca os estudos de gênero, convocamos Guacira Lopes Louro (2013) para entender os significados atribuídos aos corpos pela cultura e que são responsáveis por demarcar identidades de gênero. É diante dessas relações de poder que pressupomos características masculinas viris, brutas e de violência ao futebol americano, e a ideia de tudo que não faz parte dessa norma, como o “segundo sexo” e os desviantes (Louro, 2013), e as características femininas, de fragilidade e sensualidade das divas pop.

A autora também aponta como em nossa cultura as manifestações de afetos entre meninos e homens são muito mais controladas, tendo apenas nos redutos masculinos, como o futebol, um espaço de homossociabilidade permitida e legitimada (Louro, 2013). Ao focar no campo das masculinidades, Jim McKay, Michael Messner e Don Sabo (2000) corroboram com o contexto histórico do esporte definido como uma prática masculina e masculinizante, na qual muitos pesquisadores identificaram as experiências dos homens em esportes coletivos, como o futebol, cercadas de atitudes opressoras para mulheres e grupos de homens marginalizados.

Os estudos de gênero e de performance somam forças no exercício de decodificação das divas pop, colocando em pauta a maneira em que as questões identitárias de gênero, incluindo aí sua

projeção de mulheridade, são encenadas na cultura midiática. Assim, surge a oportunidade de refletir como essas questões aparecem, se preservam e/ou se transformam em zonas e contextos diversos.

Para fins de análise, selecionamos as artistas Rihanna e Lady Gaga não só pela grande audiência que elas angariaram ao *Super Bowl*, como dito no começo deste artigo, mas também porque identificamos a adoção da estética do futebol americano por elas em suas práticas performáticas. Esse último ponto nos chamou atenção por complexificar a presença da diva pop no evento, uma vez que a vinculação com os valores do esporte adiciona novas camadas de compreensão. Separamos dois momentos performáticos das artistas: a campanha promocional de Rihanna quando foi anunciada como *headliner* do *Halftime Show* em 2023 e a apresentação ao vivo de Lady Gaga em 2017.

3.1. Rihanna e o poder da comoção

Em 25 de setembro de 2022, Rihanna divulgou em suas redes sociais uma foto em que sua mão, reconhecível pelas famosas tatuagens, segura proeminentemente uma bola de futebol americano com o símbolo da NFL (figura 1). O intuito estava claro e a cantora seria a *headliner* do próximo *Halftime Show* em 2023, dando início a uma série de trocas performáticas possíveis. Em um primeiro nível, podemos pensar num jogo hierárquico entre a diva pop e o futebol americano, afinal a imagem sugere que a diva “toma posse” da bola, um dos elementos mais emblemáticos desse esporte. Contudo, quando recordamos a natureza do megaspetáculo (Kellner, 2004) do *Super Bowl*, um outro ponto de vista se anuncia e há uma aproximação mais simbiótica entre os dois universos: Rihanna, há sete anos longe dos palcos, usaria da alta projeção do evento para ganhar exposição, assim como o *Super Bowl* também se beneficia da presença da cantora para a manutenção do seu *status* espetacular.

Figura 1 - Anúncio de Rihanna nas redes sociais



Fonte: <https://x.com/rihanna/status/1574110540711923712?s=20>.
Acesso em: 04 dez. 2023.

Essa relação ganha aspectos mais imbricados em outros materiais promocionais como veremos a seguir. Atrelado à apresentação da cantora no evento, a plataforma de *streaming* Apple Music, atual patrocinadora do *Halftime Show*, desenvolveu várias ações para divulgação de seus produtos⁸, tal qual uma série de quatro conteúdos audiovisuais - todos no YouTube da patrocinadora - remetendo à carreira de Rihanna.

Um deles nos chamou a atenção por se tratar de um vídeo com torcedores de futebol americano cantando a música *Stay* da artista. A canção, uma lenta balada que fala sobre devoção amorosa, ganha um novo contorno performático em prol da paixão pelo esporte quando a Apple Music junta fãs dos 32 times da NFL. No vídeo, de 1min58s, há diversos torcedores cantando trechos da música que foram editados para representar um grande coro. Importante sublinhar que mesmo existindo uma distribuição de gênero (além de marcadores identitários de raça e idade), há uma predominância de torcedores homens, os quais parecem

⁸ “Apple Music lança “Rihanna: rumo ao Halftime” em preparação para o Super Bowl LVII”. Disponível em: <https://www.apple.com/br/newsroom/2023/01/apple-music-launches-rihannas-road-to-halftime-ahead-of-super-bowl-lvii/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

ser a peça chave para conectar Rihanna ao universo esportivo.

Ao observar roteiros performáticos, Diana Taylor (2013, p. 41) argumenta que eles “[...] existem como imaginários específicos culturalmente – conjuntos de possibilidades, maneiras de conceber o conflito, a crise ou a resolução – ativados com maior ou menor teatralidade”. Em alguma medida, a vinculação de Rihanna ao imaginário do esporte reacende possíveis comportamentos reiterados para que um elo entre esses dois universos se fundamente e encontre pertinência no material da Apple Music.

Por se tratar de uma música pop, há uma expectativa performática que vai de encontro ao comportamento hipermasculino encorajado no universo do futebol, já que baladas românticas de divas pop frequentemente remontam uma melancolia feminina de sofrimento amoroso. Mas o que notamos na produção é justamente uma relação de identificação desses indivíduos com a música a partir da paixão torcedora (Giulianotti, 2012) que está super marcada pelo exagero afetivo. Os torcedores, vestidos como se estivessem indo a um jogo, se emocionam, uns mais comedidos que os outros, porém o destaque recai justamente nos homens que se excedem pela brutalidade e euforia ao cantar a letra para a câmera, misturando berros e assobios com as partes melódicas, reiterando uma “[...] masculinidade dura, forjada no esporte, na competição e numa violência consentida” (Louro, 2013, p. 14). Inclusive esses são os que recebem mais tempo de tela e adicionam uma camada um tanto “caricaturesca” à peça publicitária.

Notamos que a paixão desses torcedores masculinos é traduzida por balizas comportamentais de gênero e coexiste com outras performances afetivas que também podem apontar comportamentos reiterados: uma mulher branca e loira que canta docilmente, uma senhora negra que parece rezar, um jovem asiático tímido, entre outros exemplos. Para que a noção de mobilização pretendida pelo vídeo se concretizasse, foi preciso haver um contraste entre os torcedores, e por isso, discursos hegemônicos foram reforçados, tal qual a masculinidade hegemônica (Connell; Messerschmidt, 2013) no esporte.

Com esses apontamentos não pretendemos lançar prognósticos de como torcedores da NFL deveriam reagir (ou nesse caso “torcer”) por uma cantora pop ou pelo seu time, mas reconhecer quais roteiros de gênero se revelam no cruzamento midiático entre esporte e música. A canção se torna o grito da torcida e não só reproduz os valores de pertencimento para o universo de consumo esportivo (Crawford, 2004), como os empresta para Rihanna e sua retomada aos palcos na cerimônia do *Halftime Show*, ponto reforçado pela Apple Music quando finaliza o vídeo com “Rihanna retorna”⁹.

Figura 2 - Captura de tela: “Stay” - Performed by NFL Fans | Apple Music



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3ED1TOFYL1c>. Acesso em: 02 dez. 2023.

Assim, o vídeo associa a expectativa pelo show da artista como um episódio tão esperado quanto a partida decisiva do *Super Bowl*. Esses espaços ainda trabalhados como masculinos (futebol) e femininos (música pop) são colocados em uma disputa performática que parece querer borrar as suas fronteiras pela égide da comoção, unindo diferentes pessoas em um mesmo contexto. A música pop também

⁹ Tradução livre do original: *Rihanna returns*.

opera como um forte agente mobilizador nessa equação, desempenhando um alto poder de penetrabilidade em uma ambiência cifrada como a do futebol.

3.2. Lady Gaga e o futebol americano de *glitter*

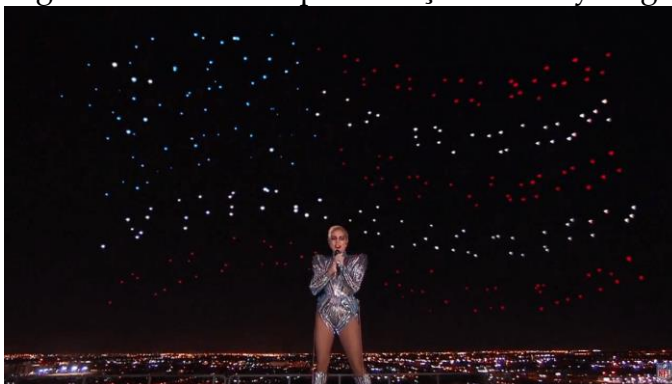
Em 2017, Lady Gaga foi anunciada como a artista que comandaria o *Halftime Show* patrocinado à época pela marca de bebidas Pepsi. Com quase uma década de carreira, a cantora apresentou seus principais sucessos com um visual brilhante que alude às extravagâncias pela qual ficou conhecida. Também integram o show altas doses de dança, acrobacias, luzes, estruturas de palco, efeitos especiais e demais artifícios cênicos e sonoros que contribuem para um padrão de show pop marcado pela extrema teatralização (Lins, 2021).

Ir além da textualidade e se ater a conhecimentos performáticos que também estão presentes no corpo é uma das máximas dos postulados de Diana Taylor (2013). Dessa forma, procuramos enxergar como Lady Gaga presentifica dramatizações que atravessam o seu corpo-som (Soares, 2021), no qual a materialidade musical encapsula noções de performance na imagem, som, movimento, gestos e expressões.

Na cidade de Houston, no estado do Texas, onde aconteceu a 51ª edição do *Super Bowl*, Lady Gaga iniciou a apresentação no teto da arena NRG Stadium. A cantora combina as músicas *God Bless America* de Irving Berlin (1918) e *This Land Is Your Land* de Woody Guthrie (1940), enquanto drones ao seu redor formam a bandeira dos Estados Unidos iluminada no céu (figura 3). Como argumenta Daniel de Andrade Lima (2019), ao analisar essa performance do *Halftime Show* como construção de autenticidade em Lady Gaga, ambas as canções possuem uma ampla carga patriótica, sendo a primeira voltada aos mitos fundadores dos Estados Unidos como o cristianismo e a liberdade, sugerindo um vínculo da imagem da cantora com uma americanidade branca tradicional, e a segunda mais inclinada a uma crítica à política imperialista do país, descortinando possíveis exclusões

no processo de solidificação de uma nação. Ao combiná-las, a artista modula um ato performático tensivo que aponta para um grande ideal de igualdade patriótica e se endereça às noções de comunhão e solenidade exacerbadas num palco como o do *Super Bowl*, no qual o esporte denota forte expressão nacional. O gesto de reconhecer a apresentação do *Halftime Show* como um lugar aberto a fabulações de patriotismo inicia um processo de negociação da cantora com o futebol americano, que se dá, primordialmente, pela sua corporalidade em cena.

Figura 3 - Início da apresentação de Lady Gaga



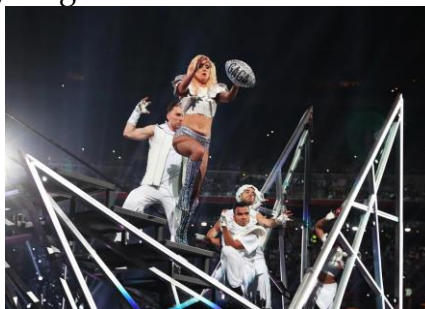
Fonte: <https://www.showmetech.com.br/lady-gaga-300-drones-intel-super-bowl-li/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

Em uma mudança de atmosfera após o ato inicial, Lady Gaga pula do teto e passa a apresentar seus principais *hits* em tom festivo. No fim da apresentação, a artista surge com um figurino semelhante a um uniforme de um jogador de futebol americano (figura 4) e antes de começar a cantar a última música, ela entoia: “Vamos nessa! O *Super Bowl* é do que campeões são feitos!”¹⁰. A convocatória parece acionar o imaginário de vitória e triunfo tão caros ao *Super Bowl*, iluminando estratégias de penetrabilidade da cantora que se filiam a elementos afetivos e valores centrais trazidos do exercício do esporte (Bourdieu, 1983).

¹⁰ Tradução livre do original: *Come on, let's go! The Super Bowl is what champions are made of!*

Sob outra perspectiva, há também uma reivindicação de Lady Gaga em “traduzir” o futebol americano pela ótica do pop. O ato final conta com muita coreografia, recursos de efeitos especiais e termina com ela jogando o microfone no chão e agarrando uma bola cintilante como se desempenhasse o papel de um *wide receiver*¹¹ ao receber um passe (figura 5). A dramaticidade de Gaga ao simular a jogada integra a narrativa hiperbólica e autorreferente dos shows pop que utilizam dos clichês e exageros para se construírem (Lins, 2021), assim como a solenidade nacionalista de abertura também se faz grandiosa com a cantora no topo do estádio acompanhada dos drones iluminados. É como se o esporte virasse uma espécie de artifício na performance da cantora sendo exacerbado pela lógica do espetáculo (Kellner, 2004). Ademais, tanto a bola como o figurino da cantora e dos seus dançarinos recebem um reforço de *glitter* e pedrarias, indicando que o brilho e o exagero parecem ser o caminho estético para embalar o futebol americano sob um prisma tipicamente pop.

Figuras 4 e 5 - Reproduções do momento final da apresentação de Lady Gaga



Fonte: <https://www.newyorker.com/culture/cultural-comment/lady-gagas-all-american-super-bowl-halftime-show>. Acesso em: 02 dez. 2023.

No *Halftime Show*, o *quarterback*, talvez o símbolo máximo da virilidade masculina no esporte, é interpelado pela chegada da diva. O

¹¹ Depois do *quarterback*, é uma das principais posições no futebol americano em que a principal função do jogador é receber passes.

olhar é redirecionado para um corpo feminino que canta e dança. As gestualidades em cena são menos brutas e violentas. A armadura do jogador é substituída por um traje reluzente. Os dançarinos com capacetes e ombreiras encenam uma partida em que Gaga usa da sua autobiografia para se consolidar campeã naquele território que legitima os vencedores. O futebol americano se torna pop pela chave da reiteração da feminilidade hegemônica - ou enfatizada, como diria Robert Connell e James Messerschmidt (2013). Assim, no estádio, uma cantora branca e loira revisita noções de nação, mas também usa do *glitter*, da dança e das “afetações” para se tornar inteligível. A ultrafeminização de Lady Gaga, apesar de não ser uma novidade nas práticas das divas pop, quando é colocada em contraste com os elementos do futebol americano, ecoa tensões performáticas e reivindica fazer parte do espetáculo.

A ideia de feminilidade explorada por Gaga também traz breves acenos a subjetividades *queer*, em que o público LGBTQIA+ enxerga a diva pop como símbolo midiático e se aproxima do *Super Bowl* por sua causa¹². Conforme já apontou Thiago Soares (2021), ao resgatar os estudos de Simon Frith, o pop é um gênero musical que se relaciona com identidades e sociabilidades dissidentes, se opondo às normatividades do rock, que é lido como “música de homem”. Ainda que a diva pop tenha fortes alicerces em uma noção idealizada de mulher, percebe-se na atualidade um afrouxamento conceitual da categoria que contempla outras vivências identitárias. Assim sendo, o feminino hipermercado, para o público LGBTQIA+, opera como uma alternativa mais acessível à hetero-masculinidade compulsória em que o “arraso” da diva, suas jogadas de cabelo, seu apelo coreográfico e suas canções indicam maneiras “pop” de (re)habitar o mundo.

Se por um lado essas quebras denotam um certo

¹² Na canção *Born This Way*, performada no *Halftime Show*, Lady Gaga celebra a pluralidade étnica, sexual e de gênero, mencionando pela primeira vez na história do evento o termo *transgender* (referente à pessoas transgênero). Disponível em: <https://www.theguardian.com/music/2017/feb/05/lady-gaga-half-time-performance-super-bowl-51>. Acesso em: 11 dez. 2023.

embaralhamento nos papéis de gênero em que a diva pop performa, à sua maneira, uma reimaginação dos valores inerentes ao futebol americano, por outro, o *Super Bowl* se coloca como uma seara midiática propícia para que essas inversões performáticas não só ocorram, mas sejam permitidas, principalmente devido ao seu apelo espetacular, no qual o entretenimento se torna cada vez mais híbrido e mais suscetível a tais negociações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos iniciar um debate acerca das práticas performáticas de divas pop no *Halftime Show* ao selecionar momentos específicos em que as artistas Rihanna e Lady Gaga se associaram aos valores do futebol americano. Para resgatar uma provocação anterior: em que medida a diva pop “toma posse” da bola? Ao invés de assumir essencialismos que a diva, ao usar elementos do futebol americano, quebra paradigmas latentes, apostamos na ideia de negociação performática.

A figura de Rihanna, atrelada à comoção esportiva, ativaria instâncias performáticas nos afetos dos torcedores da NFL. No vídeo de *Stay* da Apple Music, embora uma fragilização das fronteiras entre música e esporte apareça, na qual a expectativa direcionada ao jogo se mistura com a antecipação da volta aos palcos da artista, há também o reforço de aspectos identitários hipermercados que precisam estar ali para gerar sentido. Os comportamentos masculinizados de alguns torcedores criam performances afetivas que se reiteram no espaço midiático em que se inserem, principalmente no contraste com os outros participantes do vídeo. Não é sobre decifrar o jeito “certo” de torcer por uma diva pop ou por um time, mas observar a encenação de papéis sociais nessa dinâmica. Afinal, entendemos que “[...] para além de operacionalizar o gosto em práticas que evocam uma dimensão performática de presença em ambientes codificados, os afetos de fãs e torcedores se traduzem em expressões de identidade coletiva”

(Rodrigues; Lira; Menezes; De Castro, 2021, p. 13).

Lady Gaga, por sua vez, usa de uma autoconsciência performática e apela para o patriotismo e as extravagâncias pop. O esporte como símbolo nacional possibilita uma revisitação da ideia de nação por meio de músicas canônicas, embora com imaginários não tão semelhantes sobre o que é ser estadunidense. Ao mesmo tempo, a cantora embala o futebol americano através do *glitter*, da dança e dos exageros, associando a diva ao lugar do ultrafeminino. Por meio da sua apresentação, a artista também convoca um público dissidente, como mulheres e pessoas LGBTQIA+, a participar do ambiente esportivo.

No que compete às intenções mercadológicas das marcas envolvidas no espetáculo, como já observado anteriormente por Eliza Casadei e Thalita Storel (2023, p. 180), apesar da publicização “[...] de que certos ideais de hipermasculinidade não são mais hegemônicos no esporte, a partir da valorização de outras formas de vivência masculina”, ou de vivências plurais, esses espaços ainda dialogam com os significados da norma masculina estabelecida (Louro, 2013) para fazerem sentido. Por fim, entendemos que o encontro das divas pop com o futebol americano proporciona uma complexificação de papéis de gênero no midiático, apontando para uma retroalimentação performática que se dá à luz do capitalismo tardio nas indústrias do entretenimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Murillo César; CHACON, Paulo. Tudo sobre o Super Bowl: premiação, onde assistir, títulos, formato e origem do jogo que para EUA. **TERRA**, 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/tudo-sobre-o-super-bowl-premiacao-onde-assistir-titulos-formato-e-origem-do-jogo-que-para-eua,9e49bd2372783782184bc7263853ce23pr0upas3.html>. Acesso em: 01 dez. 2023.

LIMA, Daniel Magalhães de Andrade. **Forjando-se diva pop:** virtuosismo, gestos inventivos e empreendimentos autobiográficos na performance de Lady Gaga. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 136-153, 1983.

CASADEI, Eliza Bachega; STOREL, Thalita. Negociações de sentido sobre os imperativos da masculinidade hegemônica na NFL: discursos da virilidade no consumo midiático do esporte. **FuLiA/UFMG [revista sobre Futebol, Linguagem, Artes e outros Esportes]**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 162–183, 2022. DOI: 10.35699/2526-4494.2022.36245. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/36245>. Acesso em: 20 out. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. O que é interseccionalidade? In: **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021, p. 15-49.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 01, p. 241-282, 2013.

CRAWFORD, Garry. **Consuming sport: Fans, sport and culture**. London: Routledge, 2004.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FRANDSEN, Kirsten. Mediatization of sports. In: LUNDY, Knut. (Ed.). **Mediatization of Communication**. Berlim: Mouton de Gruyter, 2014. p. 525-543.

GIULIANOTTI, Richard. Fanáticos, seguidores, fãs e flâneurs: uma taxonomia de identidades do torcedor no futebol. **Recorde: Revista de História do Esporte**, v. 5, n. 1, 2012.

KELLNER, Douglas. Tradução: Rosemary Duarte. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. In: **LÍBERO**, ano VI, Vol. 6, nº 11, p. 4-15, 2004. Disponível em:
<https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/35932881-a-cultura-da-midia-e-o-triunfo-do-espetaculo.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

LINS, Mariana. This is Show Business: a cultura dos megaespetáculos pop e a invenção do “padrão Madonna”. In: LINS; Mariana; MANGABEIRA; Alan; SOARES, Thiago (org.). **Divas Pop: o corposom das cantoras na cultura midiática**. Belo Horizonte: Selo UFMG, 2021. Disponível em:
<https://seloppgcomufmg.com.br/publicacao/divas-pop/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 7-34.

MATEUS, Suzana Maria de Sousa. *Okay, ladies, now let's get in formation*: o dia em que Beyoncé pautou questões raciais no Super Bowl 50. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2016, Caruaru. **Anais eletrônicos [...]**. Caruaru: Intercom, 2016. Disponível em:
<https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-1469-1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

MATEUS, Suzana Maria de Sousa. Performance diva em Carmen Miranda. In: 29º Encontro Anual da Compós, 2020, Campo Grande. **Anais eletrônicos [...]**. Campinas, Galoá, 2020. Disponível em:

<https://proceedings.science/compos/compos-2020/trabalhos/performance-diva-em-carmen-miranda?lang=pt-br>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MCKAY, Jim; MESSNER, Michael A.; SABO, Donald. Introduction. In: MCKAY, Jim; MESSNER, Michael A.; SABO, Donald (Ed.). **Masculinities, gender relations, and sport**. Thousand Oaks: Sage, 2000.

RODRIGUES, Eduardo; LIRA, Danilo; MENEZES, Maria Eduarda; DE CASTRO, Paloma. "Todo fã é meio doido, né?": reflexões sobre similaridades e dissonâncias entre fãs de música pop e torcedores de futebol. In: 44ºI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2021, virtual. **Anais eletrônicos [...]**. Virtual: Intercom, 2021. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt6-me/eduardo-rodrigues.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SOARES, Thiago. Divas Pop: o corpo-som das cantoras na cultura midiática. In: LINS; Mariana; MANGABEIRA; Alan; SOARES, Thiago (org.). **Divas Pop: o corpo-som das cantoras na cultura midiática**. Belo Horizonte: Selo UFMG, 2021. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/publicacao/divas-pop/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

CAPÍTULO 5

Questões de preferência: o discurso da mídia sobre declarações de um veterano da narração sobre vozes de narradoras esportivas

Alini Silva Peixoto¹

Marcelo Victor da Rosa²

Dentre os possíveis ambientes caracterizados ou identificados como pertencentes à realidade e sociabilidade dos homens, o futebol se destaca quando das práticas esportivas destinadas ou associadas a eles por diversos motivos. Marcelo Rosa et al. (2020) apontam que o futebol é visto como um esporte para homens, discurso que pode ser encontrado desde as aulas de Educação Física na educação básica. Silvana Goellner, Paula Silva e Paula Botelho-Gomes (2013), analisando a escassez de notícias sobre a 19ª *Algarve women's football cup* na mídia portuguesa, apontam que isso se relaciona com a sub-representatividade do futebol praticado pelas mulheres, devido a centralidade do praticado pelos homens.

Goellner, Silva e Botelho-Gomes (2013) apontam como a agenda esportiva é generificada e atravessada por relações de poder que determinam “quem” e “como” as mulheres são percebidas nessas narrativas. Mas, para além da própria agenda, pode-se perceber o mesmo também entre as/os profissionais presentes e envolvidas/os de alguma maneira com o futebol, como repórteres, comentaristas e

¹ Mestranda em Educação (PPGEdu/FAED/UFMS), Graduada em Licenciatura em Educação Física. E-mail: alinipeixoto@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8570-6341>

² Doutor em Educação, Mestre em Educação Física, Graduado em Licenciatura em Educação Física. Docente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais/CPAQ/UFMS e no Programa de Pós-Graduação em Educação FAED/UFMS. E-mail: marcelo.rosa@ufms.br

 <http://orcid.org/0000-0002-0621-0389>

narradoras/es. Isso porque a história da narração no Brasil, como apontam Francisco Brinati (2005) e Daniel dos Saltos e Paulo Roberto Vibiam (2022), está atrelada a do futebol tendo se desenvolvido junto a ele e ao mesmo tempo que a expansão do rádio.

Quanto à participação das mulheres, Raphaela Ferro e Valci Regina Zuculoto (2023) identificaram que os primeiros registros indicam a presença delas cerca de quatro décadas após o início das transmissões, quanto à narração, foi identificado que essa função foi assumida por elas, pela primeira vez, apenas na década de 1970, mas após isso novos registros aparecem apenas nos anos 2000. Dessa forma, a narração pode ser percebida como um campo de atividade profissional masculino, assim como a realidade do jornalismo esportivo da capital mineira analisada por Leonardo Pacheco e Silvio Silva (2020), que identificaram uma assimetria no número de mulheres e homens trabalhando nessa área.

Assim, se a mídia pode promover diferenciações no modo como atletas, competições, clubes ou acontecimentos esportivos são exibidos ao “definir quem está incluído e quem está excluído daquilo que é narrado” (Goellner; Silva; Botelho-Gomes, 2013, p. 173), ela também influencia na voz, ou vozes, que serão responsáveis por essas narrações. Partindo da necessidade de compreender melhor a relação que se estabelece entre mídia e narradoras, este texto tem por objetivo analisar o discurso de notícias veiculadas em meio digital a respeito de declarações de Silvio Luiz sobre narrações de mulheres.

A fim de alcançar o proposto, serão apresentados na sequência quatro tópicos, sendo eles: “Antes da bola rolar: as informações do pré-jogo” que irá apresentar os conceitos acionados nos tópicos subsequentes para a realização das análises propostas; “A bola da partida” onde será apresentado a figura do narrador que dá origem às reflexões contidas nesse texto; já no tópico “Replay das jogadas” serão realizadas as análises dos discursos observados em algumas notícias relacionadas às declarações de Silvio Luiz e, por fim, “Considerações Finais: Apito final” será o tópico que encerra as análises e finaliza o momento de reflexões desse artigo.

1. ANTES DA BOLA ROLAR: AS INFORMAÇÕES DO PRÉ-JOGO

Se a equipe de transmissão precisa organizar as estatísticas, as curiosidades, os tópicos de interesse, as declarações de integrantes dos clubes, as escalações de cada time, entre outras informações, aqui se faz necessário que alguns conceitos e questões sejam elencadas e, de fato, apresentadas. Assim, o interesse pelo tema surge a partir da observação empírica a respeito da repercussão dos discursos proferidos por um dos veteranos da narração brasileira a respeito de vozes femininas narrando jogos de futebol; conteúdo que circulou pelas redes sociais ao receber críticas ou como reafirmação da preferência de ouvintes, ou telespectadores, por uma voz em relação a outra no ato de narrar, cujas implicações serão trabalhadas mais adiante.

A perspectiva dos Estudos Culturais atua como norteadora dos processos relacionados a produção desse texto, com destaque a compreensão de que Cultura, como para Sandro Bortolazzo (2020), não está aqui entendida como valores, normas e costumes exclusivamente ligados à erudição ou tradições de um espaço pronto e acabado, definido, imóvel e inflexível, ela passa a ser entendida de maneira expandida, incluindo e percebendo os rituais cotidianos, sendo então um lugar de encaixes e desencaixes, de lutas; incluindo então uma gama de produções da sociedade, passando a englobar todas as formas de artes, crenças, instituições e práticas de uma sociedade.

E para as Pedagogias Culturais, inseridas no mesmo contexto, que se aplicam para além de uma justificativa teórica, pois são uma formação de saberes que executam conhecimentos sobre sujeitos, sendo um conceito construído de diversos campos de conhecimento que se ratificaram na relação da pedagogia com as práticas sociais e, assim, ganhando o plural, elas também pluralizam os campos de atuação e, além disso elas “tem a ver com a dificuldade da educação de efetivar seus propósitos em um mundo líquido, flexível, instável, em constante transformação[...]” (Bortolazzo, 2020, p. 318). Um exemplo disso são as pedagogias que Guacira Louro (2011) chama de pedagogias do

gênero e da sexualidade, pelas quais aprendemos a ser e expressar nossos desejos por comportamentos, gestos, etc., em diversas instâncias e espaços onde as acessamos.

As análises partiram do conceito de problematização de Michel Foucault (2010, p. 228), entendendo-a como uma “elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos”, que, como aponta Christian Vinci (2015, p. 207), “antes de ser um método ou uma ferramenta analítica é um gesto inquiridor e inspirador, merecedor de uma reflexão detalhada”. A partir desse olhar, este texto pretende analisar os discursos de matérias disponíveis em mídias digitais referentes a uma específica declaração dada pelo narrador veterano Silvio Luiz durante sua participação em um podcast em 24 de julho de 2023 entendendo que, a partir de Foucault (1988, p. 95), “deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos [...] uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em diferentes estratégias” e que a produção deles na sociedade é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos, visto que ele não é transparente ou neutro e que as interdições impostas a ele revelam sua ligação com o desejo e o poder (Foucault, 2014).

Poder que, para Foucault (1988, p. 89) “[...] não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”, o poder não possui centralidade, não é uma simples relação de sujeição ou domínio, mas sim uma multiplicidade de relações de força em um ambiente onde elas interagem de forma localizada e instável. Para Foucault (1988), não se adquire poder, pois ele já existe e tem origem na dualidade de forças, surgindo e sendo exercido no embate delas em relações que são intencionais e objetivas e não estão deslocadas de outros tipos de relações. As análises, então, foram direcionadas ao questionamento dos significados e as condições de circulação dos discursos encontrados nas matérias buscando identificar o conjunto de condições que construíram o que foi exposto.

Como escolha metodológica, realizou-se, pelo mecanismo de pesquisas do Google, uma busca por notícias utilizando-se do seguinte descritor: “Silvio Luiz narração feminina”, sendo obtidos 41 resultados distribuídos em cinco páginas. Optou-se por selecionar apenas os 10 primeiros resultados, exibidos na primeira página da busca, com data de publicação entre 5 de agosto e 3 de outubro de 2023. Entre eles, um dos resultados direcionava a um endereço eletrônico que mencionava uma notícia publicada em outro local, com a reprodução de trechos da publicação original, motivo pelo qual esse resultado foi descartado, sendo analisados apenas 9 dos 10 resultados obtidos na seleção.

2. A BOLA DA PARTIDA

Tal qual a/o árbitra/o que, saindo dos vestiários, passa pelo pedestal e retira a bola que será utilizada no chute inicial da partida, iremos apresentar a “bola” que será disputada pelas/os “jogadoras/es” que estarão no campo que se constrói neste texto. Sem pretensão alguma de dispor análise a respeito do narrador, Silvio Luiz, o foco do tópico é apresentar seu percurso profissional e algumas informações históricas essenciais para que se tenha um olhar amplo a respeito do ponto de ignição que veio a fomentar o interesse do presente texto. Iniciando pela compreensão do que é “o narrador”, Brinati (2005), analisando a identidade da narração, compara a figura do narrador a algo como uma âncora para todos os outros envolvidos na cobertura esportiva.

Cronologicamente, as transmissões de jogos iniciadas na década de 1930 pelo rádio estão ligadas ao processo de massificação do futebol (Brinati, 2005). Santos e Vibiam (2022) trazem uma perspectiva do desenvolvimento dessa função que tem início com divulgações de informações por um alto-falante de uma confeitaria, em São Paulo, até a primeira partida completa ser narrada com precisão, apontando os fatos, as jogadas e narrando os eventos conforme aconteceram, entretanto, os autores apontam que as formas de se realizar essa

narração vai se modificando e, talvez, a chegada da televisão tenha imprimido ainda mais necessidade de mudança.

Conforme Brinati (2005), é no contexto da rádio que Silvio Luiz inicia sua trajetória em transmissões esportivas, aos 17 anos em 1952, mas logo segue para a TV e atua como o primeiro repórter de campo da televisão brasileira. Nesse processo, o autor sinaliza que Silvio foi repórter de campo, ator, produtor, diretor de televisão, árbitro de futebol e diretor de produção, além de ser um narrador esporádico, antes de assumir como narrador esportivo da Record, por volta de 1976, onde consolidou sua maneira conquistando a audiência com uma linguagem debochada e imprevisível com humor e ousadias, sem nunca perder o profissionalismo.

Ainda que acompanhado de outros nomes do jornalismo e da narração esportiva brasileira, Renata Santos e Zeca Marques (2021, p. 198) afirmam que “[...] o veterano está há mais de seis décadas na profissão, conseguiu fazer a transição do rádio para a televisão e tornou-se figura presente na publicidade e em games” fazendo parte da história do jornalismo esportivo brasileiro e alcançando sucesso, sendo reconhecido por uma narração que exige a atenção do público ao utilizar bordões e metáforas para transmitir o que está retratado na imagem sem se utilizar de descrições. E é dessa maneira que o estilo de narrar de Silvio é marcado, um estilo único “[...] com o maior arsenal de frases e expressões da TV brasileira. Tudo calcado no bom humor, no deboche, na “ironia inteligente”, na irreverência na espontaneidade e na imprevisibilidade” (Brinati, 2005, p. 77).

Após conhecer esses detalhes, é nítida a importância de Silvio Luiz para a narração brasileira e, assim, se justifica sua participação em programas a respeito do futebol na televisão, no rádio ou em outros meios como o podcast *Pod Chegar* com Silvia Vinhas. Em específico, nessa passagem pelo podcast, os temas abordados foram seus famosos bordões entre outras histórias de sua carreira e, quase ao final, a nova geração de narradores e narradoras. Conforme a transcrição a seguir.

Entrevistadora: E as mulheres, narradora mulher, você acha que tem espaço pra isso? [som de leve batida] Opa. Tem? Você gosta de mulher narrando? *Silvio Luiz:* Com sinceridade? *Entrevistadora:* Sim. *Silvio Luiz:* Não. Sabe o que é que é? É uma falta de adaptação. Vai chegar um dia que eu vou gostar. Mas, no momento, eu não gosto [narração de uma mulher em segundo plano]. No momento eu não gosto, com sinceridade. Quando eu vejo que a mulher tá narrando eu mudo para outro canal onde tem um homem. mas não é que eu não queira que ela narre. Eu quero que ela narre, mas o meu ouvido ainda não...não se adaptou. *Entrevistadora:* Então não é preconceito, nem machismo, nem nada? *Silvio Luiz:* Não! Pelo amor de Deus. *Entrevistadora:* Porque existe uma força aí. Que agora todo lugar tem que ter. *Silvio Luiz:* Tem que ter. *Entrevistadora:* Não é nem força. É um espaço adquirido. *Silvio Luiz:* E muito bem adquirido, depois de muita briga. *Entrevistadora:* É. É uma vitória para as mulheres conseguirem. Porque é bem masculino narração, né? Então elas tão conseguindo. *Silvio Luiz:* Esse tom de voz que eu ainda não me adaptei [reprodução de narrações de mulheres]. Por exemplo, adoro uma comentarista, chamada Ana Thaís. Muito boa comentarista. Muito boa comentarista. Aliás, nos seguimos no Twitter [reprodução de trecho de fala da comentarista citada sobre ser perseguida em rede social]. Agora narrando, eu... assim com toda sinceridade, eu não gosto. Não é que eu...É um espaço conseguido com muita luta. É o meu ouvido depois de oitenta e tantos anos ainda não acostumou. *Entrevistadora:* Acho que você e muita gente tem que se adaptar né. A novas transformações. Esse novo espaço que as pessoas estão conseguindo. Mulheres, toda essa bandeira. Porque existe uma nova geração aí sem preconceito nenhum e conquistando muitos espaços. a gente tem que aplaudir também. Mas tudo a seu tempo né? (Silvio [...], 2023, 63 min 09 s).

É dessa forma que se constrói o cenário gerador do ímpeto em observar a repercussão de uma declaração, já perto do encerramento do programa, a respeito das mulheres que têm assumido o posto das narrações em transmissões esportivas.

3. REPLAY DAS JOGADAS

Ainda que não resumida apenas a isso, uma partida de futebol tem duração de 90 minutos totais, com alguns acréscimos a depender da disputa; dentro desse período acontece muita coisa, mas nem tudo é visto e revisto. Para o que se quer dar destaque, ou mostrar em maiores detalhes, se utiliza o replay. Algo parecido aconteceu em relação às declarações de Silvio Luiz ao podcast. A entrevista durou aproximadamente 70 minutos, já as matérias reprisaram falas do narrador que ocorreram em um período de pouco mais de dois minutos e, tal qual o tempo das declarações, foram breves os espaços destinados às notícias sobre elas.

Nos títulos, prevaleceram citações diretas das falas de Silvio (em 7 das 9 notícias), assim como no corpo das matérias (em 8 das 9 notícias) essas mesmas falas também foram repetidas, em construções que se organizaram entre quatro e sete parágrafos; apenas uma das notícias foi mais longa, sendo mais que duas vezes maior que as demais. As informações gerais das notícias encontradas, assim como seu local e data de publicação estão descritos no Quadro 1, de acordo com a ordem com que foram encontradas a partir do mecanismo de pesquisa.

Quadro 1 – Títulos, subtítulos, autorias, local e datas de publicação das notícias analisadas.

Notícia	Título e Subtítulo	Autoria	Data
N1	Veterano Sílvio Luiz detona a narração das mulheres no futebol “Quando vejo que uma mulher está narrando, eu mudo para outro canal onde tem um homem”, disse o jornalista	Marcondes Brito	08/08/2023
N2	Silvio Luiz critica narrações de mulheres: “Quando vejo, mudo para canal onde tem homem”	Redação Terra	08/08/2023

	A crítica realizada durante um podcast de entrevistas foi questionada pela apresentadora do programa		
N3	Silvio Luiz revela que não gosta de mulher narrando futebol: ‘Falta de adaptação’ Narrador de 89 anos é um dos principais nomes da locução brasileira	Lance!	05/08/2023
N4	Silvio Luiz defende narração feminina após polêmica: “Elas precisavam dessa oportunidade” Veterano narrador participou do programa “Doc Bandsports” comandado por Nivaldo de Cillo, no canal de TV fechada da Band	Marco Maciel	03/10/2023
N5	Por que mulheres narrando futebol incomodam tanto? Redes sociais registram ataques e ofensas contra profissionais no comando das transmissões do esporte	Miguel Rocha	19/08/2023
N6	Silvio Luiz afirma que não gosta de ouvir mulheres narrando O narrador de 89 anos concedeu entrevista ao podcast 'Pod Chegar' e afirmou que "vai chegar um dia que eu vou gostar, mas, no momento, eu não gosto"	A Redação de A Gazeta	08/08/2023
N7	Silvio Luiz choca ao atacar narradoras mulheres em fala polêmica: “Não gosto”	Henrique Carlos	09/08/2023

N8	Silvio Luiz sobre narração de mulheres: “Mudo pro canal onde tem um homem” Veterano negou que houve machismo em sua fala	Monique Melo	09/08/2023
N9	Silvio Luiz, sobre mulheres narrando futebol: 'Mudo para outro canal' Durante a conversa, ele foi questionado se a atitude não era machista. Silvio, então, esclareceu que não está adaptado	Redação Jogada 10	08/08/2023

Fonte: Os autores

Sem destoar das demais, a N4, única publicada posteriormente, também reprisa declarações, mas se refere a outra entrevista feita por Silvio Luiz onde o narrador reafirma que ainda não se acostumou a ouvir as mulheres na locução, mas diz também que elas precisavam dessa oportunidade, reforçando a questão do hábito. Como já mencionado, o esporte como um todo é tido como destinado aos homens, Pacheco e Silva (2020, p. 2) apontam ainda que, por conta disso, as mulheres são sistematicamente excluídas e invisibilizadas “[...] por meio de práticas e discursos que produzem e reproduzem crenças e comportamentos que favorecem as masculinidades consideradas como hegemônicas frente a outros atores que interagem nesse meio”.

Quando se olha especificamente para a narração, em particular a do futebol, ainda é preciso compreender as relações que se estabelecem entre quem narra e quem está ouvindo/assistindo. Brinati (2005) afirma que a figura que narra uma partida é a referência e, de certa forma, a representação de quem acompanha a transmissão diante do jogo, sendo responsável por guiar os sentimentos de torcedoras/es durante os 90 minutos de partida, senso a representação de todo e qualquer um diante o aparelho de televisão. Podemos reconhecer que,

nas disputas de poder no campo da narração, esse fator aparece em diversas falas que se utilizam apenas desse argumento para justificar a exclusão das mulheres nesse meio, mantendo o histórico de entendimento de que ele pertence aos homens.

Ferro e Zuculoto (2023) relatam como o jornalismo esportivo foi, por muito tempo, exclusividade dos homens e que, apesar da participação das mulheres em diversas funções já acontecer, essa presença ainda não é igualitária, algo similar se observa em relação ao público. Santos e Vibiam (2022), ao aplicarem um questionário online sobre a relação com bordões em transmissões esportivas, receberam 111 respostas válidas e os resultados apontaram que apenas 8,5% do público era composto por mulheres. Entretanto, Rodrigo Koch (2021) apresenta dados que mostram que, mesmo com um público historicamente composto por homens, existe um crescimento de mulheres com preferência pelo futebol.

Algumas notícias apontaram fragmentos em que Silvio Luiz menciona sua falta de costume ou adaptação a locução realizada por mulheres, como sua justificativa ou uma explicação para suas falas anteriores, o que pode refletir a naturalização ou a essencialização do narrador como figura hegemônica masculina. A N7 também afirma que a fala é assustadora e que teria causado uma enorme polêmica, termo que também aparece em N1, N4, N6 e N7. Considerando o apresentado nos parágrafos anteriores, essas afirmações da matéria se desconectam do histórico da narração esportiva, afinal, como aponta Bruna Jacobovski (2022), durante 56 anos o habitual era que se ouvissem vozes de homens em narrações esportivas transmitidas na narração aberta, algo que só se altera em 2022 quando Renata Silveira narra, pela primeira vez, um jogo da Copa do Mundo de futebol de homens na TV aberta.

É impossível atribuir as efetivas intencionalidades em determinar como polêmicas declarações por sua simples reprodução, entretanto, é preciso lembrar que, historicamente, algumas atividades foram atribuídas a um ou a outro gênero. Alice Silva e Renata Malta (2022) mencionam a divisão sexual do trabalho e a teoria da reprodução

social para tratar disso, sendo que a primeira atua como um princípio de separação entre o que é trabalho do homem e o da mulher numa construção de hierarquia realizada pela sociedade que atribuiu as atividades deles como superiores, enquanto a segunda também aponta a como isso participa da formação de subjetividade e das relações de poder. Efetivamente, as notícias dualizam pedagogias que atuam na manutenção dessas construções sociais com outras que disputam esses significados.

Essa dualidade a partir da polêmica pode ser percebida a partir de Foucault (2010), quando ele diz que perguntas e respostas compõem um jogo onde os parceiros se utilizam de direitos lhes dados pelo outro no diálogo, já aquele que realiza polêmicas se mune de privilégios antecipados que nunca coloca em questão, sendo o jogo para ele uma forma de anular seu interlocutor, não de se aproximar de uma possível verdade, mas de triunfar numa causa cuja legitimidade ele sustenta. Assim:

[...] o polemista diz a verdade na forma de julgamento e de acordo com a autoridade que ele próprio se atribuiu [...] os interlocutores nela são incitados não a avançar, não a se arriscar sempre mais no que dizem, mas a se fechar incessantemente no justo direito que eles reivindicam, na sua legitimidade que devem defender e na afirmação de sua inocência! E o mais grave: nessa comédia, imita-se a guerra, a batalha, os aniquilamentos ou rendições incondicionais (Foucault, 2010, p. 227).

O questionamento da entrevistadora buscou como referência o gosto do narrador e as respostas, a partir de sua forma de julgamento ou autoridade, compuseram ou deram início a todas as matérias encontradas que também se utilizam da legitimidade como interlocutores das mídias. Partindo de Foucault, não está exposto aos olhos a relação que uma preferência individual estabelece com uma polêmica já que fica turvo aí quem, no jogo de perguntas e respostas, é o interlocutor polemista, principalmente se for considerado que esses interlocutores são a entrevistadora e o entrevistado, visto que na troca

entre eles, até certo ponto, ambos se mantiveram na convenção daquele diálogo. Apesar disso, como menciona a N6, o assunto abordado pode ser entendido como polêmico.

De fato, quando se trata das vozes de mulheres em locuções esportivas, com mais destaque para a narração do futebol, não são poucas as opiniões do tipo que surgem. Isso aparece com destaque na N5 que amplia a discussão a respeito da narração esportiva para além das falas de Silvio Luiz, trazendo também exemplos de comportamentos que deslegitimam a atuação de narradoras bem como comentários de telespectadores e torcedores sobre as mulheres que desempenham esse papel. O autor dessa notícia incluiu o narrador no que ele identifica como um coro que diz que as mulheres não combinam com a locução do futebol no atual momento, mas traz a fala do podcast onde o narrador afirma querer que as mulheres narrem, ainda que ele não esteja adaptado.

Esse tipo de comentário é um dos dispositivos de regulação utilizados para restringir/dificultar/desencorajar a presença de mulheres tanto no espaço da narração, quanto em outros. Essa predileção “pelo timbre de voz masculino, em detrimento do feminino, se mostra mais uma faceta da divisão sexual do trabalho que estrutura a sociedade” (Silva; Malta, 2022, p. 74). Para Renata Malta, Érica de Araújo e Aianne Amado (2024) esses comentários nas redes sociais são indícios da perspectiva essencialista desses autores que leem atributos femininos como inferiores ou menos apropriados para a função, de forma que, não importa qual seja a voz, sendo ela de uma mulher, independentemente de seu timbre, causaria as mesmas reações no espaço ainda entendido como dos homens da narração, de maneira que o argumento da predileção mascara a efetiva origem da problemática.

É preciso lembrar que a história da mulher na narração, e no jornalismo esportivo como um todo, passou por desafios e interdições. Sobre esse jornalismo, Ferro e Zuculoto (2023) apontam que, na história do rádio brasileiro, este foi um dos primeiros gêneros a se firmar, mas mantém uma hegemonia masculina em sua atuação profissional até hoje, o que não significa que, apesar dos impedimentos

sociais e da cultura profissional coercitiva, as mulheres não tenham feito ou ainda não fazem parte da área, mas muitas vezes suas experiências são invisibilizadas e desvalorizadas. As autoras ainda apontam que as mulheres se inseriram tardiamente nesse contexto, com evidente preconceito e não aceitação, inclusive dos colegas de profissão, o que se apresentou com maior intensidade em relação a atuação delas em narrações de jogos de futebol, algo de que só se teve registro durante a década de 1970 e só voltando a ser identificadas após os anos 2000.

Por conta dessas interdições e entraves, é inegável que telespectadores e ouvintes tenham adquirido preferências por uma ou outra voz, assim como não se pode desconsiderar que essa audiência se acostume a determinado estilo ou forma de narração e a mudança cause estranhamento. Todavia, devido ao histórico culturalmente construído da presença dos homens em ambientes esportivos, principalmente os ligados ao futebol, eles “estabelecem parâmetros para os profissionais que atuam no campo, especialmente para as recém-chegadas mulheres” (Malta; Araújo; Amado, 2024, p 14). Conforme as autoras, essa base de comparação na narração esportiva, assim como ocorre no próprio futebol, estabelece uma dificuldade de legitimação e autoridade daquilo que é elaborado pelas mulheres.

Após tantos anos sem a presença de vozes de mulheres em transmissões, a relação da adaptação, mencionada por Silvio na entrevista e repetida em quase todas as notícias, exceto a N4, se conecta com a questão da representação do espectador apontada por Brinati (2005), entretanto, como se adaptar, se habituar, se acostumar a algo que não acontece ou que não se permite acontecer? Ferro e Zuculoto (2023) identificaram, a partir dos anos 2000, iniciativas em emissoras universitárias e alguns concursos para narradoras como oportunidades de início, mas também mencionam a atuação de mulheres em locuções em web rádios como ponto de partida para que elas alcançassem transmissões televisivas e em mídias digitais

Esses espaços, alcançados por diversas iniciativas, vão se construir a partir das lutas dessas mulheres e com o suporte daquelas e

daqueles que acompanham a mídia esportiva, mas também por meio das redes sociais. Como apontam Soraya Januário, Cecília Lima e Daniel Leal (2020, p. 50), como construtora da realidade social, a mídia não é um fenômeno unilateral e as notícias, com o fenômeno do compartilhamento, também participam da construção do interesse do que as autoras e o autor chama de uma audiência potente, que “é capaz de se fazer visível a partir do uso de plataformas como as redes sociais digitais. Desse modo, um tema antes invisível passa a merecer destaque”.

Porém, isso não significa que as resistências a esses processos deixarão de ser vistas, como se pode observar na N5 que, além de trazer exemplos de comentários realizados em mídias sociais, relata o incômodo de internautas e espectadores que direcionam críticas a essas locuções baseadas no gênero e ainda descrevendo práticas de deslegitimação e apontando atitudes ofensivas. Segundo o texto da publicação mencionada acima, o principal argumento é que as mulheres não combinam com a narração esportiva, discurso que, em relação aos esportes, se estrutura dentro das relações de poder, como afirma Adriana Piscitelli (2009), a partir da compreensão de que o gênero é construído a partir da cultura e que esta coloca normas e regras que determinam as possibilidades que cada um tem na sua atuação na sociedade.

Assim, esse entendimento constitui um regime de verdade que orienta o exercício de poder que permeia as práticas discursivas a respeito da presença das mulheres nesses ambientes. Considerando esses discursos, ainda que haja conquista de espaço pelas mulheres, suas vozes ainda enfrentam impedimentos, principalmente nas transmissões de futebol profissional praticado por homens, como pontuado anteriormente. Jacobovski (2022, p. 38) credita isso a cultura que:

[...] alimenta o machismo exacerbado do meio futebolístico, no qual os editores dos principais veículos de comunicação do país preferiram colocar homens na cobertura de jogos de futebol, pois diante de suas visões

os jornalistas compreendiam melhor o esporte do que as mulheres.

Esse discurso culturalmente constituído é pontuado pelas notícias, na maioria apenas pela citação ou menção do trecho onde a entrevistadora questiona se a fala do narrador não estaria pautada em preconceitos ou machismo (N1, N3, N7, N8 e N9), já a N2 afirma que a declaração teve conotação machista e que, por isso, a entrevistadora teria questionado o narrador. Para analisar algumas repercussões a partir desse conceito, utilizaremos como definição o exposto por Rosane Cristina de Oliveira, Jacqueline Lima e Raphael Gomes (2018, p. 70) de que “o machismo pode ser concebido como um conjunto de atitudes, comportamentos, percepções de mundo e normatização, cujo principal referencial é o fato da figura masculina se sobrepôr, em diversos sentidos, ao feminino” e, dessa forma, a sociedade se estrutura e leva os sujeitos a pensar a partir dessa dinâmica de poder.

Como mostram as notícias, ao ser questionado sobre sua fala, o narrador negou que ela tivesse origem no machismo e que era de sua vontade que a mulher narrasse e sinaliza a luta na qual se apoiam essas conquistas bem como reconhece a importância da presença delas. O reconhecimento da luta e da importância das conquistas vai na contramão da normalização das percepções de mundo e comportamentos, afinal, pela visão de mundo hierárquica na qual se pauta o conceito de machismo, sendo a narração esportiva um espaço de ocupação do homem, o mero reconhecimento da mulher nesse lugar se choca com o que seria esperado.

Entretanto, quando as lentes se voltam ao conjunto de atitudes que compõem o comportamento esperado a partir do machismo, a negação da fala entra em contradição com o a expressão do comportamento referido aqui ao ato do locutor, mencionado na entrevista, de trocar de canal ao identificar a narração de uma mulher. Foucault (1988), a respeito das grandes dominações, expõe que seus efeitos se sustentam pela intensidade de afrontamentos, sendo que táticas individuais são formas de assegurar uma relação de poder

estabelecida pelas grandes estratégias anônimas.

É possível demarcar a negação do machismo, bem como a contradição entre discurso e prática, como uma das táticas individuais que surgem na forma como esses enfrentamentos se apresentam a partir dessa contradição nas declarações do narrador, isto pois, como apontam Oliveira, Lima e Gomes (2018), a estrutura social que articula as relações de poder a respeito do gênero são colocadas desde a infância influenciando e perpetuando essa dinâmica. O espaço conquistado por mulheres na narração esportiva, sua atuação se fazendo presente, pela primeira vez, em novos espaços e as manifestações e demonstrações de apoio a elas e crítica a posicionamentos e declarações fomentados apenas pelo gênero realizadas por espectadores por diferentes meios se mostram como exercício de resistência a hierarquia e generificação impostas pela sociedade, em específico as áreas ligadas ao jornalismo esportivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O ÚLTIMO APITO DESTA PARTIDA

Jacobovski (2022, p. 37) expõe que “Da primeira mulher a apresentar um programa esportivo diário à primeira voz feminina a comandar a transmissão de uma partida de futebol masculina na televisão aberta passaram-se 24 anos” e que, no mundo esportivo, a mulher precisa, constantemente, provar sua capacidade confrontando o prejulgamento de que seu conhecimento é inferior. Como se pode perceber nas notícias, esse confronto também acontece entre o público que acompanha o mundo esportivo, principalmente relacionado às transmissões, e, mesmo quando aglutinado no discurso de um único indivíduo, ainda se identificam contradições conectadas a esse complexo conjunto de relações de poder articuladas as relações de gênero, onde as disputas ocorrem em relação à essencialização de significados sociais relacionados às mulheres no mundo esportivo.

Entre os diversos participantes desses embates, além das resistências e lutas delas para se inserirem nesses espaços, se percebem

táticas utilizadas socialmente para regular a presença das mulheres, invisibilizando-as e não legitimando suas atuações de forma a manter o que está posto dentro de relações patriarcais de poder em que o argumento pela preferência mascara o domínio deles pelo espaço. Quanto à mídia que circula, aglutina e distribui informação, pode-se perceber que os textos publicados se organizam em um discurso que se afasta de temas relacionados às relações de gênero e generificações que circulam a presença das mulheres nas diversas áreas do jornalismo esportivo, que inclui as transmissões de jogos. Isso se mostra na brevidade com que a maioria das publicações menciona as declarações de Silvio Luiz durante a entrevista ao podcast *Pod Chegar com Silvia Vinhas*. Quanto aos significados por trás da utilização do termo “machismo” na entrevista e nas notícias, acreditamos que seria necessário uma maior análise dessa questão em particular, ampliando as reflexões a partir desse discurso.

Entretanto, a quantidade de meios de comunicação que dedicou espaço à entrevista, considerando o número total de resultados de 41 para uma composição de busca, direciona a atenção para a relevância do tema nesse momento de ocupação de espaços pela mulher. Ainda que intercalado a contradições, o reconhecimento da importância da presença das narradoras nas transmissões entremeia os deslocamentos nos significados que caracterizavam o esporte, o futebol, o jornalismo esportivo, a narração/locução esportiva, entre outros, como espaços não pertencentes às mulheres. Assim, incorporando o verbo utilizado por Silvio Luiz e por Silvia Vinhas durante o podcast e reproduzido em tantas notícias, as contradições nas falas e os deslocamentos nos significados alinhados à narração esportiva podem contribuir para que “muitos ouvidos se adaptem” as vozes de narradoras que, no exercício de suas capacidades e profissionalismo, conquistam seus espaços nas ondas do rádio, nas telas das televisões e nos *streamings* digitais.

REFERÊNCIAS

BRINATI, Francisco Ângelo. **“Pelas Barbas do Profeta”**: Silvio Luiz e a busca da identidade da narração futebolística para a TV. 2005. Monografia (Curso de Comunicação Social – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.

BORTOLAZZO, Sandro. Os usos do conceito de Pedagogias Culturais para além dos oceanos: Uma Análise do contexto Brasil e Austrália. **Momento: diálogos em educação**, Rio Grande, v. 29, n. 2, p. 315-336, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/momento.v29i2.8674>.

FERRO, Raphaela Xavier de Oliveira. ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. Narração de futebol por mulheres no radio brasileiro: registros históricos de transmissões entre a década de 1970 e o início dos anos 2020. **Radiofonias Revista de Estudos de Rádio e Mídia Sonora**, Mariana, v. 14, n. 1, p. 105-133, 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. 13 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, Política e Problematisações. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V**: Ética, sexualidade, política. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Cóllege de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOELLNER, Silvana Vilodre; SILVA, Paula; BOTELHO-GOMES, Paula. A sub-representação do futebol praticado por mulheres no jornalismo esportivo de Portugal: um estudo sobre a Algarve women's football cup. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 03, p. 171-189, 2013.

JACOBOVSKI, Bruna dos Passos. **A voz das mulheres:** uma análise da percepção dos torcedores de futebol no *Twitter* em relação a narração feminina na Globo. 2022. 85f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2022.

JANUÁRIO, Soraya Barreto; LIMA, Cecília Almeida Rodrigues; LEAL, Daniel. Futebol de mulheres na agenda da mídia: uma análise temática da cobertura da Copa do Mundo de 2019 em sites jornalísticos brasileiros. **Observatório (OBS*) Journal**, v. 14, n. 4, p. 42-62, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15847/obsOBS14420201590>.

KOCH, Rodrigo. Como será o torcedor de futebol pós-pandemia? Indicativos do Rio Grande do Sul de novas identidades torcedoras. **FuLiA/UFGM**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 28-49, 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2526-4494.2021.33134>.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011.

MALTA, Renata Barreto; ARAÚJO, Érika Alfaro de; AMADO, Aianne. Mulheres no jornalismo esportivo: impacto da narração e dos comentários femininos na Copa do Catar. **E-Compós**, Brasília, Ahead of print, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30962/ecomps.2959>.

OLIVEIRA, Rosane Cristina de; LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro; GOMES, Raphael Fernandes. Machismo e discurso de ódio nas redes sociais: uma análise das “opiniões” sobre a violência sexual contra as mulheres. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 67-77, 2018.

PACHECO, Leonardo Turchi; SILVA, Silvio Ricardo da. Mulheres e jornalismo esportivo: possibilidades e limitações em um campo masculino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-14, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n361002.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: A história de um conceito. 2009, p. 116-149. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (org.). **Diferenças, igualdade**. Coleção Sociedade em foco: introdução às ciências sociais. São Paulo: Berlendis Editores, 2009.

SILVIO Luiz fala sobre a nova geração de narradores esportivos, famosos bordões e muitas histórias. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (70 min 24 s). Publicado pelo canal Pod Chegar com Silvia Vinhas, Youtube, 24 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JO30MZqIINE>. Acesso em: 26 de novembro de 2023.

ROSA, Marcelo Victor da; JITSUMORI, Carlos Igor de Oliveira; BORGES, Andrey Monteiro; RIBEIRO, Maria Elizia de Melo. Mulheres e futebol: um estudo sobre esporte e preconceito. **Gênero**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 190-218, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v21i1.46923>.

SANTOS, Renata de Paula dos; MARQUES, Zeca. A locução esportiva na TV, o infotenimento e o uso dos bordões: os casos de Silvio Luiz e Rômulo Mendonça. **FuLiA/UFGM**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 178-200, 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2526-4494.2021.29300>.

SANTOS, Daniel Gois dos; VIBIAM, Paulo Roberto Börsden. O poder do bordão no jornalismo esportivo. **Leopoldianum**, Santos, v. 48, n. 135, p. 45-59, 2022. DOI: <https://doi.org/10.58422/releo2022.e1317>.

SILVA, Alice dos Santos; MALTA, Renata Barreto. Vozes femininas nas mídias sonoras: as intersecções entre trabalho e relações de gênero. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana, v. 13, n. 1, p. 69-96, 2022.

VINCI, Christian Fernando Ribeiro Guimarães. A problematização e as pesquisas educacionais: sobre um gesto analítico foucaultiano.

Filosofia e Educação [rfe], Campinas, v. 7, n. 2, p. 195-219, 2015.

DOI: 10.20396/rfe.v7i2.8637554.

CAPÍTULO 6

Gênero e futebol feminino: análise dos discursos de pessoas envolvidas numa competição escolar

Lígia Luís de Freitas¹

Este trabalho resulta de uma pesquisa cujo foco de análise foram os discursos de professoras, professores, alunas, pais, mães, alunos e juiz: pessoas que organizaram e participaram de uma Copa de Futebol Infantil das escolas do município de João Pessoa, tomando como perspectiva de análise as relações de gênero. As reflexões apresentadas tomam como suporte, em especial, os estudos de gênero na educação física, no esporte e no futebol, bem como colaborações de pensadores da sociologia e da análise do discurso.

De uma forma geral, na literatura esportiva sobre o futebol existe uma ausência de registro histórico do futebol feminino no país. As anotações da presença feminina neste esporte, por autores clássicos, a exemplo de DaMatta (1982), são inexistentes. Nesta direção, no percurso da pesquisa, observou-se que tanto na historiografia do futebol brasileiro quanto na prática discursiva de professores, durante os treinos e na Copa de Futebol Feminino, havia uma recorrência de posicionamentos contrários à prática do futebol pelas mulheres.

Em muitos dos registros históricos, as referências ao futebol feminino aparecem por chamada curta ou notas de rodapé. Entretanto, apesar da historiografia brasileira desse esporte não enfatizar a sua prática pelas mulheres, como registra Franzini (2005), possui uma trajetória que remete ao início do nosso futebol. Diante desta lacuna é

¹ Doutora em Educação, professora da Rede Pública de João Pessoa / PB e pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero/CE/UFPB. E-mail: ligialfreitas@gmail.com

 <https://orcid.org/perfil: 0000-0003-1296-2699>

preciso perguntar: por que a literatura futebolística não abriu espaço para sua categoria feminina?

A pesquisa bibliográfica constatou que, no Brasil, existe um cânone literário no esporte que se acirra na escrita sobre a história do futebol, colocando a prática masculina no centro da discussão e deixando o feminino à margem da história deste desporto. A ausência de registro sobre o futebol das mulheres remete aos primeiros escritos da história do futebol e, mesmo que as mulheres tenham participado e influenciado nessa história, sua presença não foi devidamente registrada por autores clássicos, pois aparecem apenas como complemento da paisagem, como objeto, um acessório do futebol, situação preliminar (Franzini, 2005).

Essa ausência de registro histórico sobre o “futebol das moças” se atualiza no discurso de profissionais da educação física que reforçam valores que determinam para a mulher uma lista de tarefas sociais ideologicamente pensadas para serem executadas por ela, em particular, pelas suas condições biológicas (Soares, 1990), e por conta de uma visão equivocada e preconceituosa que afirma sua incapacidade física para práticas e atividades vistas como masculinas.

Essa concepção que se alicerçava no pensamento médico-higienista durante muito tempo difundido e reproduzido pela educação física parece ainda influenciar e embasar a visão de profissionais da área sobre as práticas corporais destinadas às mulheres. Alguns seguem afirmando que existem atividades que são mais apropriadas para cada sexo.

Segundo Soares (1990), a educação física, enquanto objeto do saber e do fazer médico, teve atuação direta na preparação do corpo feminino para o desempenho de suas tarefas sociais, entre as quais destacava-se a geração de filhos fortes para a pátria, em uma visão reprodutora do ideário burguês sobre os espaços e papéis sociais designados à mulher. Ao analisar o discurso de alguns profissionais docentes, observou-se que a educação física parece ainda atuar no sentido de legitimar valores e hábitos de acordo com o sexo e o gênero (Freitas, 2003).

É importante registrar que as mudanças ocorridas no âmbito da educação física têm contribuído para ampliar o currículo da disciplina que passou a abranger uma diversidade de campos/áreas/conhecimentos, anteriormente desconsiderados. Saúde, lazer, esportes radicais, terceira idade, diversidade cultural, identidade de gênero, entre outros, são temas que passaram a fazer parte dos estudos e das proposições curriculares para a área.

No que diz respeito ao foco deste artigo, a investigação e análise percorreram os caminhos de uma perspectiva crítica e pós-crítica de currículo, de forma a contribuir com um olhar mais reflexivo sobre o que acontece no chão da escola, um caminhar que afirme novas práticas pedagógicas, não sexistas, não discriminatórias, mas práticas inclusivas de meninas e adolescentes no futebol e nas práticas corporais esportivas curriculares.

Entretanto, apesar das muitas mudanças ocorridas na educação física, em especial, a partir do processo de redemocratização, com o surgimento de novas abordagens, a observação da prática pedagógica, espaço em que deveria se concretizar um currículo para a igualdade, equidade e respeito, indica a existência de um descompasso na relação entre teoria e prática. A pesquisa de campo revelou que professores e professoras reproduzem preconceitos, valores e mitos que reforçam as desigualdades de gênero no fazer docente.

O presente estudo soma com as atuais reflexões sobre relações de gênero na educação física escolar e no esporte (Albuquerque; Freitas, 2021). Acreditamos que é preciso ampliar e qualificar o trabalho com esses temas durante a formação inicial e continuada de professores e professoras, de maneira a fortalecer uma perspectiva de educação física fundamentada na igualdade, na equidade e no respeito às diferenças.

1. O DISCURSO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS

O material apresentado nas reflexões deste tópico analisa o discurso de parte dos profissionais que aceitaram fazer parte da pesquisa. O grupo foi composto por onze (11) professores, sendo cinco

(5) mulheres e seis homens (6). De acordo com Brandão (1991, p.31) o discurso docente é “espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente”. As falas dos(as) professores(as) fazem emergir questões que, segundo eles, atravessam o trabalho com as meninas. As dificuldades apontadas, a exemplo da falta de estrutura (espaço físico) que obriga o deslocamento da escola para campos dos bairros, suscitam um conjunto de temas apresentados a seguir.

No que diz respeito às condições da prática, P1M² afirmou que o futsal seria o esporte mais adequado às meninas: “a quadra é menor, daria mais condições pro feminino, não é um desgaste físico tão violento como é o futebol [...]” E ainda porque, de acordo com ele, no futsal, “a mulher se adapta muito mais rapidamente”. O referido professor fundamenta seu argumento na ideia cristalizada de que o corpo das mulheres é frágil e inadequado para a prática do futebol de campo.

A defesa que P1M faz do futsal, considerando-o mais adequado por conta das dimensões da quadra e do menor desgaste físico, confirmam uma visão pautada no mito da fragilidade feminina, colocando as alunas como incapazes de suportar atividades com maior grau de intensidade, a exemplo do futebol. Segundo Fasting (1997), a associação da força física ao masculino é resultado de uma construção cultural, a qual Dowling (2001) afirma que é apenas uma das muitas, relativas à incapacidade física feminina, que só começaram a ser superadas no final do último século.

P1M também apontou problemas com relação à receptividade e influência das famílias que não aceitam que as filhas joguem. Deixou explícito que a resistência ao futebol feminino acontece nas esferas de classe popular que frequentam a escola pública. Segundo ele, a desinformação familiar leva muitos pais a proibirem a prática do

² A fala de cada participante é apresentada através de um sistema de numeração e classificação por sexo, com a seguinte indicação: a letra P para professor, o algarismo referente ao respectivo participante e o uso da letra M para masculino e F para feminino.

esporte por suas filhas. De acordo com ele, tal problema não acontece na escola privada e, conseqüentemente, em famílias de classe mais abastada, por conta da informação dos pais. Sobre isso, afirma:

No caso da escola privada, a gente raramente vê isso, justamente por causa do meio. Classe média que já tem uma informação melhor, que já tem a mídia em cima, que assiste a televisão e viaja, que sabe da notícia lá fora, que lê um jornal e tudo mais. Já nas escolas públicas do estado e da prefeitura [...] 90% é da periferia mesmo. [...] Pode fazer uma pesquisa numa favela dessa que 70% quando vê uma televisão é [...] um cowboy, um faroeste, um ‘negócio’ de morte e assistir seu futebol, é o que interessa a ele. E a mãe não, a pobrezinha [...] ‘tá lavando roupa pra fora [...]. Então, ele não tem [...] meios de informações, [...] quase não vê mídia, num compra um jornal pra lê, não vê uma revista. Então [...] não tem essa informação que a mulher hoje no mundo [...] ‘tá aumentando a parte física dela, a parte mental, a parte emocional. A mulher hoje tá despontando mesmo. Acabou-se aquele ‘negócio’, aquele machismo do homem ser o dono da casa, a mulher ser forno e fogão, isso não existe mais no mundo moderno (P1M).

Nota-se no discurso desse professor a ideia de que os limites impostos ao papel feminino nas comunidades residentes na periferia são resultado da desinformação familiar e da educação doméstica diferenciada. Reforçada, ainda, pelo fato das meninas estudarem numa escola pública, na qual o professor tem uma visão caricaturada de quem mora em comunidade e estuda em escola pública, com isso ele coloca em cheque seu próprio trabalho que, segundo seu relato, não é nada crítico reflexivo sobre a realidade em que ele próprio se insere profissionalmente. Percebe-se que o problema é bem mais amplo, não se limitando ao acesso à informação nem ao processo de socialização das meninas.

Romero (1992) também destaca que o processo socializador é mais estereotipado em contextos populares. É comum encontrarmos expectativas diferenciadas para meninas e para meninos. Esta afirmação toma como referência a experiência de 28 anos como professora de

educação física em escolas públicas do meu município e, também, a minha própria história como filha de serralheiro e professora, para quem as tarefas domésticas eram bem divididas entre eu e minha irmã, respeitando as normativas de gênero do meu contexto familiar.

Aos meus irmãos eram delegadas as tarefas da rua, colocar o lixo fora de casa, ir à mercearia comprar alguma coisa, acompanhar (vigiar) a gente nas festividades da igreja. Tais divisões geravam desigualdades no tempo livre, no tempo de brincar. Não sem resistência da nossa parte! Lá em casa fui rompendo, ao longo da adolescência e da juventude, os sonhos projetados para minha irmã e para mim por sermos mulheres.

É importante destacar que um processo socializador mais ou menos estereotipado, mesmo nas classes populares, tem interferência de uma série de fatores (econômico, cultural, social...). Em contextos onde as mulheres trabalham fora de casa, ou de mães solo, essa realidade da divisão de tarefas e das expectativas sociais pode variar, às vezes se reproduz, às vezes não. No caso desta pesquisa encontrei garotas que tinham apoio familiar para jogar e outras que não. Acredito que os modelos acessados pela grande mídia de massa, as referências de grandes jogadoras podem fazer diferença e mudar perspectivas.

P1M segue afirmando que, para a maioria dos pais do meio popular, a função das meninas é “ajudar a mãe na cozinha, limpar a casa e, quando quiser, participar de alguma coisa, [...] brincar de boneca e tal”; por isso “a maior parte, [das meninas] às vezes, faz escondido; o professor é quem traz, você já deve ter identificado isto. Se o pai souber, vai buscar a menina”. Essa visão cristalizada que P1M tem da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2003) no âmbito doméstico indica, embora ele não discuta, que as tarefas masculinas devem ser de outra ordem, o que confirma que tal divisão está na ordem das coisas (Bourdieu, 1999), de forma a construir/reproduzir um *habitus* corporal e social.

Segundo Carvalho (2003, p.72), muitos professores e professoras “apontam mais facilmente problemas nas relações de gênero em casa do que na escola”, o que revela a dificuldade que muitos profissionais têm de perceber que a escola segue como lugar de

reprodução e de reforço das desigualdades sociais, ao invés de enxergá-la como espaço potente para a promoção da igualdade e da equidade de gênero.

Nas dificuldades enfrentadas pelas meninas participantes da pesquisa estão envolvidas tanto as questões de poder, cujas relações são dispersas, sutis, capilares, quanto limitações de classe social, reforçando-se mutuamente a dominação de classe e a de gênero. Nesse cenário, a mudança não virá só com informação (ou contra-informação). Torna-se crucial a formação continuada dos professores e professoras sobre a temática de gênero e temas em interface.

2. A PREFERÊNCIA PELO MENINO: OS FINS JUSTIFICAM OS MEIOS

Conforme o professor P1M afirmou, sua preferência por trabalhar com os meninos se dá, porque “é mais prático, é mais fácil, [...] por causa da convivência, o homem com homem”. Para ele, por ser homem, é mais fácil ensinar educação física a estudantes do mesmo sexo: “Vai trabalhar com a menina, a menina já é mais problemática, já vem com problema de casa, [...] até pra tirar o sábado pra ir para a competição é mais problemática”. Uma visão binária e machista incapaz de analisar a realidade a partir das lentes de gênero.

Apenas P8F disse preferir trabalhar com as meninas, os demais informaram que a escolha pelos meninos (e pelas modalidades esportivas consideradas masculinas) se dava por conta das dificuldades encontradas no trabalho com as meninas. Para alguns, a locomoção das meninas para os treinos e jogos era vista com receio, principalmente por conta da violência nos bairros. No caso de P8F, a sua própria história de corredora de velocidade no atletismo e as dificuldades enfrentadas ao longo da trajetória escolar, de certa forma, justificam sua opção por trabalhar com as meninas.

A limitação econômica aparece como um fator que desestimula P6F a trabalhar com o feminino. Segundo ela, “as meninas não têm chuteira, aí ficam pedindo pra gente conseguir. Como eu vou conseguir

chuteira para todo mundo? Os meninos não, cada menino já tem, os meninos já têm suas coisas”. As dificuldades econômicas vão se revelar na vida da maioria das meninas e meninos da escola pública. Apesar disso, a maioria dos meninos chega à escola com as condições materiais para a prática do futebol (muitos têm bola, chuteira, padrão), revelando que, na organização da vida privada, existe uma reprodução das desigualdades de gênero. Quantas meninas podem dizer que seu primeiro presente foi uma bola de futebol, em vez de uma boneca?

Portanto, o argumento econômico, ou o medo da violência nos bairros, me parece mais uma tentativa de escamotear uma visão dualista de educação física, que segue afirmando/reproduzindo determinadas práticas como masculinas e outras como femininas. Ao estudar a (in)diferença e a ausência das alunas nas práticas corporais e esportivas Betinardi (2008) propõe uma série de estratégias coeducativas fundamentadas na teorização dos Jogos Cooperativos, de maneira a romper com práticas históricas da área que valorizam a concorrência, a discriminação e o sexismo.

Ainda de acordo com essa autora, a perspectiva dos Jogos Cooperativos contribui para “educar meninos e meninas em relação, promovendo a interação e a participação de todos/as” (Betinardi, 2008, p. 07). Ao propor um trabalho com o esporte na perspectiva cooperativa, a autora registra que sua opção pelo esporte se dá por conta da ampla aceitação deste conteúdo no contexto escolar, e também porque o esporte segue sendo utilizado nas aulas de educação física como um tema que demarca a divisão de gênero nas práticas corporais. E se o esporte segue com esse peso é preciso que as mudanças nas aulas de educação física sejam pensadas também a partir dele.

Diferentemente das outras falas, P9M justificou sua opção de trabalhar com os meninos afirmando: “é porque eles assimilam mais, né? Facilita o trabalho, entendeu? [...] É fácil desenvolver um trabalho, é lógico, e os resultados são melhores”. Ou seja, seu objetivo é ganhar e como os meninos recorrentemente chegam com as habilidades para as práticas mais lapidadas, por conta do próprio processo de socialização informal, é mais fácil competir para ganhar com eles. Se ele dedicasse

mais tempo de treino para as meninas, com certeza, os resultados nas competições seriam outros.

Ao discutir como a temática de gênero se constrói e se estrutura nas aulas de educação física, Silva (2005) apresenta nas conclusões da sua pesquisa questões que fortalecem as reflexões aqui tecidas. No que diz respeito ao trabalho docente a autora conclui que os(as) professores(as) são portadores de crenças que condicionam seu trabalho com atividades físicas e esportivas a uma adequação ao gênero, o que contribui para que o contexto das aulas de educação física não se transformem em espaços emancipadores das mulheres por conta das ideologias androcêntricas do desporto.

Romero (1990, p.8) afirma que “a noção e o domínio [que as meninas têm] do seu corpo em relação ao tempo, espaço e objetivo” já são marcados “pelos signos” tatuados durante o processo de socialização. Assim, pode-se dizer que a dificuldade de aprendizagem do futebol pelas meninas é resultante do nível inferior de desenvolvimento das habilidades requisitadas para a prática desse esporte. A igualdade e equidade de condições para a aprendizagem das habilidades específicas para a prática do esporte ao longo do processo de socialização e da escolarização básica mudaria o cenário.

Os professores e professoras de educação física preferem ensinar àqueles que já possuem uma prontidão motora adquirida no processo de socialização informal, o que normalmente acontece com os garotos. Neste caso, as “peladas” desde a infância contribuem para que os meninos incorporem um *habitus* predisposto ao futebol, que facilita e incrementa os resultados do trabalho pedagógico com o sexo masculino. A escola opera de maneira reprodutora, através de uma ação pedagógica que inclui os aptos e exclui os não-aptos com base em uma seleção cultural que parece que é meramente relativa à aptidão física, no caso do esporte, quando, de fato, é baseada em aprendizagens prévias (Bourdieu; Passeron, 1975).

3. DE QUEM É A VIOLÊNCIA?

A violência é outro tema recorrente no discurso de P1M e, no caso da prática do futebol masculino, está relacionada à agressão física, à pancada, à dor, das quais o homem pode ou não se proteger. A fala deste professor revela que a violência faz parte do esporte e os homens estão preparados para vivê-la porque o campo é masculino. É, portanto, um discurso que naturaliza a violência quando se trata do futebol masculino, assim diz ele: “o homem, ele tem uma proteção, a gente vê, desde a época que eu [...] jogava, a gente tinha uma proteção, [...] uma cinta que você [protege de] [...] qualquer pancada ali [...], só se for uma pancada muito violenta, um chute dado, porque aí é uma deslealdade, aí é uma agressão muito violenta”. A violência faz parte do processo socializador masculino.

No caso do futebol feminino, P1M tem outra compreensão da violência contra as meninas. Para ele, o efeito do treinamento sobre o corpo das mulheres é que se configura como violência que, de acordo com ele, deixa a menina “com aquelas musculaturas; eu acho que a mulher não foi feita para isso”. Para ele, ficar com a musculatura da perna bem desenvolvida é o que violenta a mulher. Neste sentido, afirma:

Uma atleta de voleibol, [...] ela não tem aquela musculatura na perna, [...] uma atleta de natação, [...] o corpo dela é todo perfeito, [...] uma atleta de t nis, [...] puxa mais pelo braço, pela perna, mas você não v . E a mulher no futebol, um ano que ela t  praticando futebol [...] faz um trabalho como se a mulher [fosse] um [homem], não é?

O discurso P1M revela como a dominação masculina se utiliza da violência simbólica para dominar os corpos das mulheres. Para Salvini et al. (2012) “não é conferida a mulher - representada pela delicadeza do seu corpo, gestos e pela submissão de seus atos - uma prática legítima de esportes que possam ferir esses atributos”,   essa

compreensão de corpo feminino que atravessa as entrelinhas do discurso deste professor. De acordo com Bourdieu (1983), o discurso de P1M também parece ser marcado por uma ideia higienista do esporte para o público feminino.

A visão machista de P1M o impede de refletir que as práticas esportivas sistemáticas modificam significativamente o corpo, seja do homem ou da mulher. Pode-se dizer que seu ideal de mulher, do ponto de vista corporal, acaba influenciando a sua postura profissional. Pereira (1984) menciona que as mudanças sociais nos papéis femininos refletem no esporte, por isso determinados comportamentos como agressividade, força, coragem para riscos, perseverança, entre outros, começaram a ser aceitos na prática esportiva feminina. Entretanto, o autor reconhece que muitos profissionais, por permanecerem com uma imagem da mulher como sendo meiga, recatada, passiva, resistem a certos comportamentos e características evidenciadas.

O debate sobre a violência também interfere na prática esportiva das meninas em dois sentidos. No discurso do professor P9M, quando foi justificado por que as meninas não tiveram treino antes de iniciar o campeonato, percebe-se claramente esses sentidos. “Primeiro, porque o espaço que eu ocupava é perigoso, [...] é lá próximo do Bairro dos Novais; aí é um lugar violento [...]. Eu [...] teria que levar essas meninas nesse espaço que é perigoso, entendeu?”

Continuando a conversa com o professor, ao tentar justificar por que priorizou o treino dos meninos, mais uma vez falou da violência. Entretanto, nesse segundo momento, associou a violência aos meninos:

Você pega um pirralho de uma turma, [...] da quarta série, são ‘pirralhos’ altamente indisciplinados, [...] quase bate em professor, ameaça professor. Então, [...] você é disciplinador, mas você tem que abrir mão de certas coisas. Por exemplo, se você for [dizer] “essa semana vai ser só futebol feminino” e impor, a quadra vai ser ocupada, [...] vai criar um problema [...] seríssimo que deve acarretar em violência. [...] Se estes meninos não estiverem

jogando neste espaço pequeno, vão estar fazendo o que? Quer dizer, com certeza, ele vai querer jogar todo dia, logicamente que eu não deixo, deixo um espaço pra meninas, mas eu não posso... 'tô sendo estratégico. [...] Se eu fizer isso, vou criar um problema pra mim e pra escola, porque pode acontecer de tudo que você imagina.

Com base nas justificativas de P9M, pode-se afirmar que foi uma possibilidade o treino não ocorrer fora da escola para não expor as meninas ao perigo. No entanto, justificar a prioridade dada aos meninos no uso da quadra da escola, alegando que eles são violentos, revela uma visão cristalizada sobre os mesmos. Um trabalho integrado com a direção da escola, a fim de encontrar a solução para o problema da indisciplina, é uma possibilidade.

4. DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA TREINAR

Segundo Daolio (1995, p.106), perspectivas como essa destacada por P9M inviabilizam que meninos e meninas tenham “as mesmas oportunidades de prática e desenvolvimento de suas capacidades motoras”. Essa realidade prejudica mais as meninas que carecem de treinamento para desenvolver as habilidades que lhes foram negadas durante o processo de socialização informal, de maneira a vencerem as dificuldades encontradas na prática do futebol no contexto escolar.

Além dos treinos individuais, categorizados por sexo, muitos professores tinham o hábito de realizar os treinos mistos. Alguns dos que realizam essa prática confirmam que o treino misto é uma possibilidade das meninas jogarem com os meninos que, segundo alguns, jogam melhor do que elas. Com isso, muitos professores terminam reproduzindo o discurso da superioridade masculina quando falam sobre a prática do futebol.

Para P2M, os meninos gostam de participar com as meninas “[...] porque é uma forma deles se sentirem superiores e tal. [...] Mas é por amizade mesmo, e elas gostam também, né? Porque ‘tão jogando mais com pessoas [...] mais capacitadas e, quando gera dificuldade, a motivação é maior, então elas gostam também’”. Será que esse discurso da superioridade masculina não é reproduzido pelo professor durante os treinos? Será que os meninos jogam somente por amizade ou para mostrar que são melhores do que as meninas em campo? É interessante o reconhecimento que o professor dá ao treinamento como espaço de legitimação da superioridade masculina no futebol e, por tabela, de confirmação do futebol como campo dos homens e meninos.

Para Daolio (1995, p.100), nem todas as meninas são inábeis, nem todos os meninos são hábeis. “Existe uma enorme gradação entre o mais hábil e o menos hábil, tanto para as meninas quanto para os meninos”. Segundo o autor, é fundamental que os professores e as professoras compreendam que, na maioria das vezes, as diferenças de ordem motora não são naturais, ou seja, determinadas biologicamente. Pelo contrário, elas são construídas no universo da cultura, portanto superáveis.

Louro (1997) lembra que é imprescindível começar a desconfiar daquilo que nos parece natural, pois, a partir de determinadas situações, a escola pode contribuir com o reforço e ensinamento daquilo que a cultura impõe como ser mulher e ser homem. Tais situações podem acabar reforçando modelos de feminilidade e masculinidade dicotômicos e hierárquicos e, conseqüentemente, o poder de um sexo sobre o outro. Para Fernandez (1994), nada disso está escrito no currículo da escola, mas se faz presente no seu currículo oculto e, portanto, insere-se em cada um de nós através do não-dito (Silva, 2012).

É importante registrar que não existe aceitação passiva das meninas às imposições e discriminações a que estão submetidas. Isso significa que o processo de reprodução da dominação masculina não acontece sem que haja resistência a ele. A realidade vivenciada pelas meninas que jogam futebol revela que a luta histórica pelo “campo” acontece, de acordo com Bourdieu (1983, p.89), “entre o novo [a

mulher] que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante [o homem] que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência”, por acreditar no “campo” futebolístico como um lugar de expressão da masculinidade.

5. ELAS QUEREM JOGAR!

Embora o futebol seja conteúdo curricular da educação física e esteja presente em diversos momentos na escola, normalmente, com os meninos à frente, não é tratado a partir de um olhar crítico pedagógico de gênero por muitos professores e professoras. No âmbito da disciplina, muitos profissionais não consideram a equidade como princípio base de sua intervenção pedagógica, embora possibilitasse que as meninas não ficassem às margens da prática futebolística, pois, na escola, esse esporte também se impõe como um campo masculino. Para Bourdieu (1999, p.18), “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação”. Assim, a falta de acesso e oportunidade, aliada a mitos, particularmente, ao mito da fragilidade feminina, contribui para o desinteresse das meninas pelo futebol.

A criação da Copa de Futebol Feminino pareceu ser “a gota d’água” para as meninas reivindicarem o direito que tinham ao jogo. Alguns professores e professoras fazem leituras diferentes sobre o que despertou o interesse delas pelo esporte. Para P2M “é mais uma modalidade pra ser desenvolvida, porque [...] a mulher é sempre muito inferiorizada, mas ela desenvolve muito bem. O desenvolvimento delas com o futebol tem sido gradativo, então eu acho super importante que haja, também, o futebol feminino”.

P2M acredita que as meninas procuram a modalidade exatamente, para obter um “desenvolvimento maior das pernas, [...] bumbum, esse negócio”. Para ele, o futebol possibilita que a menina conquiste mais “uma atração extra, [...] sem contar a parte mental, [...] muito trabalhada. Eu acho que [é] mais por aí, a parte da saúde, [...] corpo, né? O desenvolvimento de certas partes do corpo feminino que elas têm interesse também”.

Essa ideia de ‘atração extra’ para determinadas partes do corpo feminino reforça a afirmativa de Bourdieu (1999), de que a razão primeira da existência feminina é ser objeto receptivo, atraente e disponível para um outro. Na visão de Nóbrega (2003, p.181), a partir da adolescência, as meninas iniciam o processo de submissão “à perfeição física, sobretudo aos modelos veiculados pela mídia”. A educação física escolar precisa refletir sobre essas questões criticamente.

Já na opinião de P6F, o interesse das meninas pelo futebol na escola em que ela trabalha é tão intenso que começou a existir uma briga constante entre meninos e meninas pela quadra. A situação só foi resolvida quando se estabeleceu um dia para cada sexo. Segundo ela, “eles se acham os donos, só que as meninas não tinham direito [...], aí foi feita uma tabela: o dia dos meninos, o dia das meninas, porque os meninos [...], como ‘se acha’ que é o dono do futebol, aí achava que era o dono da quadra”.

Embora a luta dessas meninas sirva como exemplo das conquistas femininas no espaço da educação física e esportes, Toscano (2000) registra que, de uma forma geral, meninos têm mais espaço do que meninas, tanto no intervalo, quanto nas aulas de educação física ou de iniciação esportiva. Nesses momentos, ainda é possível observar um modelo diferenciador de educação/orientação baseado no sexo e gênero.

P5M, ao falar sobre o interesse das meninas pelo futebol, afirmou:

Na verdade, o futebol feminino é mais uma festa, né? Os meninos têm um lado, neles, mais competitivo, quase profissionalizado, assim já bem direcionado [...]. Mas, as meninas, é aquela coisa mais lúdica, [...] é uma coisa nova, emocionante, então, sem muita responsabilidade.

É interessante observar que esse discurso masculino sobre o futebol feminino como ‘algo lúdico’ e ‘sem responsabilidade’ remete

ao que se pensava sobre as partidas femininas no início do século XX, vistas como entretenimento (palhaçada) antes do jogo principal: o masculino. Será que é por isso que alguns professores e professoras não levam o treino das meninas a sério?

Talvez essa ideia do lúdico e da festa sirva para chamar atenção para a necessidade de se entender que o esporte na escola impõe o grande desafio de resgatar valores, como: o coletivismo, ao invés do individualismo; a solidariedade; o respeito humano e a compreensão de que o jogo acontece “com” o companheiro, não “contra” o adversário (Bracht, 1992). É preciso também, de acordo com Darilo (1997), que os alunos vejam o adversário não como um inimigo a ser aniquilado, mas alguém sem o qual o jogo não se realiza, o qual é impossível de se jogar.

Ainda para P2M, o aprendizado do futebol pela menina vai depender da iniciativa que ela tenha de praticá-lo em espaços extraescolares. Com isso, ele nega o que alguns professores e professoras disseram, isto é, não se trata de os meninos aprenderem mais rápido ou terem inclinação para o futebol; pelo contrário, o que os meninos sabem desse esporte é resultado do processo de uma socialização diferenciada. Na ótica de Foucault (1987), a disciplina do corpo masculino para o futebol diz igualmente de uma outra disciplina que condiciona o corpo feminino para outras atividades.

De uma forma geral, os discursos emitidos pela maioria dos professores e professoras enunciam que a culpa de não saber jogar é da própria menina. Isso pode indicar, conforme Marchi Jr (2002, p.93), que esses discursos contribuem para a reprodução do “jogo”, indicando que “existe uma estreita relação entre *habitus* e campo”. Portanto, o discurso da maioria dos docentes participantes do estudo exclui a responsabilidade que cabe à escola e às aulas de educação física em responder e apontar soluções para as dificuldades que as meninas encontram para a prática do futebol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo se propôs a apresentar uma análise dos discursos dos professores e professoras responsáveis pelo treinamento dos times de futebol feminino durante a Copa de Futebol Infantil das escolas do município de João Pessoa. A análise feita propicia algumas considerações.

No que se refere aos impedimentos de ordem estrutural, como a falta de espaço para o treino e material pedagógico, aliados a obstáculos de ordem familiar, cultural e pedagógica, apontados como problemas da prática profissional, percebe-se que os elementos que aparecem no discurso docente constituem a justificativa que a maioria usa para afirmar a preferência em trabalhar com os meninos.

As nuances dos discursos das professoras e professores também revelaram a existência de preconceitos, dos mitos, da visão sexista do esporte e dos papéis masculinos e femininos. Além disso, ficou evidente o posicionamento da menina como alguém menos capaz fisicamente, e do menino, alguém capaz. Isso demonstra que muitos professores ainda parecem acreditar no mito da fragilidade feminina, confirmando a aceitação e a reprodução, na sua prática, do processo de socialização diferenciada entre os sexos.

Todo esse conjunto de fatores que aparecem no discurso dos professores e professoras, de certa forma, contribui para que as perspectivas para o futebol feminino na escola e na Copa de Futebol não sejam tão promissoras. Por isso, introduzir a perspectiva de gênero na formação profissional inicial e continuada é essencial para a superação das limitações encontradas.

Com base na análise feita, apresenta-se algumas possibilidades para o futebol feminino na escola:

- Empreender a busca de alternativas viáveis para que as meninas exerçam seu direito de jogar futebol;
- Fazer um trabalho em conjunto com a família e com a comunidade, visando romper/diminuir os preconceitos existentes e mitos relativos à prática do futebol por meninas;

- Estabelecer parcerias com clubes e entidades para que meninas tenham o mínimo de conhecimento e vivência desse esporte;
- Repensar a formação inicial e continuada dos professores e professoras de educação física, no sentido de desnaturalizar a concepção do corpo feminino como corpo maternal, belo e frágil.

Por fim, enquanto o futebol se constituir como um campo de construção e reprodução da masculinidade, particularmente na cultura brasileira, a prática do futebol feminino não receberá o apoio e o incentivo que precisa para evoluir.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Daniele Santos de; FREITAS, Lígia Luís de. O esporte nas aulas de educação física: por que meninas não jogam futebol? (Org.) Rafael Ferreira de Souza Honorato & Edilene da Silva Santos. **Políticas curriculares (inter)nacionais e seus (trans)bordamentos**, Ayvu Editora, Rio de Janeiro, 2021.

BETINARDI, Solange. **Caderno pedagógico meninos e meninas: a (in)diferença nas aulas mistas de educação física**. Coordenação do Programa de Desenvolvimento Educacional da SEED. Curitiba, 2008.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P., & Passeron, J. C. **A Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Portugal: Difel, 1989.

BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991.

CARVALHO, M. E. P. de. O que essa história tem a ver com as relações de gênero? problematizando o gênero no currículo e na formação docente. In: **Gênero e Educação: múltiplas faces**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2003.

DAOLIO, J. A construção cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em “antas”. In: **Corpo, Mulher e Sociedade**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

DAMATTA, Roberto. Universo do futebol: Esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DARILO, C. S. Professores de educação física: procedimentos, avanços e dificuldades. In.: **Revista brasileira de Ciências do Esporte**. Ijuí/RS: SEDIGRAF. Vol. 18, nº 3, maio/97.

DOWLING, C. **O mito da fragilidade feminina**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2001.

FASTING, K. Desenvolvimento do gênero como perspectiva cultural: implicações para a Psicologia do Esporte. In: **Mulheres em movimento**. Vitória:EDUFES, 1997.

FERNÁNDEZ, A. **A Mulher Escondida na Professora**: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporeidade e da aprendizagem; trad.: Neusa Kern Hichel. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FRAZINI, F. “**Futebol é coisa para macho**”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, nº 50, p. 315-328 - 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/i/2005.v25n50/>> Acesso: mai/2022.

FREITAS, L. L. de. **Futebol feminino**: análise dos discursos dos sujeitos envolvidos em uma competição infantil entre escolas públicas em João Pessoa, PB. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPB, João Pessoa, 2003.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARCHI Jr. W. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: **Esporte: história e sociedade**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

NÓBREGA, T. P. da. Corpo, gênero e educação: apontamentos para uma agenda social e política do corpo. In: **Gênero e Educação**: múltiplas faces. João Pessoa: Ed. Universitária, 2003.

PEREIRA, L. E. **Mulher e esporte**. Um estudo sobre a influência dos agentes de socialização em atletas universitárias. Dissertação (Mestrado em Educação Física). USP, 1984.

REIS, L. da C. A mulher que joga futebol. In.: **I prêmio INDESP de literatura desportiva**. Brasília: Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, 1999.

ROMERO, E. **Diferenças entre meninos e meninas quanto aos estereótipos**: contribuições para uma política de desmistificação. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Vol. 14, nº 1, setembro, 1992.

ROMERO, E. **Estereótipos masculinos e femininos em professores de educação física**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). USP, São Paulo, 1990.

SALVINI, L., SOUZA, J. de, MARCHI JUNIOR, W. **A violência simbólica e a dominação masculina no campo esportivo**: algumas notas e digressões teóricas. Revista Brasileira De Educação Física E Esporte, 26(3), 401–410, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SILVA, Maria Paula M. P. **A construção / estruturação do gênero na aula de Educação Física no ensino secundário**. Dissertação apresentada às provas de Doutorado em Ciências do Desporto. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, 2005.

SOARES, C. L. **O pensamento médico higienista e a educação física no Brasil: 1859-1930**. Dissertação (Mestrado em Educação). PUC, São Paulo, 1990.

TOSCANO, M. **Estereótipos sexuais na educação**: um manual para o educador. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAPÍTULO 7

Mais do que “Fadinha do skate”: construções discursivas de Rayssa Leal nas peças publicitárias de Nescau e Banco do Brasil

Monique de Souza Sant’Anna Fogliatto¹

Nascido em solo californiano oriundo de um processo adaptativo do surfe, ainda na década de 1960, o skate foi exportado como produto cultural estadunidense, ganhando cada vez mais espaço no cotidiano das sociedades. A plasticidade dos movimentos, a possibilidade de enfrentamento de um “risco calculado” (Caillois, 1990) e os novos valores incutidos na identidade da modalidade foram fortes atrativos para a adesão à prática, marcadamente contracultural. Indo de encontro aos valores tradicionais e patriarcais vigentes nos Anos de Chumbo da Ditadura Militar brasileira, a prática, e evidentemente seus adeptos, foram alvo de olhares atravessados, rendendo-lhes estigmas e marginalizações incorporados à identidade da modalidade, mais tarde convertida em esporte.

Mas, se para eles os caminhos se mostraram tortuosos, para elas os desafios se mostraram ainda mais significativos. Poucos são os registros históricos que nos permitem reconstruir o histórico do skate feminino competitivo, marcado por apagamentos e silenciamentos discursivos. O fato é que as revoluções vivenciadas na década de 1960 também tiveram seus impactos vistos nas construções dos valores de feminilidade, fragilidade e delicadeza frequentemente postos sobre a figura feminina. Para além de meras administradoras do ambiente doméstico, elas agora passaram a ocupar o espaço da “rua”, indo de

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Bauru-SP, mestre pela mesma instituição, graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Campus de Cuiabá.

 <https://orcid.org/0000-0003-2402-4309>

encontro à moral e aos bons costumes vigentes à época (DaMatta, 1997).

Refletindo essa realidade, o skate também passou a ser “invadido” pela presença feminina, o que rendeu a elas os mesmos olhares atravessados postos sobre os homens na gênese da prática. Mas agora esses estigmas vinham carregados de um preconceito de gênero, seja pelo viés da masculinização ou da hiper sexualização atribuída a seus corpos. Aos poucos, eles foram ressignificados, e elas ganharam não só competições próprias, mas reconhecimento e visibilidade midiática. Considerado potência dos carrinhos, o Brasil viu emergir nomes como Karen Jonz, Letícia Bufoni, Pâmela Rosa e Rayssa Leal, facilmente rememoradas quando tentamos reconstruir um panorama contemporâneo da modalidade.

É sobre esta última que este artigo se debruça. A disseminação em massa de um vídeo em que aparece vestida de fada saltando uma escadaria em Imperatriz (MA), sua terra natal, lhe rendeu os holofotes midiáticos e o apelido carinhoso de “Fadinha do skate”. De lá para cá, vieram a carreira profissional, os patrocínios e uma série de títulos que preenchem a prateleira de conquistas daquela que cresceu sob os holofotes midiáticos, consagrando-a como referência na modalidade *street*. Tamanho reconhecimento e representatividade juvenil feminina chamaram a atenção de marcas, que passaram a trazer Rayssa como personagem central de suas peças publicitárias.

Mas o evidente avanço etário parece não ser suficiente para modificar as construções discursivas que orbitam sobre a figura de Rayssa Leal, sobretudo no âmbito publicitário, ora a figurativizando como a modelo a ser seguido, ora posta como jovem prodígio, sem deixar de lado a referência ao apelido Fadinha, como ficou popularmente conhecida. É a partir destas duas isotopias discursivas que olharemos, sob o viés analítico discursivo de linha francesa, para as campanhas BB *Cash* e A energia de Rayssa, do Banco do Brasil e Nescau, respectivamente. Aqui, intentamos compreender como dois patrocinadores oficiais da carreira da skatista maranhense constroem determinadas representações sobre a atleta a depender das

intencionalidades interdiscursivas que permeiam a produção e circulação das peças publicitárias.

1. A PISTA AGORA É DELAS: RELAÇÕES DE GÊNERO E O SKATE FEMININO

Com origem na contracultura norte-americana, o skate surge no Brasil como parte de uma tribo urbana eminentemente masculina. É curioso notar que, enquanto os rapazes podiam “ganhar” as ruas, era esperado que as moças ficassem em casa, numa noção de feminino que se resumia a valores como delicadeza e boa gestão dos afazeres nos ambientes domésticos (DaMatta, 1997). Os espaços socialmente aceitáveis a elas era, antes de mais nada, reflexo de construções discursivas limitantes presentes nas estruturas sociais que, mesmo diante dos inúmeros avanços e revoluções que marcaram o século XX, ainda mantiveram em prática os valores patriarcais, misóginos e conservadores vigentes nos séculos anteriores, reforçando um demarcador de diferença entre o “eu”, homem, e o “outro”, mulher, esta última colocada em posição de inferioridade (Laurentis, 2019).

E estas estruturas limitantes de feminilidade se viram, inevitavelmente, refletidas em seus produtos culturais, como foi o caso do skate. Foi com evidente dificuldade que as primeiras mulheres conseguiram se impor nessa modalidade, demonstrando domínio de técnicas específicas e habilidade por parte delas em uma modalidade historicamente dominada pelos homens. Contudo, ao se tornarem adeptas desse esporte, as mulheres se tornaram alvo de preconceitos e estigmas relacionados ao seu corpo: ora eram hiper sexualizadas e vistas como mulheres em buscas de homens, ora masculinizadas como se tentassem ser homens. Havia ainda a noção das garotas como troféus a serem expostos pelos rapazes que praticavam o esporte (Anderson, 1999).

Cabe, então, questionar a respeito de quais são as feminilidades possíveis no interior de uma prática nativa predominantemente masculina cis. E isso se intensifica quando olhamos para o caso de

mulheres, predominantemente jovens, que assumiram o “risco calculado” instituído pela prática do skate. Aos poucos, as supostas “invasoras” das pistas de skate foram tecendo resistências e cavando brechas para resistirem. As inevitáveis cicatrizes, fruto dos tombos em manobras, antes símbolos de feiura ou subversão da feminilidade ideal, foram assumidas como distintivos de honra, cujas histórias foram reproduzidas inúmeras vezes com o intuito de ganhar respeito naquele ambiente até então hostil a elas (Finley, 2010).

Apesar dessas dificuldades, certamente calcadas no machismo estrutural identificado na sociedade brasileira entre as décadas de 1960 e 1980, viu-se um aumento no número de adeptas do esporte (Figueira, 2011), momento em que as mulheres passaram a demarcar o seu espaço dentro da modalidade como praticantes, demandando o surgimento de competições exclusivas para mulheres. Apesar disso, poucas são as informações preservadas sobre as competições femininas de skate. Enquanto é possível traçar uma verdadeira linhagem masculina desde a sua criação até a chegada ao Brasil, nos anos de 1960, o mesmo não acontece com as pioneiras do esporte, apagadas e esquecidas. Um trabalho de resgate histórico, contudo, permite que hoje sejam dados créditos a nomes como o de Patty McGee, pioneira do esporte nos EUA; Peggy Oki, única mulher na famosa equipe Z Boys²; por fim, a brasileira Leni Cobra, vencedora do primeiro campeonato brasileiro de street style, em 1987.

É diante deste passado marcado por esquecimentos e apagamentos discursivos que elas resistem, chegando a tamanho reconhecimento e visibilidade midiática vivenciados pela modalidade hoje. Mas, afinal, como Rayssa se tornou referência deste novo momento vivenciado pelo skate enquanto esporte? O compartilhamento viral de um vídeo de uma menina, vestida de fada, realizando uma

² Considerado um dos grupos mais influentes do skate vertical, o grupo nasceu em Venice e Santa Monica, Califórnia, onde a prática tem sua gênese. Originalmente composto para a prática do surfe, o Zephyr Surf Team, ou Z-Boys, o grupo era composto por surfistas que adaptaram as pranchas do mar e se sagraram referência no universo do skate ainda nos anos 1970.

manobra conhecida como *heelflip* em uma escadaria de Imperatriz (MA) após uma apresentação de 7 de setembro chamou a atenção dos brasileiros, sendo responsável por apresentar Rayssa Leal ao mundo. Com mais de 4,8 milhões de visualizações e compartilhado por 60,6 mil usuários, o vídeo rendeu-lhe o apelido carinhoso de “Fadinha do Skate”, chegando até o maior ídolo da modalidade, o estadunidense Tony Hawk.

Tamanha visibilidade nas redes sociais fez com que os holofotes midiáticos se voltassem para a menina, então com sete anos de idade. A apresentação ao telespectador viria ainda em 2015, no palco do programa jornalístico-esportivo dominical Esporte Espetacular, que proporcionou o encontro de duas gerações: Rayssa Leal e Letícia Bufoni, considerada sua ídolo no universo do skate feminino. Diante de seu alto nível técnico comparado à pouca idade, não tardou até que a atleta passasse a compor o *hall* de atletas nas mais importantes competições de skate street, competindo em pé de igualdade com figuras já renomadas e premiadas no universo dos “carrinhos”.

Aos poucos, o “prodígio” atribuído à performance de Rayssa enquanto atleta de alto rendimento foi se consolidando diante das conquistas, atraindo, inevitavelmente, o interesse mercadológico. Muitos são os marcos históricos na carreira da skatista maranhense ao longo do tempo: dois vice-campeonatos da *Skate Street Skateboarding* (2019, 2021), a mais importante competição da modalidade; a inédita prata olímpica na estreia do skate street em Tóquio (2021), sagrando-se a mais jovem medalhista do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) aos 13 anos; atleta com a maior nota atribuída a uma volta de 45 segundos na SLS (9), no Super Crown São Paulo (2023); dois ouros nos X Games (2022, 2023), considerada os Jogos Olímpicos dos esportes radicais, e, por fim, o título inédito do Super Crown SLS 2022, em etapa disputada no Rio de Janeiro (BRA).

Ali, muito mais do que um sujeito modalizado a saber, querer e poder fazer, Rayssa também detinha uma forte influência de um dever-fazer (Barros, 1999). E isso está atrelado, inevitavelmente, a seu retrospecto competitivo, que serve de força motriz para impulsionar sua

imagem em um cenário extra competições esportivas, tornando-a suporte de visibilidade para empresas patrocinadoras. Somado aos acordos milionários envolvidos, havia ali pressuposto um contrato fiduciário, uma espécie de aposta em uma performance exemplar e em bons resultados, que mais do que consolidar a imagem de Rayssa, também alçaria visibilidade às empresas envolvidas. Ao todo, Rayssa tem sua imagem associada à Nike, Monster Energy, Nescau e Banco do Brasil, além de campanhas pontuais já desenvolvidas com serviço de streaming HBO Max e o serviço de casas por assinatura Housi³.

Utilizando-se da imagem de uma atleta de alto rendimento, multicampeã e reconhecida internacionalmente por seus feitos, mas sobretudo jovem, essas marcas passaram a apostar em Rayssa Leal como protagonista de suas campanhas publicitárias. É diante deste novo momento da carreira da atleta, que ultrapassa as fronteiras do universo esportivo, que olharemos para as construções discursivas postas sobre a figura da atleta em campanhas de dois de seus patrocinadores oficiais, Nescau e Banco do Brasil. Nelas, o jogo discursivo entre os elementos verbais e não verbais atuam de forma conjunta com fins ao consumo, seja de bens físicos ou simbólicos, sempre estruturados em um potencial público consumidor específico (Teixeira, 2009).

2. ESPELHO PARA UMA NOVA GERAÇÃO: A CAMPANHA “ENERGIA PARA JOGAR JUNTO”, DA NESCAU

A conquista da inédita prata olímpica em Tóquio (2021) por Rayssa Leal atraiu os olhares da Nescau, marca de achocolatado pertencente à multinacional alimentícia suíça Nestlé, presente no país há 90 anos. A aposta por uma nova potencial medalha no ciclo olímpico encurtado até a edição de Paris, em 2024, fez com que a atleta passasse a integrar o “Time Nescau”, que já possuía referências esportivas como

³ Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2021/11/13/mesmo-com-12-patrocinadores-rayssa-tera-que-continuar-amadora-mais-um-ano.htm>. Acesso em: 17 ago. 2023.

Falcão, Daniel Dias e Flávia Saraiva. Muito mais do que uma mera decisão, a inclusão de Rayssa como personalidade representante da marca e, sobretudo, a sua presença dentre figuras emblemáticas brasileiras no universo esportivo revelam aspectos relevantes se atentarmos para as condições de produção e formações discursivas que envolvem este acontecimento.

Longe de um acontecimento isolado, a decisão envolve uma série de questões interdiscursivas, que fazem parte da memória que ancora as formações discursivas presentes naquilo que é dito, mas que, inevitavelmente, perpassam a instância dos “não-ditos”. Trata-se, antes de mais nada, de uma tomada de decisão subjetiva de sujeitos, motivados por intencionalidades institucionais, mas atravessadas por um “[...] já-dito que torna possível todo o dizer” (Orlandi, 2005, p.11).

Assim, na ordem do interdiscurso, incluí-la como parte de um time composto de algumas das mais emblemáticas referências do universo esportivo atribuía valor discursivo à figura da atleta, que, mesmo diante da pouca idade, já alcançava feitos inéditos que marcaram a história esportiva brasileira. Ademais, ao acionar conceitos como representatividade feminina e juventude, Rayssa se convertia em uma espécie de “espelho para uma nova geração”, que ia ao encontro do potencial público consumidor da marca, composto predominantemente por crianças e jovens.

Imagem 1: Campanha publicitária “Energia de Rayssa”



Fonte: Youtube

É ancorado nessa historicidade que olharemos para o vídeo “A energia de Rayssa”, componente da campanha publicitária “Energia para crescer jogando”, idealizada pela agência Ogilvy Brasil e veiculada durante o ano de 2022. Acionando valores como diversão, energia, persistência e talento, visando o crescimento saudável das crianças, a campanha publicitária é parte de uma ação promocional envolvendo a bebida láctea achocolatada Nescau (Imagem 1), que visa promover o “Fator Crescer”, composto de um conjunto de nutrientes essenciais para o crescimento saudável dos “pequenos” e seus consumidores.

Ali, apesar da presença de Rayssa e da temática de skate atrair a atenção do público-alvo da marca, o contrato fiduciário é estabelecido entre a marca e os pais, detentores do capital necessário para a compra do produto ali promovido, mas, acima de tudo, figurativizados como “figuras de referência” na tomada de boas decisões para o desenvolvimento dos filhos. Assim, apesar de carregar o nome da skatista maranhense, na campanha publicitária analisada Rayssa é apenas personagem de uma narrativa construída e protagonizada por sua mãe, Lílían Mendes.

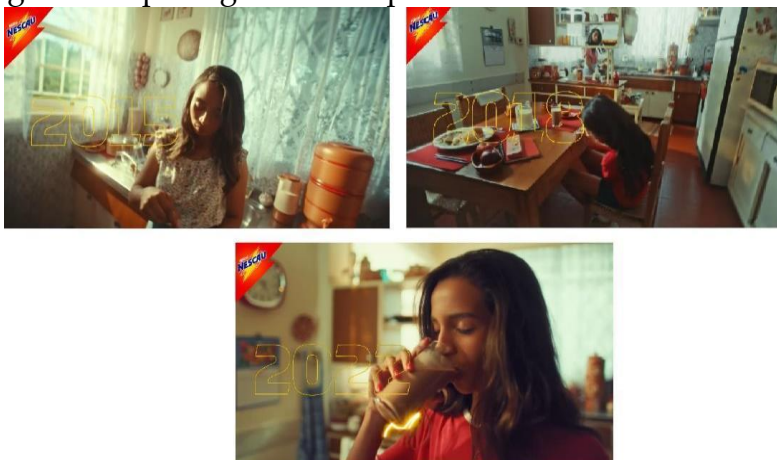
Muito mais do que a mãe de uma multicampeã mundialmente reconhecida, Lílían figurativiza a figura materna, sob a qual, dentro de uma estrutura patriarcal, repousa as responsabilidades de gestão da vida doméstica e de criação dos filhos. A presença de Lílían e a “voz

atribuída” a ela fazem parte de toda uma categoria de veridicção que dão força ao discurso “não-dito” que envolve a campanha: o sucesso profissional de Rayssa perpassa as “boas escolhas” de sua mãe, que escolhe Nescau como parte da rotina alimentar da atleta multicampeã.

Ao acionar valores como “diversão”, “talento” e “crescimento”, a campanha publicitária deixa clara uma manipulação por sedução direcionados ao consumo do achocolatado. Nesta situação posta na narrativa da peça publicitária, Rayssa é apenas alguém que aceita a “boa decisão” materna. Na ordem do não-dito (Ducrot 1977), é Lílían quem, ao escolher comprar Nescau para consumo de sua filha, proporciona a ela condições para o seu pleno desenvolvimento, construindo o produto como possível “agente catalisador” do êxito alcançado na trajetória profissional de Rayssa Leal. Neste sentido, revela-se, interdiscursivamente, a presença de uma aceitação de um contrato fiduciário, em que a manipulação por sedução posta repousa sob o questionamento a “Seu filho vai querer brilhar também?”.

A proposta do material publicitário ancora-se em uma espécie de cronologia histórica da carreira de Rayssa como atleta profissional, que só são totalmente compreendidos ao acionarmos os pressupostos, ou “[...] indicações que um enunciado traz, mas sobre as quais o locutor não faz recair a continuidade do seu discurso” (Ducrot, 1987, p.38). O mecanismo não-verbal ali presente é reforçado pela inscrição textual do ano de referência, e sustenta-se em uma passagem de tempo proporcionada pelo misturar do achocolatado em um copo, em direta alusão ao movimento circular realizado pelos ponteiros do relógio (Imagem 2).

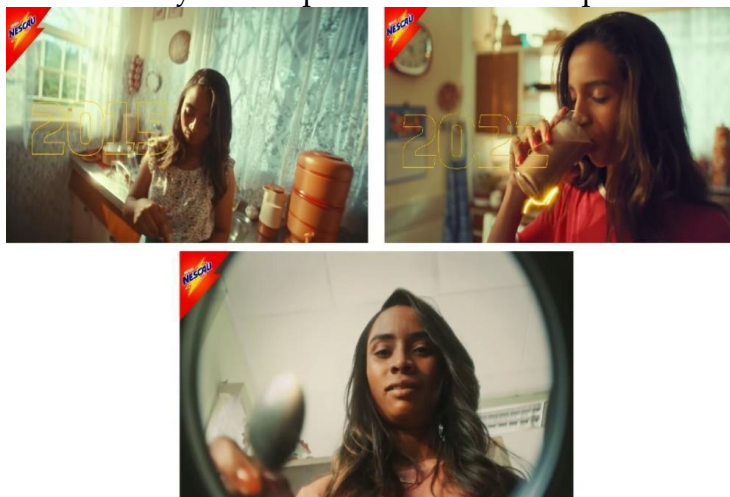
Imagem 2: A passagem de tempo no misturar do achocolatado



Fonte: Youtube

Demarcam-se três temporalidades, 2015, 2018 e 2022. À primeira vista, isto indicaria apenas uma passagem de tempo, mas eles representam algo a mais, passíveis de serem percebidos ao escavar dos elementos interdiscursivos pelo enunciatário. O ano de 2015 demarca o nascimento midiático de Rayssa, a “Fadinha do skate”; o marco seguinte refere-se à primeira vez em que a skatista maranhense disputou a maior competição da modalidade, a *Skate Street Skateboarding* (SLS) e, por fim, o ano de 2022 demarca o título inédito na mesma competição, após dois vice campeonatos consecutivos (2019, 2021).

Imagem 3: As “Rayssas” representadas na campanha de Nescau



Fonte: Youtube

Ao longo da peça, é possível perceber a isotopia discursiva de três Rayssas, demarcando passado, presente e futuro (Imagem 3). Assim como em sua trajetória pessoal, a habilidade de Rayssa permitiu com que ela fosse descoberta midiaticamente no passado, consolidando sua imagem no presente, através de conquistas profissionais, e projetasse a expectativa por um futuro igualmente promissor. As duas primeiras demarcações de tempo representam Rayssa ainda criança, que corre pela casa com seu skate, toma seu leite achocolatado no café da manhã e brinca com um skate de dedo⁴, simulando as manobras executadas sobre os equipamentos urbanos. A “brincadeira de criança” converge-se em realidade, como demarcado pela presença da própria atleta na passagem de tempo de 2018 para 2022, em que aparece

⁴ O “skate de dedo” que faz parte da narrativa apresentada pelo material publicitário é um recurso discursivo posto na ordem dos elementos pressupostos a serem detidos pelo enunciatário. Trata-se de um recurso publicitário que passou a tentar se comunicar com os mais jovens associando o consumo do produto ao bom desempenho nos esportes radicais. A referência remonta uma antiga campanha promocional do produto, realizada nos anos 2000, em que, o brinquedo podia ser trocado mediante o consumo de uma determinada quantidade de achocolatado Nescau.

novamente consumindo Nescau, ganhando assim energia para seguir seu caminho de sucesso.

A terceira “Rayssa” é representada por sua própria mãe. Aproveitando-se da semelhança física entre elas, a peça publicitária apresenta uma suposta “Rayssa do futuro”, que ainda consumiria Nescau e seguiria sendo uma atleta de sucesso. No âmbito interdiscursivo, isso significaria que o produto, mesmo voltado para o público infantil, também pode ser desfrutado pelos mais velhos, já que o achocolatado está presente no cotidiano brasileiro há 90 anos.

4. A JOVEM SINÔNIMO DE SUCESSO: A CAMPANHA “BB CASH” DO BANCO DO BRASIL

Sinônimo de jovem bem sucedida, financeira e profissionalmente, Rayssa Leal foi escolhida para protagonizar a campanha publicitária do “BB Cash”, do Banco do Brasil. Idealizada pela Lew’Lara\TBWA e produzida pela Vetor Zero. A peça, de um minuto de duração, foi veiculada em 2022 e apresenta ao público a proposta de uma conta digital e gratuita voltada para adolescentes entre 13 e 17 anos. Acionando valores como juventude, tecnologia, cultura e esporte, a campanha apresenta situações cotidianas juvenis e, por meio de uma linguagem verbal musicada, tenta se comunicar com esse novo público-alvo, parecendo tentar ressignificar a imagem de uma instituição pública tradicional, cujas origens remontam a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, ainda em 1808.

Diante de um cenário de constantes revoluções tecnológicas e de intensas dinâmicas na vida cotidiana, ir até uma agência bancária para sacar dinheiro, pagar contas ou resolver algum imprevisto se tornou sinônimo de um passado recente. Essa nova realidade vivenciada, em que o banco é portátil e facilmente acessível por celular, relógios *smart* e até mesmo em cartões que funcionam por aproximação (Imagem 4) compõem a narrativa da peça, colocando a jovem Rayssa em situações cotidianas juvenis como ir ao cinema, pagar um lanche com os amigos ou o recebimento da “mesada”, todas elas feitas por

dispositivos eletrônicos em que o banco se faz presente. É desta forma que “BB Cash” tenta se firmar como uma boa alternativa para os pais preocupados com valores como educação financeira desses jovens, afirmando que o Banco do Brasil “[...] não é mais um banco, é conta Cash BB”, sagrando-se como mediador deste importante valor a ser transmitido pelos mais velhos.

Imagem 4: Dispositivos que reforçam o valor descritivo de “banco portátil” presente na peça



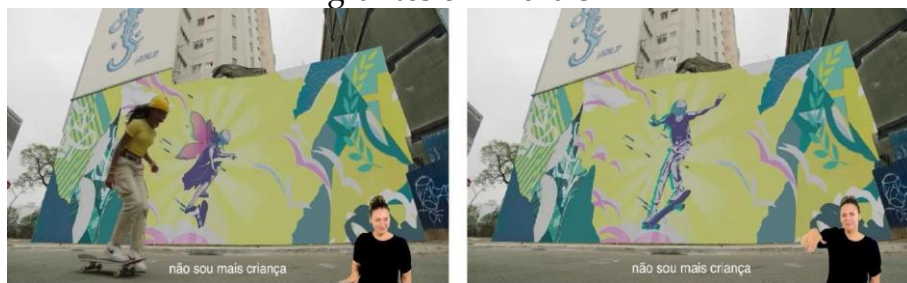
Fonte: Youtube

Apostando na estética urbana característica do skate de rua, modalidade na qual Rayssa é referência, a peça publicitária reforça a proposta de um prodígio que “cresceu”, se tornando referência de uma geração juvenil. O passado, que lhe rendeu o apelido de “Fadinha do skate”, e o evidente avanço etário da atleta é posto de maneira bastante interessante na narrativa: Em primeiro plano, vemos Rayssa dropando de skate pelas ruas de um centro urbano, trajando indumentárias amarelas que remetem à cor utilizada pelo Banco do Brasil, mas é no trecho musical “Tô sempre mudando, não sou mais criança” que essa transição acontece.

Ali, as “voltas do relógio” demarcando a passagem de tempo, que na peça de Nescau eram representadas pelo mexer do copo de achocolatado, estavam representadas na transição das inscrições de

grafites que compõem o mural urbano pelo qual Rayssa passa deslizando sobre seu skate. De início, vemos a representação da skatista maranhense com roupas de fada executando a manobra que lhe fez mundialmente conhecida. A plasticidade do movimento é conservada, mas “apaga-se” a fadinha e, em seu lugar, aparece uma Rayssa maior, construindo uma representação gráfica da manobra que lhe rendeu a prata olímpica inédita em Tóquio (Imagem 5). Esses “achados” só se tornam evidentes quando escavamos o discurso, revelando as “pistas” deixadas nos discursos não-verbais que compõem o material analisado.

Imagem 5: A passagem de tempo a partir das inscrições de grafites em murais



Fonte: Youtube

No decorrer da análise, foi possível constatar a existência de uma oposição de base representada pelo jogo autonomia x dependência. No decorrer da peça, instaura-se uma imagem essencialmente eufórica destes jovens (Pêcheux, 1990), sempre postos como agentes e significantes nas mais variadas ações empreendidas nos meios sociais. Isso se faz evidente em diversos trechos da narrativa musicada do material analisado, como em “[...] já sei o que eu quero, eu sou a Geração Z”, “[...] quero parcerias, encarar o mundo” ou em “Eu dou o tom com o meu cartão”. Todas essas assertivas se voltam, mais uma vez, para a figura da atleta: desde pequena, Rayssa decide praticar skate dividindo espaço com os meninos ainda em Imperatriz, o que a leva a uma trajetória vitoriosa profissionalmente, acarretando as “parceiras”

citadas na música, ali representadas pelo próprio Banco, levando-a a “ganhar o mundo”.

Mas tamanha independência e autonomia de possuir uma conta em banco são contestados se observarmos os entraves legais que envolvem a decisão, elemento que faz parte da ordem dos “não-ditos” da peça publicitária. E, assim como no caso da peça de Nescau, a figura de autoridade parental é acionada como figurativização daqueles responsáveis por tomar decisões para o bem-estar destes “não-adultos”, mesmo que, na peça publicitária analisada, a eles sejam atribuídos valores descritivos como independência e autonomia. São os pais os responsáveis pela “mesada”, uma pequena parcela do salário mensal fruto do trabalho remunerado, atribuída aos jovens para o ensinamento de valores relacionados à gestão monetária.

Também sobre eles repousa a decisão por abrir a conta “BB Cash”, dada à menoridade legal do público-alvo juvenil representado no material publicitário. Sob o pretexto de figurarem como mediação do processo de educação financeira dessa nova geração, a campanha publicitária utiliza-se de linguagem, referências e personagens jovens para atrair a atenção desta Geração Z, mas o contrato fiduciário que se apresenta é feito entre Banco do Brasil e os pais, responsáveis legais deste público-alvo, e sob os quais também recaem as responsabilidades legais envolvidas na abertura da conta.

Isso fica evidente no trecho “Conquista não é nada sem os desafios. Também acha? Então abre uma conta pros seus filhos.”. Diferentemente de toda a letra da música que compõe a peça, neste trecho parece-se estabelecer uma comunicação direta entre enunciador, a instituição Banco do Brasil, e enunciatário, os pais ou responsáveis, facilmente reconhecida pela presença da pergunta e da utilização de verbos no imperativo. Essa manipulação, que reforça uma imagem positiva dos enunciatários como alguém que “pode-fazer” (Barros, 1999) funciona como reforço de uma construção eufórica destes verdadeiros públicos-alvo da campanha “BB Cash”, já que é deles o poder de decisão e do entendimento das dinâmicas ali propostas, ali a

conta em questão é apenas um “facilitador” dessas novas dinâmicas demandadas pela Geração Z, nativa digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento de visibilidade e reconhecimento vivido pelo skate feminino na contemporaneidade em nada se parece com os caminhos históricos percorridos pelas primeiras que se lançaram ao risco calculado proposto pelos carrinhos. Ressignificando estigmas e marginalizações, muitos relacionados ao corpo feminino, elas se multiplicaram, demandando competições próprias. O alto nível técnico impulsionou a profissionalização delas, com a carreira patrocinada por empresas dos mais variados setores de consumo. Mais do que um reconhecimento próprio, elas se converteram em espelhos para uma nova geração de garotas atraídas pela radicalidade do skate.

Com nomes campeões no universo esportivo do skate, o Brasil tem Rayssa Leal como sinônimo de juventude, habilidade e representatividade feminina. A presença da atleta nas mais importantes competições da modalidade street, em que é referência, bem como o histórico de conquistas consolidou sua imagem como referência para toda uma nova geração. Tamanhos feitos também atraíram o interesse mercadológico na atleta interessados nos valores por ela metonimizados: juventude, sucesso, reconhecimento, representatividade.

No decorrer deste artigo, procuramos entender como a figura da atleta imperatrizense se faz presente nos materiais publicitários de dois dos patrocinadores oficiais de sua carreira no ciclo Tóquio (2021) - Paris (2024): o achocolatado Nescau e Banco do Brasil, que lançava a conta digital *BB Cash*, ambas veiculadas no ano seguinte da conquista da inédita prata olímpica. As propostas são distintas, assim como o público que compõem os materiais analisados: enquanto o Banco intenta atrair a atenção da Geração Z, propondo a eles um banco digital “portátil” nos dispositivos tecnológicos que fazem parte do cotidiano juvenil, o achocolatado Nescau traz valores como crescimento,

alimentação saudável e energia para tornar-se atrativo para as crianças, comumente consumidoras do produto.

Mas, apesar de intencionalidades, públicos-alvo e valores distintos, alguns pontos de inflexão são encontrados na análise de ambos os materiais. Em ambas, é possível notar um proposto crescimento de Rayssa, que deixa de lado o passado de “fadinha”, apelido que lhe tornou mundialmente conhecida, se tornando uma referência de juventude bem sucedida. Mas, apesar do crescimento, a recorrência a essa figura mágica é ainda recorrentemente associada à figura dela. O tempo que “passa voando” ou as inscrições de grafite de uma Rayssa vestida de fada são elementos interdiscursivos contidos no “não-dito” das campanhas, mas que estão ali presentes a quem deseja “escavar” o discurso.

A isotopia figurativa dos ambientes urbanos é um forte elemento para a composição da narrativa apresentada em ambos os materiais analisados. Os equipamentos urbanos que servem de suporte para as manobras desempenhadas por Rayssa ou as inscrições nas paredes na forma de grafites são importantes elementos que dão sustentação à narrativa, bem como remontam a gênese da modalidade representada pela atleta maranhense, elementos referências para um fazer-crer que envolve as categorias de veridicção em ambas as narrativas. A tematização dos espaços urbanos, apresentado na peça, também é responsável por demonstrar a presença de um esporte acessível e popular, assim como o produto vendido, consumível por qualquer um que deseje.

Por fim, observa-se que, mesmo diante dos valores descritivos de autonomia e independência atribuídos às crianças e jovens, público-alvo das campanhas, a figura dos pais como agentes responsáveis pelas boas decisões envolvendo o crescimento dos filhos é presente nas duas campanhas analisadas. É com eles, e não com os “não-adultos” com quem o contrato fiduciário é estabelecido, sendo também deles a ação de aceitar ou não o produto oferecido.

Mas, então, qual o valor de tomar Rayssa Leal, protagonista das campanhas analisadas? Nestes casos, a proposta de um crescimento,

frente ao avanço etário da atleta, faz com que ela seja metonímia para uma juventude bem sucedida, um espelho para uma nova geração. Na contramão desses valores, observa-se uma recorrente presença de uma figura progenitora com responsabilidades destes “não-adultos” demonstram esse novo momento da carreira da atleta, hoje no auge dos seus 15 anos e diante de um histórico exitoso na trajetória profissional da maranhense. No decorrer das narrativas analisadas, Rayssa não é aquela que fala, ela apenas serve de “objeto-valor”, como peça de referência que atrai a atenção de um potencial público-consumidor dos produtos oferecidos pelas instituições.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Kristin. L. Snowboarding: The construction of gender in an emerging sport. **Journal of sport and social issues**, v. 23, n. 1, p. 55-79, 1999.

BANCO DO BRASIL. BB Cash tá na área! 100% digital e grátis! | BB. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UWu9Isych4o> (Acesso em 18 de agosto de 2023).

BARROS, Diana. Luz Pessoa. **Teoria semiótica do texto**. Ed. Ática, 1999

CAILLOIS, Roger. **Os Jogos e os Homens**. trad. José Garcez Palha. Lisboa: Edições Cotovia, 1990.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, v. 5, 1997

DUCROT, Oswald. **Dizer e não dizer**. Princípios de Lingüística Semântica. São Paulo: Cultrix, 1977.

DUCROT, Oswald. Pressupostos e subentendidos (reexame). In. Ducrot, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FIGUEIRA, Márcia Luiza Machado; GOELLNER, Silvana Vilodre. Skate e mulheres no Brasil: fragmentos de um esporte em construção. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 30, n. 3, 2009.

FINLEY, Nancy J. Skating femininity: Gender maneuvering in women's roller derby. **Journal of Contemporary Ethnography** v.39, n.4, p.359-87, 2010.

LAURENTIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque (orgs.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p.124-161
NESCAU. NESCAU Apresenta: a Energia da Rayssa. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NTawCHofbUc> (Acesso em 18 de agosto de 2023).

ORLANDI, Eni Puccineli. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, no 1, p. 9-13, junho/2005.

PÊCHEUX, Michel. “Análise automática do discurso” in GADET, F. & HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 1990.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. Discurso publicitário e a pedagogia do gênero: representações do feminino. **Comunicação Mídia e Consumo**, 6(17), p.37-48, 2009.

CAPÍTULO 8

Ça Va SporTV: as mulheres no contexto da produção televisiva no Brasil

Thais May Carvalho¹

Luciano Victor Barros Maluly²

Durante grande parte da história olímpica, as mulheres foram excluídas das atividades e competições esportivas. Os Jogos Olímpicos da Grécia Antiga eram uma forma de preparação para a guerra e homenagem aos deuses. Neste contexto, apenas cidadãos gregos podiam estar presentes, logo, as mulheres, que eram vistas como indivíduos mais frágeis, não tinham o direito de competir (Miragaya, 2006). Quando o Barão Pierre de Coubertin decide trazer os Jogos Olímpicos para a modernidade no final do século XIX, influenciado por sua criação vitoriana e pelos ideais gregos, ele também acredita que as mulheres não devem fazer parte do evento esportivo. Em um texto de 1935 sobre as características essenciais para o Olimpismo, ele expõe sua opinião sobre o tema:

Pessoalmente, não aprovo a participação de mulheres em competições públicas, o que não significa que se devam abster de praticar um grande número de esportes, com a condição de que não sejam um espetáculo. Seu papel nos Jogos Olímpicos deveriam ser, essencialmente, como nos antigos torneios, o de coroar os vencedores (Müller; Todt, 2015, p. 575).

¹ Graduada em jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero e pesquisadora mestranda no Programa de Ciências da Comunicação na ECA-USP. E-mail: thaismc@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0001-7493-8884>

² Professor doutor no Departamento de Jornalismo e Editoração e no Programa de Ciências da Comunicação da ECA-USP. E-mail: lumaluly@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2630-8922>

Na sociedade em que Coubertin cresceu, o esporte era visto como um espaço da masculinidade, o que significava ter coragem, competir com honra, ter espírito de equipe, ter vigor e força física, ser agressivo e ter independência. Já para as mulheres eram desejados outros atributos, como integridade, altruísmo, cuidado, passividade e compaixão. Havia o temor de que elas poderiam se masculinizar e que seus órgãos reprodutores e vitalidade fossem danificados se praticassem atividades físicas rigorosas. Com raras exceções, aquelas que se exercitavam eram consideradas feias, sem classe e sem dignidade (Miragaya, 2006). Por conta da visão de seu fundador e do papel que era atribuído às mulheres nesta época, as primeiras edições dos Jogos Olímpicos tiveram um número muito baixo de participantes. Até 1928, não mais do que 10% dos atletas em cada edição eram mulheres³.

Esta forma de ver o esporte foi difundida para diversas partes do globo, inclusive para o Brasil. Segundo Rubio (2021), a lógica masculina impediu que as mulheres brasileiras tivessem grande participação no campo esportivo. A autora fala como só a partir dos anos 1980, após décadas de exclusão (inclusive por meio de leis federais) elas conseguiram participar de uma maior variedade de modalidades olímpicas.

A visão social sobre as mulheres e a falta de espaço histórico no campo esportivo são refletidos e reforçados pela cobertura midiática. Um levantamento feito por Souza e Knijnik (2007), por exemplo, indica que, tanto no Brasil, como em outros países, a participação dos esportes praticados por mulheres ainda está presente em menor proporção nas coberturas, enquanto as atletas são mais propensas a serem tratadas por meio de estereótipos de gênero.

Tendo em mente este contexto, o objetivo do artigo é analisar a produção de um programa esportivo especializado em cobertura olímpica para observar o viés da participação das mulheres atletas na

³ https://stillmed.olympics.com/media/Documents/Olympic-Movement/Factsheets/Women-in-the-Olympic-Movement.pdf?_ga=2.183816934.1130146128.1705531032-1587393190.1696895999. Acesso em: 17 jan. 2024.

mídia esportiva. A metodologia consistiu em uma pesquisa de campo, por meio de uma visita técnica ao local de produção deste programa, com o intuito de obter informações sobre este processo por meio de entrevistas e observações. A pergunta que este trabalho busca responder é: *por que essas mulheres são protagonistas e ocupam este espaço em um programa de esportes olímpicos?*

1. METODOLOGIA DA VISITA AOS ESTÚDIOS E À REDAÇÃO DO ÇA VA PARIS

Com o objetivo de tentar compreender como é pensada a construção de pautas sobre as mulheres no contexto dos Jogos Olímpicos, entramos em contato com o jornalista Marcelo Barreto, apresentador do Ça Va Paris (único programa que se dedica às Olimpíadas de 2024 na TV brasileira), que indicou que falássemos com o editor responsável pelo programa, Thiago Teixeira. Ao contatá-lo, combinamos que seria feita uma visita ao estúdio dos esportes da Rede Globo, o que inclui os canais do SporTV (canal responsável pela produção e transmissão do Ça Va Paris), na primeira semana de julho de 2023.

Projetado como um estudo de caso do programa Ça Va Paris, os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de informações foram as entrevistas não estruturadas e a observação naturalista, já que ambas possibilitam contato direto com aqueles envolvidos no caso estudado e fornecem detalhes sobre a produção do mesmo. As entrevistas não estruturadas têm, como característica, serem mais flexíveis, espontâneas e abordarem os temas de forma mais abrangente e aberta. Neste tipo de metodologia, o entrevistador não tem roteiro pré-fixado restrito e pode escolher a quantidade, a profundidade e a ordem das perguntas. Já a observação naturalista acontece quando o pesquisador é apenas um observador da situação, e deste modo não interfere com aquilo que está ocorrendo (Bernal, 2010).

No caso deste artigo, partindo do objetivo central e da questão norteadora, foram realizadas perguntas sobre como é a produção geral do *Ça Va Paris* e como é feita a abordagem sobre pautas relacionadas às mulheres atletas no contexto do programa. Todas as questões poderiam ser aplicadas às pessoas envolvidas na construção do programa (isso porque, além de Thiago Teixeira, as outras entrevistas seriam realizadas com aqueles que estivessem disponíveis no momento da visita, o que não era possível saber de antemão). Conforme as entrevistas se desenvolveram, outras perguntas foram elaboradas no momento, o que foi possível pelo caráter não estruturado da metodologia de entrevista. Todas as respostas dadas durante este processo foram registradas na forma escrita. Os momentos de observação naturalista também foram acompanhados por tomadas de notas sobre o que estava acontecendo em cada momento durante a produção do *Ça Va Paris*. A análise deste estudo de caso foi determinada por trechos das entrevistas e relatos dessa observação, sendo possível destacar os principais pontos relacionados ao tema deste artigo.

1.1 Dia 1 - entrevistando os jornalistas

No dia 06 de julho de 2023, como havia sido combinado por mensagem, cheguei ao prédio localizado na Avenida das Américas, 1650, no bairro da Barra da Tijuca, às quatro horas da tarde, onde fui recebida por Teixeira no segundo andar. Durante duas horas conversamos sobre como é o processo de produção do programa⁴.

Nesta semana, o *Ça Va Paris* seria transmitido ao vivo pela primeira vez e, segundo o editor, esta foi sua decisão e se deu por três motivos: a audiência é melhor em programas *ao vivo*, pois o *ao vivo* mostra a relevância do programa na grade de programação, além de esta ser uma tentativa de demonstrar como ele funcionará quando as Olimpíadas de Paris começarem. Apesar da mudança, a produção em

⁴ A visita foi realizada in loco por Thais May Carvalho, autora deste artigo.

si, de acordo com Teixeira, não foi alterada, pois todas as edições são feitas como se estivesse sendo transmitido *ao vivo*. Dessa forma, ele aponta que a maior parte do trabalho está na pré-produção e há pouca edição após as gravações (em geral, só são feitas mudanças estéticas).

De acordo com o editor responsável, a preparação para cada episódio é relativamente simples. Todas as terças-feiras a equipe do programa se reúne com o grupo de editores de esportes olímpicos. Nela são debatidas principalmente as pautas propostas e quem serão os entrevistados da respectiva semana e das duas seguintes. Ao longo da semana, a produção e os editores conversam sobre temas e tópicos que podem ser abordados e quem serão os convidados. Além disso, há uma constante comunicação com as diferentes afiliadas da Rede Globo pelo país para que elas possam enviar matérias para o *Ça Va Paris* destacando personagens de suas regiões. Assim, a "produção conversa com as praças para que elas ofereçam material, que ficam de gaveta. Essa semana, por exemplo, é do Recife, com a marcha atlética e a bicicleta paralímpica" (Teixeira, 2023).

A partir das informações obtidas na reunião semanal, Teixeira fecha o espelho do programa da semana e o envia para os apresentadores na quinta-feira (um dia antes da gravação), para que eles possam estudar os entrevistados e os temas que serão abordados. Segundo o editor, os apresentadores têm liberdade para conduzirem o programa, trazendo pautas e questionamentos que eles acham cabíveis no momento e de acordo com os assuntos abordados, não existindo textos prontos que eles precisam seguir.

Um fator importante na hora de se determinar quais serão os convidados e as matérias exibidas é a sua relevância no momento da gravação. O grupo de editores de esportes olímpicos da Globo fica atento a todas as competições que estão acontecendo e, a partir disso, sugerem entrevistas e temas para o debate. Segundo Teixeira, este grupo faz 70% do trabalho. A ele e ao restante da equipe do *Ça Va Paris* cabe revisar o processo, acertar os tempos de cada bloco, aceitar ou rejeitar as ideias propostas, ajustar todas as partes e transformar o conteúdo em algo que possa ir ao ar de forma coesa. Ocasionalmente, a

equipe do programa também sugere temas e entrevistados aos editores, que então tentam viabilizar as sugestões.

A maior dificuldade do programa, que geralmente é gravado às três da tarde todas as sextas-feiras, é conciliar a agenda dos atletas. Thiago Teixeira deu o exemplo da tenista Beatriz Haddad-Maia, que está para ser entrevistada desde antes da sua participação em Roland Garros (que teve início em 22 de maio de 2023), mas o calendário de competições a manteve longe do Brasil desde então. Apesar deste empecilho, ele enfatizou que os atletas gostam do trabalho feito pelo Ça Va Paris e que querem participar do programa, afinal eles têm pouco espaço na mídia, mas precisam e querem ter essa exposição. A partir do momento em que os entrevistados são definidos, é realizada uma pesquisa sobre ele ou ela, e então se escolhem alguns tópicos para serem debatidos e imagens de ilustração. Os temas abordados e a sua profundidade variam de acordo com o que está preparado para o restante do programa e o *feeling* dos editores e apresentadores sobre a entrevista.

Segundo Teixeira, especialmente depois das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro, há uma grande dificuldade em colocar qualquer esporte que não seja futebol no SporTV. Antes era mais fácil publicar os materiais, pois eles "ficavam mais distribuídos a conta gotas em outros programas" (Teixeira, 2023), mas hoje os esportes olímpicos ficam mais escondidos na programação - o canal principal do SporTV, por exemplo, é dedicado quase exclusivamente ao futebol. Apesar de esportes como vôlei e ginástica artística darem uma boa audiência, a televisão abre mão deles para transmitir conteúdos relacionados ao futebol, mesmo que não seja dos principais times. Por isso Thiago Teixeira diz que o jornalismo olímpico "vive de pequenas vitórias. Ter um atleta, seja homem ou mulher, é uma vitória. Também não faz diferença entre olímpico ou paralímpico" (Teixeira, 2023).

Outro problema além da falta de espaço para os esportes olímpicos no SporTV, para Teixeira, é a falta de recursos financeiros e humanos. Apesar do Ça Va Paris ser uma produção barata e prática de se fazer, ele não tem um orçamento próprio e a maior parte da equipe

se desdobra em outros programas. O grupo fixo do Ça Va conta com cinco pessoas: Thiago Teixeira (editor responsável), Juliana Sampaio (editora de texto), Carolina Marino (editora de imagens), Marcelo Barreto (apresentador) e Fabiana Alvim (comentarista). Há também uma grande colaboração de times de outras áreas, sendo a principal delas a editoria de esportes olímpicos, que conta com 14 jornalistas divididos entre São Paulo e Rio de Janeiro e que precisa atender às demandas do site GE e dos canais da Globo na televisão.

Teixeira também lembrou que o Ohayo Tóquio, que foi ar durante os Jogos Olímpicos de 2021, foi o projeto embrião do Ça Va Paris. O Ohayo, que tinha um formato semelhante, mostrou que era possível fazer um programa sobre Olimpíadas que gere debates e tenha força. Com isso, pela primeira vez na história do canal, agora há um programa que cobre o ciclo olímpico inteiro neste formato de entrevistas, debates e matérias - antigamente o que se tinha eram matérias gravadas que iam ao ar em diferentes momentos. Para o editor, a produção e a audiência do Ça Va Paris são uma prova de que é possível fazer conteúdo voltado para o mundo olímpico que vai além do futebol, mas falta vontade política para que isso aconteça de forma mais ampla e permanente. Ainda não se sabe se este formato de programa vai voltar para o ciclo olímpico de Los Angeles 2028.

Thiago Teixeira acredita que "o esporte é uma metáfora para a vida" (Teixeira, 2023), por isso entende que, se trazer para debate um tema a partir do ponto de vista do esporte, ele pode ser ampliado para outras questões da vida. Dessa forma, o editor ressalta que traz para o Ça Va Paris toda e qualquer bandeira política, mas sempre contextualizando com os esportes. Isso é possível, segundo ele, porque o processo editorial do programa é aberto e não sofre com limitações externas ou internas sobre o que pode ser ou não falado.

Teixeira também apontou para o fato de que hoje o esporte não é mais visto como jornalismo, e sim entretenimento. Dessa forma, ele levantou o seguinte questionamento: "qual é a obrigação [do Ça Va Paris] com a audiência?" (Teixeira, 2023). Para o editor, o programa

tem fortes raízes no jornalismo, e, mesmo que seja considerado entretenimento, ainda assim é preciso informar as pessoas.

Após nossa conversa, Thiago Teixeira me conduziu até as ilhas de edição, do outro lado do escritório, para me apresentar à editora de texto do programa, a jornalista Juliana Sampaio, que estava ajudando a editora de imagens, Carolina Marino, a editar uma matéria sobre a vitória do surfista Yago Dora na etapa do Circuito Mundial de Surfe em Saquarema.

Logo de início, Sampaio ressaltou que a cobertura de temas olímpicos só acontecia na época das próprias Olimpíadas ou durante campeonatos mundiais. No entanto, o Ohayo fez tanto sucesso em 2021 que houve a tentativa de manter o público fiel ao programa até Paris 2024, e foi assim que surgiu o Ça Va.

Segundo Sampaio, de segunda a quinta a equipe trabalha na preparação do programa, enquanto na sexta-feira é feita a gravação no período da tarde, e o episódio vai ao ar de noite. Na reunião de terça entre os editores e os produtores de esportes olímpicos é visto quem são os atletas que estão disputando um lugar nos Jogos Olímpicos ou que estão em mais evidência, como jogadores que acabaram de se aposentar. Os temas trabalhados buscam ser os mais atuais possíveis de acordo com as competições que estão acontecendo no momento.

Sampaio diz que o esporte é muito permeado por resultados, então o programa precisa cobrir quem está tendo bons desempenhos nas competições. Porém, ela ressaltou que não é só isso que influencia as pautas do programa. Boas histórias sempre têm espaço, independentemente se o/a atleta está competindo para chegar aos Jogos Olímpicos ou não. A relevância dos entrevistados e dos temas também são importantes, e isso é algo que muda constantemente. Há sempre uma constante preocupação da equipe em equilibrar o que é de interesse público e do público. Sampaio também apontou para uma inversão do agendamento da mídia - se antes era a imprensa quem pautava os temas para a audiência debater na esfera pública, agora há uma grande influência da população na hora de definir as pautas abordadas.

Ela ainda faz um alerta sobre a profissão: "nosso olhar é muito técnico, e precisamos treinar o olhar para ser mais sensível" (Sampaio, 2023). Com isso, é preciso haver um balanço entre ser técnico e dar os resultados, e também trazer pautas a partir deste lado mais sensível, e que, por muito tempo, não foram pensadas. Sampaio ainda lembra que o trabalho de um editor é muito sério, pois é ele ou ela quem determina o quê e como o material vai ao ar, então é preciso ter um cuidado muito grande.

Outra preocupação é a temporalidade das pautas. Apesar delas sempre estarem um pouco datadas por se basearem em eventos e o fato de o programa não ser ao vivo (na maior parte do tempo), há um esforço para que elas sejam o mais atemporais possíveis. Para Sampaio, a notícia pode avançar, mas a opinião permanece e os temas se mantêm relevantes.

Um ponto importante ressaltado por Sampaio é o de que há um novo olhar sobre a questão da inclusão, assim há uma tentativa de trazer isso ao *Ça Va Paris*. Um exemplo que a editora ressaltou é o da maternidade durante a carreira esportiva, que é uma cultura pouco trabalhada neste meio. Mas para que esta diversidade na cobertura esportiva possa acontecer, segundo Juliana Sampaio, a própria equipe de jornalismo precisa refletir tal diversidade. Comparado com aquilo que experienciou quando entrou na Globo, mais de dez anos antes, ela vê uma grande mudança de representatividade na redação. São mais mulheres, pessoas negras e da comunidade LGBTQIA+ trabalhando e nas posições de poder, e ela vê uma intenção da empresa em promover esta mudança. Para Sampaio, isso é fruto de uma combinação da vontade da empresa, dos jornalistas e das marcas patrocinadoras. Segundo a editora, hoje existem muito mais mulheres fazendo jornalismo esportivo para homens e mulheres, e tal multiplicidade traz um olhar mais diverso e sensível à cobertura.

Segundo Juliana Sampaio, há uma grande diferença entre cobrir o futebol e os esportes olímpicos. Os atletas olímpicos, em geral, tiveram mais acesso a recursos e por isso são mais conscientes

socialmente. Eles também são mais acessíveis e espontâneos durante as entrevistas (pois são menos assessorados).

Para Sampaio, é injusto comparar os esportes masculinos com os femininos, pois as mulheres estão sempre mais atrasadas por diversas questões. O que precisa ser feito, em sua visão, é ter mais oferta de oportunidade para as mulheres e achar formas de compensá-las, pois este é o único jeito de corrigir este (des)equilíbrio e correr atrás do atraso. Ela lembra que as atletas brasileiras estão tendo ótimos resultados nos últimos anos, então só era preciso que elas tivessem acesso ao esporte para poderem competir.

Sobre os apresentadores do programa, Sampaio ressaltou que Marcelo Barreto tem um histórico muito grande na cobertura de esportes olímpicos, e que Fabiana Alvim não era para ser inicialmente o/a ex-atleta comentarista. No entanto, como ela é muito boa comentando, tem um grande histórico no esporte e um importante lugar de fala, ela acabou ficando de forma fixa no Ça Va Paris.

Depois de uma hora de conversa com Juliana Sampaio, voltamos à mesa de Thiago Teixeira, que então me apresentou à comentarista do programa, a ex-jogadora de vôlei Fabiana Alvim. Por cerca de 30 minutos, conversamos sobre diversos tópicos da cobertura olímpica.

Em primeiro lugar, ela falou sobre o acaso de chegar no Ça Va Paris. A ideia era haver um rodízio de comentaristas no programa, mas logo após as primeiras edições foi feita a opção de que ela ficasse de forma fixa, e desde então participou de quase todas as gravações. Alvim ainda ressaltou que tem o programa como um compromisso, estuda bastante para fazê-lo e tem orgulho do resultado.

A ex-jogadora da seleção brasileira disse que o Ça Va Paris a fez se apaixonar ainda mais pelo universo olímpico e a permitiu conhecer outras modalidades. Como vem do mundo do esporte, ela sabe como há falta de espaço na mídia para acompanhar os atletas dos esportes olímpicos, já que vivenciou isso. Neste universo, é preciso ganhar medalhas para serem reconhecidos, mas Alvim lembra que Olimpíada não é só medalha, e sim dar o seu melhor. Ela considera que

"o programa mostrar as modalidades amplia a visão dos esportes e aquece o torcedor" (Alvim, 2023) para que ele se sinta mais conectado com os times e os atletas.

A comentarista também fez questão de mencionar seu lugar de fala. Ela não quer ser só a ex-atleta, e por isso busca trazer sua diversidade ao programa. Alvim tenta colocar sua maneira de fazer as coisas no Çà Va Paris e trazer a sua voz de mulher lésbica, ampliando os modos de pensar. Isso não quer dizer que o seu espírito de atleta ainda não esteja presente, já que ela continua tentando superar as expectativas. Há cinco anos comentando na televisão, Fabiana Alvim fala que ainda está aprendendo sobre este mundo e se divertindo também.

1.2. Dia 2 - gravação do programa

No dia seguinte, como combinado com Thiago Teixeira, voltei ao prédio da redação do SporTV às três horas da tarde. A ideia era falar com mais algumas pessoas da equipe que estivessem presentes e acompanhar a produção do Çà Va Paris presencialmente.

Logo que cheguei, Teixeira me apresentou à jornalista Ana Carolina Oliveira da Silva, produtora especialista em esportes olímpicos da Globo. Ela começou comentando que a maior parte do conteúdo produzido pela editoria de esportes olímpicos vai para o Çà Va Paris e que não há nenhuma restrição de temas ou personagens no programa. Assim como Sampaio, Silva falou que eles sempre tentam "aproveitar os esportes do momento para ter a pauta" e que "buscam sempre ir atrás dos atletas mais relevantes do momento" (Silva, 2023). Há um esforço para que o programa seja atual, mas não datado. Estas pautas, em geral, vêm de sugestões dos próprios jornalistas ou das assessorias de imprensa de clubes, confederações e atletas. Para ela, o mais legal do Çà Va Paris é justamente que ele consegue falar de esportes que não têm espaço em outros programas, já que ele fala sobre tudo.

Silva, assim como os outros entrevistados, ressaltou que eles ficam muito reféns do calendário complicado dos atletas, mas que tentam fazer o agendamento com pelo menos uma semana de antecedência. Para escolher esses participantes, a equipe busca os atletas mais relevantes do momento. Ela diz que não há uma preocupação em tentar equilibrar entrevistados homens e mulheres, pois isto é algo que acontece naturalmente, afinal o esporte olímpico tem muitos atletas de ambos os sexos. Segundo Silva, a editoria e o programa dão bastante espaço para o esporte feminino. Para ela, "a luta pela igualdade [nos esportes] femininos é mais do que por espaço, é por valores" (Silva, 2023). As atletas dão bastante audiência, mas é preciso mais carinho e cuidado para tratar destes assuntos.

A produtora também destacou que o Ça Va Paris não tem uma equipe de produção específica, mas os 14 produtores de esportes olímpicos apoiam a sua execução. No entanto, por ser um grupo enxuto, é difícil montar uma escala de trabalho e todo mundo tem que fazer um pouco de tudo, seja no quesito esporte que está cobrindo ou no tipo de material (para a televisão ou para o site). Com isso, é preciso ter um olhar para frente para que seja possível planejar e dividir as pessoas de acordo com os campeonatos que estão acontecendo, mas também ser capaz de ir se adaptando às demandas que vão surgindo no dia-a-dia. Pela equipe ser pequena, o foco é produzir mais conteúdo de qualidade do que em grandes quantidades. Eles também precisam ver o que trará mais audiência na hora de escolher as pautas.

Sobre o fato dos esportes olímpicos não estarem muito em evidência no cotidiano do SporTV, Ana Carolina Oliveira da Silva diz que eles ganham mais espaço perto dos Jogos Olímpicos, então vê este processo como um ciclo de mais e menos destaque. A televisão, por ser finita, precisa fazer escolhas, e o esporte olímpico ainda não é capaz de brigar com o futebol, então fica refém dos espaços que sobram. Ela ressaltou que a equipe faz o possível, mas é nítida a diferença de tratamento do futebol para os outros esportes, afinal este é um negócio que também olha para o dinheiro. No entanto, ela diz que sempre há

lugar para boas histórias e feitos extraordinários, independente da modalidade.

Mesmo com tal dificuldade, Silva tem uma visão otimista sobre os esportes olímpicos e briga muito por eles. Ela apontou que o Brasil vive um bom momento olímpico, com diversos campeões em esportes diferentes, e há muitos personagens fortes. Para ela, quanto mais estas modalidades crescem, naturalmente mais a cobertura também aumenta. O oposto também é, de certa forma, verdadeiro, pois quanto mais divulgação um atleta tem, ele pode conseguir mais patrocinadores e crescer na carreira. Assim, essa deveria ser, em seus olhos, uma relação de parceria e de equilíbrio entre mídia e atleta.

No final da nossa conversa de uma hora, a produtora falou que apesar das dificuldades, seu lema é “servir bem para servir sempre” (Silva, 2023). Ela também ressaltou seu grande respeito e admiração pelos atletas, pois, trabalhando com a cobertura esportiva, pode ver de perto o quanto eles trabalham duro.

Ao finalizar com Silva, dei uma volta pelo andar da redação e fiquei aguardando Thiago Teixeira sair de uma reunião para irmos aos estúdios de gravação. Às cinco e meia da tarde, nós dois nos dirigimos ao subsolo do prédio - onde ficam todas as cabines de transmissão do SporTV - e entramos no estúdio B, usado para a gravação do *Ça Va Paris*. Este estúdio é dividido em duas partes: o estúdio propriamente dito, onde ficam o cenário e as câmeras, e a cabine técnica de transmissão, onde ficam os equipamentos e a maior parte da equipe que coordena o que vai ao ar.

Após uma breve conversa entre Teixeira e a equipe técnica que iria fazer o programa, ele me levou para conhecer os outros estúdios e cabines no andar, explicando brevemente o que era feito em cada uma delas. Ao retornarmos ao estúdio B, ele foi passar o espelho do programa com os apresentadores da semana, a ex-atleta Fabiana Alvim e o jornalista Bruno Cortês (Marcelo Barreto estava de férias naquele dia).

Enquanto os três debatiam sobre o programa, o cenário do *Ça Va Paris* era montado e a equipe técnica coordenava os últimos ajustes:

como seria feita a transição do jogo de vôlei que estava no ar, arrumar os níveis de som, baixar as reportagens e as imagens de cobertura para o equipamento do switcher, entre outras coisas.

Na grade de programação, a expectativa era de que o jogo entre Sérvia e França pela Liga das Nações (VNL) masculina durasse até às sete horas e trinta minutos, e o Ça Va Paris entrasse no ar logo em seguida, mas havia a possibilidade da partida terminar antes. Enquanto esperavam para ver se o jogo iria ou não até o quinto set, o clima no estúdio e na cabine era descontraído. Com o fim da partida em quatro sets, o programa entrou ao vivo pela primeira vez em sua história às sete horas e vinte oito minutos da noite. Este foi o momento de maior correria e agitação, pois o comentarista Marco Freitas, que tinha acabado de fazer o jogo entre Sérvia e França, precisava participar do primeiro bloco. Com isso, enquanto era feita a abertura do programa com a câmera fechada em Côrtes, Juliana Sampaio foi correndo buscar Freitas em outro estúdio. Ao chegar, ele entrou prontamente no Ça Va Paris.

Como programado, o tema do primeiro bloco foi o vôlei masculino, já que a produção queria aproveitar a audiência que já estava assistindo a partida da VNL. Os temas debatidos neste momento foram: a situação do Brasil na Liga das Nações, que, apesar dos altos e baixos, entrou pressionado para ter um bom resultado por conta da expectativa da torcida; a questão do calendário do vôlei - que é considerado muito cheio pelos apresentadores, o que dificulta o planejamento das equipes e a saúde dos atleta, e que por isso precisa ter um avanço e ser negociado pelos mesmos; a falta do jogador Yoandy Leal para o Brasil na competição; a situação equilibrada da VNL, em que todas as equipes estão oscilando e há mais seleções se destacando; e o torneio pré-olímpico masculino que iria acontecer no Maracanãzinho.

Na ilha de transmissão, onde fiquei sentada ao lado de Teixeira, a equipe ficava atenta aos tópicos que os apresentadores debatiam e, a partir deles, iam selecionando quais imagens de cobertura e tarjas eram colocadas no ar. Neste momento, foi decidido que a ordem de entrada da reportagem com a atleta Erica Sena e o segmento “Termômetro”

(que foi pré-gravado) seria invertida. Porém, por conta de um erro na comunicação com o apresentador, ele chamou a reportagem como havia sido combinado previamente, mas o “Termômetro” foi ao ar sob o comando do apresentador Marcel Merguizo, que estava substituindo temporariamente o jornalista Guilherme Costa, que é quem geralmente faz este quadro. Nesta semana, o “Termômetro” deu destaque à vitória de Yago Dora na etapa de Saquarema do Circuito Mundial de Surfe (e a importância desta vitória para o ranking mundial e a classificação para os Jogos de Paris); também foi mencionada a atleta da ginástica de trampolim, Camila Gomes, que foi prata em uma etapa da Copa do Mundo e que por isso tem capacidade de brigar por uma vaga olímpica; por fim, Merguizo falou sobre a decisão de Rebeca Andrade de participar pela primeira vez em um Jogo Panamericano, que aconteceria em outubro, na cidade de Santiago.

Após a finalização do quadro, a matéria com Sena, da marcha atlética, foi exibida. A reportagem deu destaque principalmente para a maternidade na carreira da atleta. Após os Jogos de Tóquio, ela engravidou do filho e o governo cortou sua Bolsa Pódio. Somente quatro meses depois ela voltou a receber o benefício e, a partir deste caso, foi aprovada uma lei que garante a licença maternidade e o pagamento da bolsa para atletas gestantes.

Assim, o primeiro bloco do Ça Va Paris foi encerrado e entrou no ar um comercial de dois minutos e meio. Durante este intervalo, a equipe aproveitou para comentar sobre o erro cometido, que aconteceu pela falta de bateria no ponto de Bruno Cortês. A atleta do vôlei, Carol Gattaz, que já estava pronta no Skype, também foi informada de que sua entrada no programa aconteceria em breve.

O segundo bloco entrou no ar às oito horas e seis minutos da noite. O tema debatido foi o vôlei feminino, por isso a convidada foi a jogadora da seleção brasileira que estava afastada no momento por conta de uma lesão. Pelo primeiro bloco ter estendido mais tempo do que o programado e por sentirem que a entrevista com Gattaz poderia render bastante, a produção optou por cortar o material gravado que tinha com o nadador Guilherme Costa. Ficou combinado que esta

entrevista iria ao ar na semana seguinte, o que seria até melhor, pois era a semana do mundial de natação.

A conversa com Carol Gattaz voltou ao tópico da saúde dos atletas da modalidade, já que muitas lesões ocorrem por conta do acúmulo de jogos no calendário. Em seguida, ela falou sobre sua própria recuperação do ligamento rompido no joelho, e como esse processo exige paciência e resiliência. Gattaz também comentou sobre a dificuldade de ver a seleção jogar pela televisão e sobre a expectativa de voltar para a quadra. Alvim falou sobre a história de superação de Gattaz, que foi cortada da seleção antes das Olimpíadas de 2008 e 2012, mas que conseguiu um espaço no time prata em Tóquio. A atleta respondeu que gosta de desafios e que ainda quer se recuperar para brigar por uma vaga no Brasil. Sobre a seleção feminina na Liga das Nações, Gattaz também falou sobre o equilíbrio da competição, a esperança que o Brasil vá crescendo a cada etapa, a volta da Thaísa à equipe, o peso da responsabilidade de representar o país e a consciência de que nem sempre a equipe vai estar jogando bem, seja por questões físicas, mentais, de lesão ou rotação de time. Cortês, Alvim e Gattaz também comentaram sobre a experiência do técnico Zé Roberto Guimarães e sobre o fato da equipe ter Gabi Guimarães como capitã e uma grande referência. Por fim, eles falaram sobre o campeonato pré-olímpico e a expectativa de conquistar a vaga para Paris.

Depois da conversa de 35 minutos com Gattaz, foi ao ar uma matéria sobre a modalidade paralímpica petra, na qual os atletas usam um triciclo adaptado para ajudar na corrida. A reportagem deu destaque para o trabalho do atleta Vinícius Quintino, de 18 anos.

Inicialmente, o Ça Va Paris seria encerrado às oito e quarenta minutos para passar a transmissão ao vivo para outro jogo masculino da VNL, mas o programa só foi finalizado sete minutos depois. Pressionado por uma das integrantes da equipe para terminar na hora certa, Thiago Teixeira brincou: “programa ao vivo é para estourar [o tempo]”.

Após o encerramento, a produção permaneceu no estúdio, pois era preciso gravar um encerramento para as reprises, já que o final

original foi a passagem para a partida da VNL. Também foi regravada a parte em que Cortês errou a chamada do “Termômetro”. Estes dois trechos seriam acrescentados posteriormente na edição feita por Carolina Marino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da visita ao programa Ça Va Paris é importante destacar alguns pontos. Primeiramente, foi possível perceber que a maior luta dos jornalistas envolvidos em sua produção é defender o espaço do esporte olímpico na cobertura midiática esportiva, que é muito voltada para o futebol masculino no Brasil. Apesar deles não apontarem uma preocupação específica com o desenvolvimento de pautas sobre as mulheres no contexto das Olimpíadas, eles têm conhecimento sobre a problemática da inclusão das mulheres no meio esportivo. Além disso, há um cuidado para abordar os mais variados tipos de pauta sobre os diferentes esportes, o que inclui temas de cunho social. Todos os entrevistados também mostraram preocupação com temas caros das ciências da comunicação, seja sobre lugar de fala, a teoria do agendamento e sua influência na esfera pública, ou a diferença entre interesse público e do público.

Como Teixeira (2023) e Bucci (2021) ressaltam, hoje o esporte foi cooptado pela indústria do entretenimento (que estendeu suas garras às mais diversas áreas). Porém, quando o editor responsável pelo programa diz que 1) o mesmo tem fortes raízes no jornalismo, e, mesmo que seja considerado entretenimento, ainda assim é preciso informar as pessoas; 2) que o esporte serve como metáfora para a vida, proporcionando debates a partir do ponto de vista do esporte que podem ser ampliados para outras questões; 3) e que traz para o Ça Va Paris toda e qualquer bandeira política contextualizada no meio esportivo, isso significa que, mesmo dentro do entretenimento, há espaço para criar debates sociais na esfera pública (incluindo problemáticas sobre gênero, o que fica evidente a partir da matéria com Sena), com a comunicação servindo ainda como um serviço à população. Juliana

Sampaio ressalta este mesmo ponto quando diz que há sempre uma constante preocupação da equipe em equilibrar o que é de interesse público (aquilo que é relevante para o cidadão exercer seu papel na sociedade) e o que é de interesse do público (necessário para atrair a audiência).

Esta preocupação com questões sociais e de interesse público é importante de ser ressaltada, já que a mídia, o que abrange também aquela especializada em esportes, cria e influencia espaços públicos de debate, inclusive sobre as questões de gênero (Souza e Knijnik, 2007). Bucci (2021) reconhece que mesmo que a atual esfera pública (aquela que tem grande foco no entretenimento) seja menos amparada pelo pensamento racional e mais pautada no espetáculo e nos assuntos privados, ela também abre caminhos para novos debates e discussões de direitos, como as questões de gênero e a sexualidade.

Por sua vez, quando Sampaio reconhece que hoje há uma inversão do agendamento da mídia - pois, se antes era a imprensa quem pautava os temas para a audiência debater na esfera pública, agora há uma grande influência da população na hora de definir as pautas abordadas -, ela vai em direção ao que Bucci (2021) pensa quando diz que com o surgimento e crescimento das redes sociais, não há mais tanta necessidade para a mediação racional da imprensa que compunha a esfera pública. Assim, perdem forças tanto a imprensa, que não mais consegue guiar racionalmente os temas de debate social e concentrar as audiências, quanto a própria esfera pública, que se esvazia.

Outro ponto importante de se analisar é o fato de que as atletas que são personagens no Ça Va Paris aparecem no papel de olímpianas modernas, conceito trabalhado por Morin (2009). Com o papel do imaginário cada vez mais central na mídia desde meados do século XX, a cultura de massa (com o auxílio da imprensa) leva novas figuras ao estrelato por realizarem feitos que a maior parte das pessoas não consegue - no caso do esporte, os feitos atléticos -, e as transformam em modelos sociais. Ao mesmo tempo, estas figuras são humanizadas por meio da sua vida pessoal para que o público possa se relacionar com elas. Dessa forma, os olímpianos modernos funcionam em um processo

duplo de projeção - pois são exemplos a serem seguidos e refletem ideais para as pessoas comuns - e de identificação, já que também possuem uma vida privada "no nível da terra" que reflete a vida do próprio espectador. Nesta lógica, a notícia - informação factual - passa a dividir espaço com o espetáculo rotmatizado - que se dá no plano do imaginário universal e envolve paixões e sentimentos (Morin, 2009). Bucci (2021, p. 72) segue a mesma linha de pensamento de Morin quando diz que o entretenimento "assumiu para si nada menos que a sintetização artificial dos mitos da nossa era". Para o autor, o capitalismo se especializou justamente em fabricar símbolos imaginários que completam os desejos inconscientes dos sujeitos, entregando-lhes um significado. Levando tudo isso em consideração, podemos dizer que o olimpiano moderno é um destes símbolos que passa a ser fabricado pela mídia, se atrela ao imaginário social e, por meio da sua dualidade de projeção e identificação, oferece um sentido para as pessoas que estão à sua procura.

No contexto do Ça Va Paris, as atletas que aparecem no programa - no caso analisado, Carol Gattaz, Erica Sena, Camila Gomes e Rebeca Andrade - ocupam justamente este papel de olímpianas modernas. Todas se destacam por seus feitos atléticos e por terem ótimos resultados em competições de suas respectivas modalidades. Com isso, ganham espaço na mídia, que as projeta como modelos quase heróicos ao imaginário social. Ao mesmo tempo, esta mesma mídia as humaniza. Durante o programa, Sena, por exemplo, fala sobre a questão da maternidade, enquanto Gattaz discute sobre os obstáculos psicológicos para se recuperar de uma lesão e como um calendário muito cheio afeta a parte física, pessoal e psicológica dos atletas. Assim, o programa ajuda a criar símbolos imaginários e a elevar estas figuras ao status de olímpianos modernos.

Se retomarmos o questionamento inicial feito no artigo - de por que as mulheres são protagonistas e ocupam este espaço em um programa de esportes olímpicos - a pergunta, dessa forma, pode ser respondida de forma simples e direta: a participação é fruto das suas conquistas e performances no campo esportivo, que servem de

catalisador para projetá-las na mídia e, consequentemente, no imaginário social.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Fabiana. Entrevista concedida a Thais May Carvalho. Rio de Janeiro, 6 jul. 2023.

BERNAL, César A. **Metodología de la investigación**. Bogotá: Pearson Educación, 2010.

BUCCI, Eugênio. **A Superindústria do Imaginário**: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MIRAGAYA, Ana Maria. **The Process of Inclusion of Women in the Olympic Games**. (Ph.D. Dissertation). Rio de Janeiro: PPGEF/UGF. 2006.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX**: neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

MÜLLER, Norbert; TODT, Nelson Schneider. **Pierre de Coubertin**: Olimpismo – Seleção de Textos. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015.

SAMPAIO, Juliana. Entrevista concedida a Thais May Carvalho. Rio de Janeiro, 6 jul. 2023.

SILVA, Ana Carolina Oliveira. Entrevista concedida a Thais May Carvalho. Rio de Janeiro, 7 jul. 2023.

SOUZA, Juliana; KNIJNIK, Jorge. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. In. **Revista**

brasileira de educação física e esporte, v. 21, n. 1, p. 35-48, mar. 2007.

RUBIO, Katia. Brazilian olympic women: between being and being an athlete. In: RUBIO, Katia (org.). **Women and sport in Brazil**: many roles, a single struggle. São Paulo: Laços, 2021, p. 15-28.

TEIXEIRA, Thiago. Entrevista concedida a Thais May Carvalho. Rio de Janeiro, 6 jul. 2023.

CAPÍTULO 9

Representações sobre gravidez e maternidade de Isabel Salgado na mídia brasileira dos anos 1980

Raquel Simas¹

A carioca Maria Isabel Barroso Salgado, considerada uma das maiores atletas esportivas do país, eleita musa do esporte e dona de potentes cortadas, faleceu em novembro de 2022 aos 62 anos. Isabel do vôlei, como era conhecida, foi a primeira atleta mulher da modalidade a jogar internacionalmente, atuou como técnica nas quadras quando poucas mulheres exercem ainda a função e se posicionou politicamente sobre muitas questões, fossem eleições presidenciais, alimentação, racismo ou democracia no esporte. Seu pioneirismo repercutiu principalmente por ter conciliado a maternidade com uma profícua carreira e por ter permanecido em quadra mesmo durante as gestações. Isabel era mãe de cinco filhos, quatro gestados entre 1978 e 1987, no auge de sua atuação no vôlei de quadra e no momento em que esse transitava de um esporte amador para uma prática profissional. Filha de pais intelectuais de classe média e irmã de outras três mulheres, a atleta foi mencionada e protagonizou reportagens desde os anos 1970, tanto na mídia esportiva quanto em outros segmentos do jornalismo.

O objetivo desse artigo consiste em analisar os discursos da mídia nos anos de 1980 sobre gravidez e maternidade da Isabel, considerando o campo de possibilidades na prática esportiva de mulheres no período e a conciliação entre o projeto de maternidade e de carreira no esporte que orienta até os dias atuais um ativismo de mulheres em busca de direitos e permanência nesse mercado de

¹ Doutoranda em Antropologia, Mestre em Antropologia, Especialização em Ensino de História e Ciências Sociais e graduada em Ciências Sociais e Direito, professora de Sociologia do Colégio Pedro II. E-mail: raquelsimas@id.uff.br

 <https://orcid.org/0009-0001-4315-2587>

trabalho. A pesquisa faz parte de um projeto de doutorado que investiga os sentidos da gravidez e da maternidade para esportistas de alto rendimento cuja metodologia parte de entrevistas semiestruturadas com atletas e ex-atletas habitantes do Rio de Janeiro. Para esse texto, importou verificar os discursos da mídia sobre gravidez e maternidade de uma atleta do vôlei, pensando que sua biografia informa sobre outras atletas também e a estrutura na qual se desenvolvem os projetos individuais da jogadora. Cabe frisar que a pesquisa realizada nos arquivos de três veículos de comunicação parte da consideração de que as matérias de jornais são produções discursivas que constroem narrativas por meio de escolhas seletivas baseadas em fatores diversos. Inclusive, foi interessante notar que algumas explicações sobre gravidez dadas por Isabel mudaram no decorrer das décadas e divergiram também na abordagem dos jornalistas.

Os arquivos consultados se encontram na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional que digitalizou os impressos dos três veículos de comunicação pesquisados: o Jornal do Brasil, o Jornal dos Sports e a revista Manchete. As seguintes expressões constituíram o mecanismo de busca nos periódicos nos anos de 1980 a 1989: “Isabel Salgado”, “Isabel do vôlei”, “gravidez de Isabel”, “Isabel grávida”, “Isabel Barroso”, “parto da Isabel” e “Isabel cortadora”. Após uma seleção para excluir os arquivos em duplicidade e aqueles que não diziam respeito à jogadora, analisei mais de 90 ocorrências, a maioria na sessão de esportes, algumas citações breves sobre a composição de equipes e algumas entrevistas e matérias maiores, poucas dessas com assinatura de autoria.

1. O CONTEXTO DOS ANOS 1980: FEMINISMO E ESPORTES

Muito se menciona a dificuldade das mulheres em conciliar a maternidade com o trabalho fora de casa, ainda mais nos idos dos anos 1980 quando a população de mulheres empregadas estava por volta dos

30% do total de mulheres, segundo dados do IBGE, com menos direitos trabalhistas e mais fragilidades nos empregos. Atualmente, a taxa de participação das mulheres aumentou significativamente, foi para 52% em 2022, enquanto a dos homens é maior que 70%. Destarte, as atletas de diferentes modalidades alertam para a falta de incentivos para a continuidade na carreira esportiva de atletas mães e o impacto no projeto de maternidade enquanto profissionais do esporte. “Por que não podemos ter tudo?”. É uma frase de militantes feministas que há muito tempo questiona os obstáculos existentes para as mulheres em ter uma família e progredir numa carreira concomitantemente, algo que não constitui um problema para a maioria dos homens (Toste e Sorj, 2021).

Nesse cenário, o exemplo da Isabel Salgado é apropriado como alguém que venceu os entraves impostos pelo campo e conseguiu ter projeção no esporte ao mesmo tempo em que gestava e cuidava de quatro crianças. Ela se tornou profissional do vôlei, viajou com a Seleção, morou no exterior, casou e se divorciou algumas vezes, levou a primeira filha para a quadra com alguma frequência, lutou por melhores condições no esporte, foi punida por ser considerada indisciplinada e ainda questionou ordens médicas ampliando a noção de saúde para o corpo grávido. Isabel teve uma trajetória individual cuja memória sobre esta vem sendo associada à pioneirismo e excelência, mas é importante conectar sua biografia com um quadro sócio-histórico que tornou possível a expressão das particularidades da carioca. Assim, a biografia dela se articula com o contexto mais geral da sociedade brasileira em algumas dimensões que serão tratadas nessa sessão, como a movimentação feminista no país e os seus desdobramentos culturais, no mundo do trabalho e sobre a maternidade.

Nessa seara, os esportes, outrora proibidos legalmente às mulheres para não causar prejuízos ao sistema reprodutivo, sofreram uma popularização na segunda metade do século XX, expansão que se deu, segundo Maria Schwengber (2012), por uma cultura do movimento físico sustentada pela ciência e pela tecnologia e pela atuação das feministas que buscaram ampliar as experimentações corporais e combater as desigualdades em muitos campos de atuação profissional.

Messner (2007) pontuou o crescimento da participação de mulheres nos EUA a partir de 1970, importando frisar que as desigualdades entre os gêneros seguem firmes, não foram superadas. Mas, dentro das constrações decorrentes de um contexto mais geral que afeta o país do Norte e o latino-americano, é mister refletir também sobre a história dos diferentes esportes e pensar sobre os recortes que atravessam a biografia da Isabel, uma atleta do vôlei.

No material da mídia da década de 1980, não há menções ao feminismo vinculado a Isabel e nem a jogadora levantou essa bandeira naquele momento. Contudo, nos perfis e reportagens da época, a atacante indicou que muito da sua indignação e falas contundentes recebiam acolhida no ambiente da sua casa, composto por suas irmãs e pais. Filha de uma professora e um servidor público liberais, neta de uma jornalista divorciada e de um boêmio amigo de Manuel Bandeira, ela idolatrava Leila Diniz, frequentava a praia de Ipanema e os cinemas e teatros com sua turma de amigos. O movimento feminista contemporâneo a partir da década de 1960, considerado como a 2ª onda², mesmo não tendo grifo nas falas de Isabel, influenciou as suas narrativas e o modo como se manifestou. Numa entrevista, em 1984, ao ser indagada sobre como educar as crianças e a sua rotina de viagens com a seleção, a atleta respondeu:

É claro que sinto saudades delas [das filhas]. Mas não me sinto culpada quando tenho que ficar longe porque preciso jogar, sinto falta de jogar. Acho, então, que é melhor para elas ter uma mãe feliz que uma pessoa frustrada. Acho que a pessoa pode ser uma dona de casa genial se ela realmente gostar disso. Eu não tenho talento para cozinha, sou desorganizada. O que eu não acho legal

² Uma das classificações sobre a história do feminismo compara os momentos de organização das mulheres com ondas, em que há um crescimento no volume das manifestações em direção à conquista de direitos para refluir e novamente começar uma nova movimentação. Por esta perspectiva, a segunda onda de feminismo se desenvolve entre os anos 1960 e 1980 tendo como principais reivindicações: a liberdade sexual, o controle da própria fertilidade, o combate à violência de gênero e a busca pela ampliação do mercado de trabalho e direitos trabalhistas para as mulheres.

é a pessoa se cortar por causa dos outros. Essa é a diferença entre a minha geração e a da minha mãe. Ela sacrificou muita coisa para cuidar da gente. Mas isso foi em outra época, quando uma mulher que trabalhasse fora ficava malvista (Manchete, 1984).

A partir da década de 1970, o feminismo se consolidou no Brasil com uma mobilização que aglutinava diferentes mulheres contra o regime repressivo e por outras pautas como o combate à violência doméstica contra as mulheres, a reivindicação de direitos trabalhistas para elas e a garantia de direitos sexuais e reprodutivos, alavancada pelo advento da pílula e a possibilidade de planejamento familiar. De acordo com Sarti (2004),

A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso em um país que se modernizava gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Esse processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal (Sarti, 2004, s.p.).

Lucila Scavone (2004), uma autora cuja pesquisa auxilia na compreensão da relação entre maternidade e feminismos, indica que consiste num fenômeno recente a possibilidade de escolha da maternidade, principal pilar na popularização dos direitos reprodutivos nos anos 1980 e 1990. A redução da prole da população brasileira, uma maior facilidade e disponibilidade de métodos anticoncepcionais e um aumento da ocupação profissional das mulheres indicam algumas transformações advindas da militância feminista no que tange ao deslocamento da maternidade do ser mulher. A escolha de não ser mãe passou a ser considerada como uma possibilidade mais plausível e consolidada. Rezende (2020) verifica que para uma geração mais nova

do que a da Isabel, membros da camada média e moradoras do Rio de Janeiro, a gestação e o parto ganham evidência por conta dos sentidos de vivenciar a maternidade como uma escolha. Para esse grupo, as narrativas sobre o parto encadeiam as trajetórias conjugais e profissionais em referência e coerentemente no sentido da maternidade. Em contraposição, as mulheres que estavam com 60/70 anos no momento da entrevista, contemporâneas da Isabel, não destacaram o parto como rito de passagem nas gestações não planejadas. Paulatinamente até os dias atuais, maternidade e carreira passaram a ter igual importância no discurso de algumas mulheres de camadas médias (Rezende, 2019) que consideram a maternidade como um projeto de vida e não como um destino incontestável.

Apesar de não ter sido mencionada a palavra feminismo ou afins em nenhuma das matérias com a Isabel Salgado da década de 1980, a discussão sobre a gravidez e a maternidade da atleta figuraram com destaque. Em 1980, mãe da Pilar aos 17 anos no ano anterior, a jogadora informou que a gravidez fora planejada, uma narrativa contradita em entrevista para a *Revista Trip*³ em 2016 em que revelou que os filhos biológicos nasceram de gestações acidentais. Menos do que identificar qual é a declaração verdadeira, importa pensar que as narrativas vão sendo expressas em diálogo com seus contextos. Em 1982, na sua segunda gravidez, deu a seguinte declaração para a revista *Manchete*, edição 1600: “Não encaro a gravidez como uma coisa mirabolante tipo ‘Oh, vou ser mãe!’ Acho que é um estado normal que está na gente e deve ser transado sem mistérios.”. Sua fala serviu de contraponto para o posicionamento de que a gravidez seria um momento especial na vida da mulher. Nessa mesma reportagem intitulada “Liberdade para as grávidas – mulheres famosas dão exemplo de como a gravidez pode ser uma época feliz e cheia de realizações”, atrizes contaram que precisaram romper contratos trabalhistas ao descobrir a gravidez e a autoridade de um médico corroborou a máxima de que “a gravidez não

³ <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/entrevista-com-isabel-salgado-ex-jogadora-de-volei-e-parte-da-primeira-selecao-brasileira-feminina>

é uma doença”. Essa abordagem expõe que cabia mais garantir acesso ao mercado de trabalho e ao espaço público para as grávidas do que encarar a maternidade como um projeto que poderia ou não ser escolhido pelas mulheres, com planejamento anterior. Os sentidos sobre a gravidez, como período especial ou algo corriqueiro, estavam sendo disputados nas falas das entrevistadas.

Numa entrevista posterior ao período verificado, em 1995, Isabel fala sobre as dificuldades das desportistas com a maternidade, tema da matéria “Mulheres – elas não abdicam do direito de ter uma família nem da vontade de vencer no esporte”, em suas palavras: “Não existe regra. O mundo é complicado para todos. Como a atleta está mais exposta à mídia, pinta um certo folclore, mas não há grandes diferenças. Se eu ficasse pensando muito no melhor momento para tê-los [os filhos], o momento não chegaria nunca.”

Num espaço para colaboradores no Jornal do Brasil, com o título “Mãe também pensa”, a jornalista Aquino (1987, p. 55) argumentou:

Seria preciso apenas que a sociedade fosse menos machista e todos se convencessem de que a maternidade desejada é um barato e não torna uma mulher menos interessante como insinua maldosamente a publicidade. Ao contrário, enriquece demais a vida da gente, taí a Isabel do vôlei na sua quarta produção de três casamentos diferentes, sempre com a maior energia, sem parar de trabalhar, atleta 24 horas por dia.

Na década de 1980, não era tão recente a visão da mãe moderna que se dedicava à família com conhecimento aprofundado sobre criação de filhos, buscando posicionamentos na esfera pública e entrada em campos acadêmicos e profissionais. Maria Martha Freire (2008) verificou que, já nas primeiras décadas do século XX, as revistas femininas brasileiras divulgavam um novo ideal de maternidade afastado da domesticidade anterior pela defesa, via discurso científico, de um papel ativo das mulheres neste processo. Mesmo que as mães continuassem sendo responsabilizadas por todos os cuidados com as crianças e se mantivesse uma concepção essencialista sobre a função

materna, a partir desse período e com o apoio de muitas feministas, a ideia de modernidade impactou a maternidade vista como uma função social que, por sua complexidade, merecia um aporte científico.

Também Schwengber (2012) analisou como a mídia, no caso específico da sua pesquisa na Revista Pais & Filhos, contribuiu no processo de politização do feminino da maternidade que inclui a constituição do corpo grávido. O exame das edições da revista de 1968 a 2004 fizeram a pesquisadora concluir que a educação dos corpos grávidos e do ser mãe se intensificou por meio das práticas corporais aliadas a uma nova representação da mulher-mãe: forte, com iniciativa, ágil e capaz de enfrentar os desafios. A jogadora Isabel, inclusive, estampou as páginas da revista na década de 1980 como exemplo de comportamento ágil e forte, estando nas quadras mesmo grávida, assim como outras atletas de esportes, anteriormente inacessíveis para as mulheres tal qual o boxe, ilustraram matérias com conteúdo referente a este ideal comportamental para elas.

O antropólogo Duarte (1994) aferiu que a inserção da mulher no mercado de trabalho, o revigoramento da penetração de uma ideologia individualizante e as lutas feministas contribuíram para que a noção de indivíduo fosse ampliada para as mulheres, alterando a divisão sexual do trabalho que as mantinha confinadas no espaço doméstico. Sobre o projeto individualizante e a interação das diferenças na vida social (Velho, 2003), uma fala da Isabel no *Jornal dos Sports* ilustra esse ponto: “Não quero só ser jogadora de vôlei, como não sou mãe da minha filha, não sou só mulher do meu marido. Voleibol é o maior barato, mas existem outras atividades que me agradam e eu não estou aí para ser uma coisa só” (Borges, 1982).

Ao tratar a maternidade como uma escolha, como um projeto de vida dentro de uma lógica individualista em que as mulheres são pensadas como sujeitos que podem escolher dentro de um campo de possibilidades, o conceito de agência representa um caminho analítico para verificar os discursos sobre a gravidez e a maternidade. Aqui importa frisar que cabe menos uma discussão de ação consciente como a narrativa da maternidade desejada do que a viabilidade da realização

de uma maternidade que vai depender do jogo de interações com outras dinâmicas do campo de possibilidades. A construção cultural da agência pode ser entendida “como uma espécie de empoderamento e como a base que permite que se persigam ‘projetos’ dentro de um mundo de dominação e de desigualdade” (Ortner, 2007, p. 37). A agência significa a capacidade que alguém tem de atuar no mundo associada às intenções deste agente e às limitações do meio.

Em alguns contextos, a recusa da maternidade pode ser considerada subversiva, em outros contextos lutar para engravidar e para maternar representam uma resistência às limitações que o contexto impõe (como no esporte), mas a escolha pela opção que se apresente como mais frequente e viável para as mulheres também é compreendida através da agência. Cabe ressaltar que a noção de agência para Mahmood (2006, p. 123) não é pensada “como um sinônimo de resistência em relações de dominação, mas sim como uma capacidade para a ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas”.

Como projetos de vida, as narrativas das mulheres que escolheram a maternidade e obtiveram êxito neste projeto destacam a agência destas, porém, não se pode desconsiderar os atravessamentos por relações de poder (Ortner, 2007), como por exemplo os embates com os empregadores e familiares sobre as decisões com relação à gestação e à criação das crianças. As escolhas acontecem dentro de uma estrutura generificada.

Pensando num momento mais contemporâneo, em que as atletas do vôlei continuam em quadra durante o auge do seu período reprodutivo até o fim dos 30 anos, as manifestações delas indicam a dificuldade de serem mães e a limitação dessa possibilidade para muitas que estão investindo nas suas carreiras. Na década de 1980, a prioridade de muitas atletas não era o esporte e as idades de atuação no vôlei eram mais baixas, se comparadas às de hoje. A seleção feminina de vôlei de 1982, por exemplo, contava com atletas de 17 a 28 anos, sendo que duas das oito atletas cujo perfil foi retratado no jornal tinham filho; Isabel e Vera Mossa (As brasileiras [...], 1982). Na seleção que disputou a

última edição dos Jogos Olímpicos em 2021, apenas duas das doze representantes do time eram mães, Camila Brait e Tandara.

Romariz e Mourão (2006) ouviram depoimentos de atletas do vôlei na década de 1980 e verificaram que alguns pais proibiam suas filhas de participar da prática esportiva ou havia dificuldade de conciliar o esporte com o trabalho fora de casa e o doméstico. Além das questões materiais que impediam o prosseguimento na carreira de atletas, é mister reconhecer que jogar um esporte profissionalmente por muito tempo não foi uma opção para as mulheres da mesma forma que para os homens. E vale salientar que o vôlei, até o início dos anos 1980, era um esporte amador em que não havia recebimento de proventos. No início desta década, a transferência de Isabel Salgado para um time da Itália ocorreu porque não “conseguiu meios para se manter jogando voleibol no Brasil” (Bentes, 1980). Sua sugestão para evitar o êxodo de atletas seria investir nos patrocínios, uma vez que o esporte, mesmo sendo amador, contava com um público e se tornava o segundo na predileção das massas, atrás do futebol apenas. A atleta, inclusive, foi mencionada pelo seu papel na disseminação do esporte: “Carismática, mãe de Pilar de seu primeiro casamento, Isabel colaborou muito para o sucesso do vôlei na temporada que registrou recordes consecutivos de público e renda para o esporte amador do país” (Eis os [...], 1983, p. 25).

Não era incomum verificar nas matérias da década de 1980 as “baixas” de atletas vinculadas à seleção por motivos diversos, a destacar: gravidez ou filhos, estudos e acompanhar o marido, mais até do que contusões e problemas de saúde:

(...) jogadoras não puderam participar das atividades – casos das contundidas, de Regina Vilela, que deu à luz e de Isabel, grávida de nove meses. (Jornal do Brasil, 1983, 1º/05/1983)

Com a dispensa de Isabel (grávida de dois meses), de Dulce (por causa dos estudos), o clima que envolve a seleção brasileira é pouco animador. Vera Mossa conseguiu resolver seu problema com o filho, que ficará

com ela no Floresta, aos cuidados de uma babá e com transporte para o colégio e para o tratamento de fisioterapia, necessário por causa de um problema de nascença. (Nuzman ..., 1985)

(...) baixas na Seleção Feminina de Vôlei: Isabel (grávida), Jaqueline (cortada por indisciplina), Dulce (por causa da faculdade), Sandra (para acompanhar o marido, que está doente) e Vera Mossa (por problemas com o filho). (Jornal do Brasil, 1985, 31/08/85)

Só a cortadora Isabel, grávida, não disputará o Brasileiro. Mesmo grávida, Vera Mossa vem se dedicando aos treinos. (Jornal do Brasil, 1986, 8/01/86)

Além desses casos, os considerados atos de indisciplina também foram conteúdo de algumas publicações que envolveram a Isabel e sua colega desde os tempos da escola, a levantadora Jaqueline Silva. Nesse ponto, o ativismo da Jaqueline na reivindicação dos direitos para as jogadoras do vôlei e sua solidariedade em se desligar da equipe no primeiro corte por indisciplina sofrido pela Isabel, ficaram registrados em algumas reportagens. Na matéria “Nuzman ameaça cortar Jaqueline da seleção”, a jogadora disse:

No início do ano fiquei desempregada e pedi uma ajuda de custo da CBV [Confederação Brasileira de Vôlei]. Não me deram. Por que agora eu tenho de servi-los sem ganhar nada em troca? Nisso tudo o que fica claro é que o atleta é ninguém. O grupo tá aí treinando, nada mudou e nem vai mudar se não lutarmos. O que pode acontecer é eles me cortarem e daí a algum tempo passarem a pagar propaganda. Quer dizer: todo mundo se dá bem em cima de uma luta minha. Não quero levantar bandeira. Quero apenas fazer a minha revolução (Nuzman [...], 1985).

Dulce Thompson, em matéria estampada por ela, Vera Mossa e Isabel em 1985, apresentou a sua desilusão com o esporte por conta da punição que recebeu. Ela trocou a seleção pelo curso de fisioterapia e disse as razões de seu desencanto:

Passei toda a minha vida pensando no vôlei e foi justamente onde tive minha maior desilusão. Tive alegrias, mas o corte da seleção que foi à Olimpíada de Los Angeles, por causa da indisciplina que não cometi (foi acusada de mau comportamento pelo presidente da confederação, Carlos Nuzman, e pelo técnico Ênio Figueiredo), me fez rever minhas ideias e decidir não ser mais uma máquina de competir e treinar. (Jornal do Brasil, 24/11/1985)

Sobre os cortes por indisciplina, Isabel protagonizou algumas matérias tratando de sua saída e o possível retorno ou não às quadras, dependendo do aval dos dirigentes sobre o seu comportamento. A maioria destas matérias traziam a filha Pilar no texto ou em fotos junto à jogadora. Prestes a voltar a jogar pela seleção, a matéria dizia: “Leonina, mãe de uma filha, Pilar, de 4 anos, Isabel passou a ser a capitã do time [Flamengo] na Copa do Brasil. E não nega que isso mudou o seu comportamento” (Isabel, a atração [...], 1982, 1º/05/82). Com o regresso em 1982, uma matéria do Jornal do Brasil exaltou o desempenho da jogadora exemplificado por uma fala do Carlos Nuzman, presidente da CBV do período: “Ela é a melhor jogadora de vôlei que o Brasil já teve na sua história.” Destaca-se nessa reportagem a legenda da foto dela com a filha: “Isabel ficou afastada dois anos para cuidar de Pilar”, o que contradiz o conteúdo do próprio texto sobre o motivo de seu afastamento que indicava o corte por motivos disciplinares: “Dois anos de afastamento **involuntário** da Seleção Brasileira, vivendo o segundo casamento e tendo uma filha de 3 anos, Pilar, do primeiro casamento para cuidar, a carioca Maria Isabel Barroso Salgado deu a volta por cima.” (grifo meu). A fala de Isabel na reportagem revelou, além de considerações sobre a punição, as limitações impostas pelo vôlei, tanto para a vida privada quanto a ter outras ocupações, que ela percebeu no momento em que não jogou pela seleção:

Perdi muito tempo nessa brincadeira de cortes, com esta imagem de indisciplinada, de maluca, disso e daquilo. Agora quero recuperar o tempo perdido. Pra mim, ficar

de fora foi prejudicial, como o foi pra própria seleção. E agora não quero mais ficar em cima do muro: se não faço mais nada por causa do vôlei, então eu tenho que jogar vôlei demais, me dedicar ao máximo, ser ambiciosa e tentar chegar a uma Olimpíada, a um Mundial, jogando aquilo que eu sei que pode ser o meu máximo.

Na mesma reportagem que trouxe a inquietação da Dulce e seus motivos para deixar a seleção de vôlei, cujo título é “Longe da Seleção, mais perto da paz”, a introdução argumenta que as três atletas (além da Dulce, Vera e Isabel) estavam plenas e satisfeitas de não estarem na seleção, com “a clausura de meses e meses de treinamento ininterrupto”. Elas se sentiriam livres reencontrando “a paz de sua vida privada, a tranquilidade da rotina familiar, a liberdade de ir e vir sem dar satisfações a técnicos e dirigentes”. As imagens de Isabel, com sua filha Pilar e fazendo uma manchete na quadra, contavam com a seguinte legenda: “Mais do que nunca, Isabel prefere ficar em casa curtindo a alegria de sua filha Pilar”. Isabel, grávida de 3 meses do terceiro filho, mantinha-se treinando no clube e convivia muito bem com o afastamento temporário, entendendo ser o momento de curtir a gestação. Segundo ela: “É o meu momento e tenho que vivê-lo assim. Amanhã ou depois, pode ser que mude. Mas este é o barato do agora.” Declaração semelhante fez em outra publicação de 1982, dizendo que o sucesso dela naquele momento não era ser musa do vôlei, algo que ela não cultuava, mas em estar grávida. Já Vera Mossa aproveitou o espaço na mídia para questionar a organização do vôlei:

- O vôlei agora é uma profissão que eu amo e exerço com atenção e respeito. Só que não é o mais importante, para mim, meu filho vale mais.

Foi por causa do filho que Vera Mossa pediu dispensa da seleção em agosto. Não que quisesse. Acha que poderia conciliar a atenção dispensada a Edinho, hoje com 4 anos, e o vôlei.

- Só que o calendário é elaborado sem consultar o atleta. Tinha um programa de tratamento do meu filho do qual eu não poderia abrir mão. Fiz uma opção. E quer saber? Valeu a pena. (Jornal do Brasil, 24/11/1985)

As representações sobre maternidade na mídia esportiva normalizavam a preponderância da família frente aos compromissos profissionais, reforçando que a valorização das mulheres ocorria pela criação de seus filhos. Esta perspectiva reforça o mito do amor materno, conforme discorreu Elizabeth Badinter (1985), caracterizado por um imperativo que defende a plenitude e a realização da feminilidade através da maternidade com amor e da dedicação integral aos filhos. A autora questiona a existência inata do amor materno e expõe a história da passagem de uma relação desinteressada entre mães e filhos até meados do século XVIII, em que muitas vezes eram estranhos um para o outro, para um maternar por meio da abnegação e sofrimento, sob pena de condenação moral dessas mães. Assim, o mito justifica que sejam preteridas as atividades laborais e recreativas da mulher, como jogar vôlei por exemplo, em detrimento do zelo e da devoção pelas crianças.

Em muitas reportagens, Isabel reforçou o desejo dela de jogar vôlei e de estar na seleção por mais tempo possível. Ela sabia que seria, em algum momento, trocada por atletas mais jovens, porém, dava o seu melhor, era competitiva e não aceitava que a limitassem pelas gravidezes. Planejava estar de volta às quadras com boa desenvoltura um mês depois e cumpria, além de jogar estando grávida, mesmo que tivesse que desafiar as prescrições médicas, como informou à revista Manchete em 1982: “Meu médico me aconselhou a não competir por razões óbvias, mas eu ainda jogo porque estou me sentindo bem. Eu acho que cada um tem consciência de até onde pode ir.” Na terceira gestação, em 1985, declarou que tinha ânimo e disposição para jogar até na hora H, concentrando-se no vôlei e na maternidade que já exercia. (Isabel [...], 1985). Em outra matéria, médicos consultados disseram que talvez não fosse prejudicial a prática de esportes de forma intensa por alguém já acostumado a isto.

É significativo que uma atleta jogasse grávida rompendo com o senso comum que perdurava de o esporte fazer mal ao corpo da mulher principalmente por afetar o seu aparelho reprodutor. Noções de saúde e doença são ressignificados com o auxílio da atuação da Isabel, na

trajetória de uma atleta que não aceitou as convenções, mas que também existia numa sociedade em que as concepções sobre esportes e mulheres mudavam com uma atuação de um movimento coletivo e de transformações nas concepções de saúde advindas da ciência.

Isabel parar a sua prática esportiva pelas gravidezes e para “cuidar da família” era bem visto naquele momento, o que convivia também com um discurso exaltando esta guerreira, com competitividade, sem suavidade, que faz as adversárias temerem, mulher potente e que se impõe, longe do ideal de maternidade vinculado à domesticidade. A atleta manifestou, em 2016⁴, incômodo por colocarem o holofote na sua barriga: “Estavam me enchendo, falando muito, me julgando e em vez de o vôlei estar na frente, a curiosidade maior era a de uma mulher grávida jogando.” Num conflito envolvendo o técnico Marco Aurélio Mota que não queria convocá-la, em 1989, ela foi categórica: “Apenas acho desnecessária e curiosa essa preocupação excessiva com a minha imagem. Principalmente com as minhas barrigas. Sem mais delongas, pare de me usar”. Mesmo não gostando em alguns momentos de sua identidade mãe e grávida estar ressaltada na imagem que faziam dela, Isabel assumia a importância de seu discurso e as repercussões disso para o esporte e para a sociedade.

Quando chegar a hora de curtir com mais tempo a casa, em Angra dos Reis, com o marido, o cineasta Rui Solberg e as filhas Pilar (10), Maria Clara (6), Pedro (3) e Carolina, de 1 ano e meio, ela irá lembrar com saudades da época em que sua geração contribuiu para o fim do preconceito contra a mulher no esporte (Esquecida [...], 1989).

A maternidade é considerada em muitos contextos como um projeto de vida que vai ser mais ou menos perseguido a depender dos sentidos atribuídos a esta que se articulam na vivência dos agentes, além dos fatores estruturais, considerando as alternativas possíveis no

⁴ <https://globoesporte.globo.com/eu-atleta/mamae-gentil/guia/ao-lado-da-filha-carol-isabel-lembra-como-foi-jogar-volei-durante-gravidez.html>

campo. Neste sentido, Velho (2003) foi uma referência para pensar na interação entre os projetos individuais com o campo de possibilidades, sem ignorar a existência de projetos incongruentes que os indivíduos possuem por conta da complexidade dos discursos e grupos a que eles estão expostos.

Compreendendo a complexidade das sociedades ocidentais, em que as atletas estão partilhando valores com grupos de tradições distintas e submetidas a diferentes concepções sobre a maternidade, os projetos de vida que estas traçam, mesmo em diálogo com sistemas de valores diferenciados e heterogêneos, são influenciados pelos campos de possibilidades em que estão inseridas (Velho, 2003). Desta forma, a ampliação do campo de possibilidades, ocorrida por uma série de mudanças no contexto do campo esportivo (a abertura para as mulheres da prática esportiva competitiva e a profissionalização do vôlei), e na sociedade como um todo possibilitou que a carreira no esporte passasse a ser vista como um projeto de vida negociado dentro da maternidade.

Cabe pontuar que as conquistas e transformações na conciliação dos projetos de maternidade e carreira sofreram e continuam a sofrer com obstáculos relacionados à divisão sexual do trabalho, somando-se a isto as representações generificadas sobre os esportes e o corpo. Tanto aspectos materiais como simbólicos limitaram e continuam a fazer a participação das mulheres nas práticas esportivas de alto rendimento. Nesse sentido, uma matéria trouxe bem a reflexão sobre a atleta ser preterida por conta de noções preconceituosas sobre corpo, maternidade e esporte:

Isabel não renova e poderá ficar sem clube

Com o contrato vencido, a jogadora Isabel da Seleção Feminina de vôlei poderá ficar sem clube. O diretor de esportes do Bradesco, Bebeto de Freitas, embora não tenha confirmado essa possibilidade, deixou transparecer que a dificuldade nas negociações que vêm sendo feitas desde o final da gravidez de Isabel, poderá tornar inviável a renovação de seu contrato.

(...) O que estaria faltando para que o clube e atleta chegassem a um acordo. A resposta, dada por Bebeto de

Freitas, é vaga; ‘Chegar a um acordo’. O que estaria dificultando as negociações? Outra vez reticente, o diretor de esportes do Bradesco afirma ‘O que está dificultando é a negociação’.

Segundo Bebeto, apesar do contrato vencido, a jogadora continua a receber o seu salário, normalmente.

Uma vez que o atraso nas negociações entre o clube e a jogadora é encarado como natural ‘—Não há pressa, não há prazo’ frisam as duas partes — , uma hipótese a ser considerada é que os dirigentes do Bradesco envolvidos na contratação de atletas, estariam esperando a primeira atuação de Isabel, em um jogo pela seleção, para verem suas condições físicas e técnicas. Afinal — embora para a jogadora isso não represente mudança alguma — ela vem de sua terceira gravidez. (Jornal dos Sports, 21/05/1986)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A morte de Isabel pegou todos de surpresa. Militante do Esporte pela Democracia e indicada para a equipe de transição do governo Lula, a ex-atleta estava sempre em movimento, rumo a novos projetos, numa trajetória inspirada, de garra e em diálogo com seu tempo. A sua atuação, vide a sua biografia, pela inclusão da mulher no esporte tem tido frutos nas manifestações de muitas atletas, as filhas de Isabel inclusive, e pensando mais institucionalmente também. Em 04 de julho de 2023, foi publicada a Lei 14.614 sancionada pelo presidente que amplia os direitos e garantias de atletas gestantes e mães de recém nascidos, assegurando o pagamento de parcelas do Bolsa Atleta por tempo maior, além de considerar o período anterior ao de licença maternidade para a classificação no processo seletivo para concessão da bolsa. A relatoria da senadora Leila, ex-jogadora de vôlei, traz argumentos favoráveis à lei indicando que a discriminação e preconceito que recaem sobre a mulher no mercado de trabalho ocorrem também no campo esportivo. No momento da promulgação da lei, ocupando a chefia do Ministério do Esportes estava a também ex-atleta saída das quadras de voleibol Ana Moser que ressaltava em suas postagens nas redes sociais a importância dada pelo governo às mulheres no esporte. No Brasil, atletas do vôlei constantemente se

posicionam sobre os impedimentos de permanecer na carreira de atleta com a maternidade, referindo-se principalmente à dificuldade de se manter no alto rendimento com a gestação e o pós-parto, diante dos calendários competitivos e de ter garantidos os proventos financeiros no período de afastamento, tamanha a precarização dos vínculos empregatícios das atletas.

O presente que temos revela que a profissionalização no vôlei está mais consolidada, junto com uma longevidade na carreira das atletas, o que impacta mais para o projeto de maternidade, pois as competições, assim como criticou Vera Mossa, continuam a não prever outros calendários, como o de uma mãe que precisa ficar com o filho doente ou de alguma atacante que deseja engravidar, assim como muitos outros empregos não o fazem.

A pesquisa em arquivo das representações sobre Maria Isabel Barroso Salgado numa amostra da mídia brasileira contribui para reflexão de como sua trajetória estava implicada num campo esportivo que abria possibilidades para a atuação de mulheres, o que não ignora as negociações e ações que partem de um agenciamento não apenas da Isabel como das atletas envolvidas. Os discursos vinculavam várias dimensões da jogadora: ser mulher, mãe, cidadã, atleta, política, algo que não envolve coerência de gramáticas. Então, se a grávida sobressaiu nas considerações dos jornalistas, segundo considerações da própria Isabel e de fato muita tinta foi gasta nessa associação, isto dialogava com os questionamentos de sua época, momento que as mulheres buscavam acessar o mercado de trabalho sendo mães, em gestações com pouco ou nenhum planejamento.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Ruth de. Mãe também pensa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 00030, 8 maio 1987. Caderno B, p.12.

AS BRASILEIRAS e seus estilos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 00142, 28 agosto 1982. Esportes, p.3.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985

BELLO, Luiz. Elas não abdicam do direito de ter uma família nem da vontade de vencer no esporte. **Manchete**, Rio de Janeiro, Edição 2276, 18 novembro 1995. p.46-47.

BENTES, Mara. Isabel sugere patrocínio como forma de evitar êxodo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 00299A, 3 fevereiro 1980. Esportes, p.27.

BORGES, Maria Celia. Isabel, a guerreira rubro-negra. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, Edição 16156, 1982.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, Ivete (org.) **Família e Sociedade Brasileira**: Desafios nos Processos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Fundação João XXIII, 1994.

EIS OS MELHORES do esporte no Brasil em 82. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 00267, 2 janeiro 1983. Esportes, p.1.

ÊNIO LIBERA a seleção de vôlei feminino. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 00023, 1º maio 1982. Esportes, p.3.

ESQUECIDA DA SELEÇÃO e estrela do Brasileiro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 00320, 26 fevereiro 1989. Esportes, p.35.

FIGUEIREDO, Claudio. Como educar os filhos. **Manchete**, Rio de Janeiro, Edição 1675, 26 de maio de 1984. P.114-117.

FRANÇA, Marcello. Liberdade para as grávidas. Mulheres famosas dão exemplo de como a gravidez pode ser uma época feliz e cheia de

realizações. **Manchete**, Rio de Janeiro, Edição 1600, 18 dezembro 1982.

FREIRE, Maria Martha de Luna. 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, v. 15, p. 153-171, 2008.

ISABEL, a atração que pode voltar à Seleção. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 00023, 1º maio 1982. Esportes, p.2.

ISABEL, a volta que consagra. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 00146, 1º setembro 1982. Esportes, p.1.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Edição 00145, 31 agosto 1985. Esportes, p.21.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Edição 00273, 8 janeiro 1986. Esportes.

LONGE DA SELEÇÃO, mais perto da paz. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 00230, 24 novembro 1985. Esportes, p.41.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. In: **Etnográfica**. v.10, n. 1, 2006, p. 121-158.

MESSNER, Michael. **Out of play**: critical essays on gender and sport, State University of New York Press, Albany, 2007.

NUZMAN AMEAÇA cortar Jacqueline da seleção. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 00135, 21 agosto 1985. Esportes, p.21.

ORTNER, Sherry. Poder e projetos: Reflexões sobre a Agência. Grossi, Miriam Pillar et alii (Orgs.). **Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas**. Blumenau, Nova Letra, 2007. REZENDE, Claudia. A dor do parto: emoção, corpo e maternidade no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, p. 261-280, 2019.

REZENDE, Claudia. Sentidos da maternidade em narrativas de parto no Rio de Janeiro. **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 10, p. 201-220, 2020.

ROMARIZ, Sandra Bellas de e MOURÃO, Ludmila. A história do voleibol contada por jogadoras de seleção brasileira no período de 1958 a 1989 In: **XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, Rio de Janeiro, 2006.

SALGADO, Isabel. Marco Aurélio, um rapaz cheio de equívocos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Edição 00006, 14 abril 1989. Esportes, p.21.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, 12(2), 35–50, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200003>

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Mãe moderna: esportiva e forte. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 32, n. 87, p. 165-176, Aug. 2012.

TOSTE, Veronica. SORJ, Bila. **Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

VELHO, Gilberto. Cultura de classe média – Reflexões sobre a noção de projeto In: **Individualismo e Cultura** - Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981. p.103-110.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas (3a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

CAPÍTULO 10

A constituição sociocultural da comunidade enxadrística de mulheres no Brasil: recorte dos eixos de análise relativos à dedicação enquanto ofício e área de atuação profissional desta população

Liziane Nathália Vicenzi¹

Jéssica dos Anjos Januário²

Taís Sandrim Julião³

Isabela Ribeiro Ferreira⁴

O esporte é um fenômeno contemporâneo heterogêneo, plural e polissêmico (Marques; 2015; Gutierrez, 2007; Marques; Gutierrez; Almeida, 2008) que atua na sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, sofre dela influência (Berger; Luckmann, 1985). O espaço relativamente autônomo constituído pelos bens e pelas disputas relativas a esta prática, por sua vez, pode ser compreendido como campo esportivo (Bourdieu, 1983). Subespaço desta esfera simbólica, a

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na área de Sociologia e História da Educação (SHE) do Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: lizivicenzi@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1578-8369>

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF) na área de concentração Educação Física e Sociedade (EFS) da Faculdade de Educação Física (FEF), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: jessica.anjos.januario@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6789-2520>

³ Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais (IREL) da Universidade de Brasília (UnB).

 <https://orcid.org/0009-0009-3365-328X>

⁴ Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR). E-mail: isaribeiroferreira22@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0003-4417-2082>

modalidade do enxadrismo compõe o que pode ser considerado como subcampo esportivo do xadrez, universo que lega determinadas estruturas do campo social do esporte, ao mesmo passo, possuindo as suas próprias (Januário, 2014, 2017; Souza; Starepravo; Marchi Júnior, 2011).

A modalidade esportiva enxadrística é um espaço de construção e identificação de papéis sociais⁵ ligados às mulheres e aos homens. Tal prática, embora considerada um esporte que envolve habilidades intelectuais – o que poderia sugerir a maior equidade de gênero entre praticantes – é majoritariamente ocupada por homens (Dourado; Trivilin, 2020). Dados da Federação Internacional de Xadrez (FIDE⁶), instituição que rege este esporte em nível mundial, registram um total de 23.179 (100%) praticantes filiados (as) em território brasileiro, sendo que 19.116 (82%) pertencem ao gênero masculino e 4.062 (18%) se remetem ao gênero feminino⁷ (Federação Internacional de Xadrez, 2023).

A partir do exposto, é possível aferir que, tal qual instituições como a família, a igreja, a escola, o esporte e o próprio Estado, também é o xadrez, uma prática que conta com uma reserva que endossa e corrobora com a iminência mais ampla de uma predominante dominação masculina (Bourdieu, 2012; Dunning, 1986). Neste ensejo, emerge a necessidade de ações afirmativas que promovam a emancipação feminina com vista ao empoderamento de mulheres naquele que é considerado o jogo dos reis (Hernandéz, 2023). Muito embora a comunidade enxadrística feminina brasileira seja um conjunto quantitativamente mensurado, a constituição de suas integrantes,

⁵ A fim de corresponder a papéis sociais, o(a) atleta se vê identificado(a) com a figura espetacular sugerida pela condição de esportista – aquele(a) capaz de realizar grandes feitos, superar recordes, performar e conquistar medalhas. Essa condição de figura espetacular se baseia em uma construção balizada pelos diferentes meios de comunicação de massa ao longo do século XX que centraliza os(as) atletas como protagonistas da competição esportiva (Rubio, 2008).

⁶ Acrônimo que, em francês, significa *Fédération Internationale des Échecs* (Federação Internacional de Xadrez, 2023).

⁷ Dados referentes ao mês de abril de 2023.

enquanto coletivo, não se faz cientificamente conhecida.

Compreender o panorama que condiz com as relações presentes entre quem dela participa pode ser capaz de subsidiar ações no sentido de fortalecimento e consolidação direcionadas a este grupo social. Ademais, tais saberes têm o potencial de proporcionar à comunidade em geral e, especialmente, à enxadrística, uma maior compreensão sobre o seu público feminino nacional. Isto posto, desponta a questão central a que se dedica o presente estudo: como se constitui, a partir de uma perspectiva de gênero do subcampo esportivo do xadrez, o panorama sociocultural da comunidade enxadrística feminina brasileira a partir dos eixos de análise relativos aos aspectos sobre dedicação enquanto ofício e área de atuação profissional desta população?

1. REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Ascensão e manutenção da carreira esportiva das mulheres no xadrez

O esporte para as mulheres é um lugar de disputas e de um “dever-fazer” (Adelman, 2006) a respeito de corpos masculinos ou femininos que ainda enfrentam representações hegemônicas na mídia, comportamentos e julgamentos. As possibilidades do esporte na vida das mulheres denotam potencial de contraponto com o ainda disciplinamento patriarcal vivido por elas (Adelman, 2006).

Conforme exposto pela autora supracitada, a partir de um estudo em outras modalidades, mas que pode ser exemplificado aqui, as mulheres atletas enfrentam demasiadas barreiras para seguirem no esporte enquanto jogadoras profissionais. As barreiras mais comuns perpassam pela conciliação da dedicação de tempo para família, baixo retorno financeiro no esporte e uma acentuada estabilidade profissional em outras atividades. Serviços domésticos em choque com horários de treinamentos esportivos e viagens distantes também indicavam a disparidade no tratamento da família na atuação e carreira das atletas. A questão principal era a dualidade da escolha entre família e vida

esportiva (Adelman, 2006).

As experiências das mulheres como atletas profissionais se configuram como desafiadoras pois precisam se incluir em estereótipos inerentemente ligados a noções hegemônicas de masculinidade (Bowes; Culvin, 2021). Neste sentido, discursos hegemônicos disseminados pelos meios de comunicação de massa interferem nas formas de disciplinar corpos (Adelman, 2006).

Cabe frisar que práticas esportivas nos países ocidentais dominam o contexto das mulheres no esporte profissional (Bowes; Culvin, 2021). Situação que também ocorre no ambiente enxadrístico, no qual as melhores jogadoras do mundo são da Europa, assim como a concentração de torneios em nível competitivo profissional (Federação Internacional de Xadrez, 2023). Considerando o campo esportivo, as taxas de participação feminina diferem em todo o mundo e são mais altas em países tradicionalmente patriarcais (Smerdon, 2023).

Atualmente, é impensável ignorar a história das mulheres no esporte (Vertinsky, 2017), bem como estudar gênero significa também o aprofundamento nas relações de poder como um elemento constitutivo das relações sociais (Scott, 1995). Tais relações de poder são atravessadas por diversos mecanismos que dificultam a ascensão e manutenção das mulheres no esporte, como o favorecimento da mídia no enfoque do desempenho masculino, barreiras para a profissionalização no esporte feminino, além do desafio das duplas-carreiras pelas mulheres, as quais buscam estratégias para conciliar formação escolar/universitária, de trabalho, demandas familiares e pessoais (Antunovic et al., 2021; Veiga da Silva, 2010).

Soma-se a isto o fato de que ao perderem com uma frequência relativamente maior do que os homens no xadrez, as mulheres vivenciam mais sentimentos e questionamentos negativos em relação às suas próprias capacidades. Isto irrompe em dificuldades no que tange à ocupação de graus mais elevados no interior deste espaço, tais como aqueles configurados pela profissionalização (Sousa; Hollard, 2023). Ainda, as mulheres tendem a cometer mais erros ao enfrentar um adversário masculino e os homens estão menos dispostos a ceder

quando enfrentam uma adversária mulher. Nestes embates, as mulheres operam com menos persistência e com uma mentalidade de prevenção mais cautelosa, sendo ambas as situações exemplos que tornam negativos os resultados das competidoras e suas carreiras no xadrez (Backus et al., 2013).

Pesquisas sobre as mulheres no xadrez brasileiro (Januário, 2017; Vicenzi, 2024), têm atestado barreiras para a continuidade nestas carreiras esportivas, como são exemplos: a) a necessidade de conciliação com o projeto (Velho, 2013) de carreira no xadrez que faça sentido para a família; b) a falta de estabilidade da profissionalização em xadrez, o que faz com que o amadorismo seja privilegiado em detrimento da prática profissional; c) a escolha por ensinar xadrez como a opção mais viável e “conciliatória” (Vicenzi, 2024); d) a menor incidência, em relação aos homens, de uma herança cultural familiar que potencialize desde o ingresso na prática até a permanência também se coloca, por fim, como uma interposição (Januário, 2017).

Bowes e Culvin (2021) apontam caminhos para pesquisas nos esportes femininos profissionais, como documentar e criticar a crescente profissionalização observada em alguns esportes femininos em todo o mundo, no sentido de destacar esse processo como distinto da profissionalização do esporte masculino. “Mais atenção deve ser dada à ambiguidade entre a crescente profissionalização e as inadequadas condições de trabalho em que operam as desportistas. Os ambientes são profissionais, embora nem sempre em condições profissionais” (Bowes; Culvin, 2021, p. 249).

1.2 Mulheres no esporte brasileiro

O protagonismo secundário da mulher é verificado em vários ambientes da sociedade, assim como no esporte. A sua inserção neste âmbito é prejudicada por projetos políticos e esportivos dominados por estruturas majoritariamente masculinas. É importante lembrar que no esporte brasileiro, assim como em outros lugares, o predomínio da lógica de dominação masculina invalidou, durante décadas, a

experiência atlética feminina neste espaço.

No princípio do século XX se iniciou no Brasil as primeiras conquistas femininas, sendo a maioria delas por meio de lutas e pressão para a inclusão de mulheres no ambiente esportivo. Para que isso ocorresse foi preciso enfrentar diversas pessoas e projetos políticos esportivos que as proibiam de serem atletas, bem como restringiam a sua participação a determinadas modalidades esportivas. Ainda hoje, vale a pena ressaltar que as conquistas para a equidade no esporte estão longe de ser consideradas ideais para as mulheres (Rubio; Veloso, 2019), como é exemplo o excerto:

Olhar para a história das mulheres atletas reforça o caráter de protagonismo por elas exercido, porém esquecido, em virtude dos projetos políticos de um esporte dominado pelos homens. Dar visibilidade aos feitos das mulheres por meio de suas próprias narrativas permite a visibilidade de uma jornada subdivulgada. Para além do entendimento de um papel de destaque superficial, o protagonismo passa a ser interpretado como um ato político, presente na dimensão social, definida ao se caracterizar como algo novo, que inaugura outro tempo. Se em primeira instância esse protagonismo atende ao devir do desejo, seus desdobramentos são essencialmente políticos, pois entendemos que a entrada das mulheres em outras esferas da sociedade são atos transgressivos, que muitas vezes emergem das sutilezas das relações humanas e se desdobram, ecoando no campo esportivo, seja entre os atletas, entre a comissão técnica, ou até mesmo entre parentes e amigos (Rubio; Veloso, 2019, p. 52).

Ainda de acordo com Rubio e Veloso (2019), a inserção feminina no esporte brasileiro segue a conquista do espaço das mulheres no cenário social. No século XIX, por exemplo, o papel social vivenciado pelas mulheres no sistema patriarcal abarcava visível discriminação, preconceito e uma ideologia do sexo frágil que proibia a exposição feminina fora de casa. Além da restrição ao esporte, o estudo também era proibido para as mulheres.

Diante da inexistência de políticas públicas para a inclusão feminina na prática esportiva, restavam esforços esparsos sustentados por famílias abastadas que compreendiam ser esta uma “atividade fundamental para o desenvolvimento pessoal das jovens” (Rubio; Veloso, 2019, p. 53). A falta das mulheres em ambientes políticos e científicos, em vista a comprovar que não eram um sexo frágil, dificultou a sua inserção no esporte, ambiente masculinizado que impedia, por sua vez, a participação plena. Por outro lado, quando presentes, eram conduzidas por uma ideologia patriarcal.

No que diz respeito ao movimento das Olimpíadas, a conquista feminina brasileira conta um pouco da luta das mulheres na sociedade e no esporte profissional do Brasil, que começou a participar das Olimpíadas em 1920. No entanto, a primeira mulher a participar foi em 1932. A nadadora Maria Lenk foi a primeira mulher brasileira e latino-americana a participar de uma edição olímpica. Filha de imigrantes alemães, praticou esporte desde a infância, incentivada pelos pais, que também foram educados dentro das “práticas corporais de movimento” (Rubio; Veloso, 2019, p. 53).

1.3 Xadrez e gênero

No ambiente enxadrístico é nítido a discrepância e desproporção entre homens e mulheres. Para explicar esta diferença, algumas justificativas se baseiam em crenças já antigas e bastante ultrapassadas sobre, por exemplo, a intelectualidade masculina ser superior do que a feminina. Tal premissa, por si própria infundada, seria responsável por subsidiar questões como a menor procura das mulheres pela prática do xadrez.

Entretanto, em entrevista concedida a Shahade, Zhu Chen – oito vezes campeã mundial de xadrez feminino – relata que há exceções e discursos de luta em relação ao atual panorama da prática entre mulheres, do qual este é um exemplo: “eu sou uma mulher que joga o jogo de um homem, então equilíbrio emoções femininas com lógicas masculinas para me tornar a jogadora mais forte possível” (Chen *apud*

Shahade, 2005, p. 11).

Entretanto, não se pode confundir a baixa participação feminina com o baixo desempenho nas partidas por elas, assumindo a falsa ideia de que as mulheres enxadristas são jogadoras fracas. A húngara Judit Polgár, por exemplo, está entre as melhores jogadoras do mundo, contrariando a errônea percepção de que não há meios de as mulheres ascenderem nesta profissão (Lima, 2008). Um ponto a se questionar, neste sentido, é em que medida nomes como o dela se fazem regra ou exceção no interior das disputas que conformam o espaço enxadrístico.

Metáforas que aludem aos obstáculos enfrentados pelas mulheres em seus percursos podem ser as de “teto de vidro” ou “labirinto de cristal”, ambas utilizadas para expressar a luta e a desigualdade das mulheres para alcançarem o auge de suas carreiras em ambientes majoritariamente masculinos. Nelas há de se apontar que, apesar de sua concretude, os obstáculos do labirinto também são transparentes como um cristal e, neste sentido, podem passar despercebidos, já que suas armadilhas são construídas na massa cultural (Lima, 2008).

Ainda sobre o exemplo de Judit Polgár, o grande campeão mundial de xadrez, no ápice de suas vitórias, o americano Bobby Fischer, sobre ela uma vez disse: “eu poderia ceder as chances de um cavaleiro para qualquer mulher jogadora e ainda vencer ela facilmente” (Fischer *apud* Shahade, 2005, p. 28). Contrariando esta fala e para a surpresa de muitas pessoas em vários anos depois, Judit Polgár quebrou o recorde dele tornando-se a mais jovem Grande Mestre (GM) de todos os tempos aos 15 anos e quatro meses.

Em retorno às pesquisas indutivas com conclusões tendenciosas estão aquelas que abordam o fato de que cada cérebro possui características exclusivas, tornando cada ser humano único. São estes os mesmos trabalhos que argumentam que alguns destes traços são mais comuns entre homens e, portanto, em mulheres seriam diferentes. Trechos como o verificado abaixo ainda parecem compor a tônica que assola as explicações de diferenças de gênero neste esporte:

Os trabalhos de história das ciências que se interessam pela questão de gênero retomam geralmente o mesmo argumento: a construção de uma “natureza” (feminina ou masculina, de raça branca ou negra) não é independente do ponto de vista dos “construtores”, quase sempre exclusivamente masculinos e frequentemente membros das classes sociais superiores (Löwy, 2000, p. 23).

Em grande parte, estudos neurocientistas discutem o uso da ciência para justificar essa visão. Estas pesquisas que se referem às diferenças de gênero contêm falhas metodológicas e interpretações equivocadas que, em conclusão, deram origem a uma área denominada de “neurosexismo”⁸, isto é, um conjunto de situações em que pesquisas neurocientistas são (mal) interpretadas para justificar estereótipos de gênero.

Nesta linha de pensamento, pode-se considerar o sexismo no ambiente enxadrístico e os estereótipos de gênero como os anteriormente abordados como equívocos para definir a mulher como uma pessoa inferior aos homens. Afinal, retomando a definição que “parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (Scott, 1995, p.72), o gênero parece ser, a isto, uma fecunda alternativa.

1.4 A desigualdade de gênero no ambiente enxadrístico

A inquietude da desigualdade das mulheres no ambiente enxadrístico é visível ao analisar os torneios de xadrez. Exemplo é que a história das competições no Brasil data da década de 1920, sendo a

⁸ Neurosexismo é um termo que aponta os perigos morais que o discurso neurocientífico abriga de dimorfismo sexual, riscos associados e extrapolação que a neurociência está fazendo dessas noções do cérebro sexuado como base para a construção do gênero no discurso público. Contendo falhas metodológicas e interpretações equivocadas, consequentemente, o perigo é que a masculinidade e a feminilidade se tornem tornam-se noções predefinidas e sistemas fechados com endosso para justificar estereótipos de gênero (Revista Planeta, 2024).

primeira disputa feminina ocorrida somente na década de 1950.

No ambiente do xadrez é perceptível uma maioria masculina entre quem o pratica, a despeito da existência de mulheres brasileiras que se destacam neste âmbito. Tal problemática encontra eco estrutural, uma vez que “as teorias do patriarcado concentraram sua atenção à subordinação das mulheres e encontraram a explicação desta insubordinação na ‘necessidade’ masculina de dominar as mulheres” (Scott, 1995, p. 77). Neste mesmo sentido, sobre o patriarcado, tem-se que:

As teóricas do patriarcado questionaram a desigualdade entre homens e mulheres de importantes maneiras, mas, para os(as) historiadores(as) as suas teorias apresentam alguns problemas. Em primeiro lugar, enquanto elas propõem uma análise interna ao sistema de gênero, elas também afirmam a primazia deste sistema em relação à organização social que considera o seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não mostram o que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades (Scott, 1995, p. 78).

Tal apontamento pode ser considerado uma abertura às atuais abordagens de interseccionalidade que relacionam eixos como gênero, classe e raça. Muito embora a primazia de um destes construtos sobre os outros deva ser um dado a ser buscado empiricamente, no caso do xadrez é importante não perder de vista de que este é um “esporte majoritariamente ocupado por homens e a presença feminina ainda aparece como elemento de tensão das representações culturalmente construídas para e sobre o feminino” (Trivilin, 2020, p. 5).

2. MÉTODO

A abordagem quanti-qualitativa de pesquisa foi utilizada a fim de se possibilitar uma perspectiva complementar e uma compreensão mais adequada dos dados, os quais se apresentam a partir de múltiplas facetas, tais como a numérica e a nominal. As categorias quantitativas

foram descritas a partir de medidas de tendência central e percentil e as qualitativas, por meio de frequência e agrupamento em eixos de análise comuns. A aplicação do questionário online foi realizada pela ferramenta Google Formulários® divulgado entre a comunidade enxadrística feminina brasileira durante o período de 07/01/2023 a 19/04/2023 por meio de eventos oficiais do calendário enxadrístico brasileiro e via canais de divulgação da Liga Brasileira de Xadrez Feminino (LBXF).

Obteve-se o número total de 401 respostas válidas, o que representa, considerando dados de abril da FIDE, uma amostra estatisticamente significativa (em um intervalo de confiança de 95%, $p < 0,05$) em relação a um universo válido de 4.062 meninas e mulheres registradas, entre ativas e inativas⁹, no Brasil (Federação Internacional de Xadrez, 2023). Os dados aqui apresentados, assim, possuem representatividade em relação à totalidade da comunidade enxadrística feminina nacional.

Para o manuscrito proposto, elegeu-se para a apresentação a dedicação enquanto ofício e área de atuação profissional desta população. O questionário proposto estabeleceu questões relativas ao nome, e-mail, data de nascimento, cidade e estado de nascimento, cidade e estado de residência atuais da jogadora, a que se dedica tendo como opções fechadas estudante e trabalho; e caso tivesse respondido “Trabalho” na resposta anterior, uma indicação para responder a profissão/área de atuação.

As demais questões circundam o interesse em saber com quem a enxadrista aprendeu a jogar xadrez com as respostas fechadas para pai, mãe, professor, professora, amigo, amiga, *internet* ou outros. O formato da prática também foi questionado com as opções de presencial, digital (*online* e aplicativos) ou ambos. A preferência entre

⁹ A Federação Internacional de Xadrez (FIDE) considera inativas jogadoras que não participaram de competições oficiais válidas para o cálculo de *rating* movimentado por ela por dois anos consecutivos. Ao participar de um torneio válido, automaticamente a jogadora passa a ser considerada ativa, independentemente dos resultados obtidos na ocasião.

o presencial ou digital (*online* e aplicativos) também foi uma pergunta, bem como a frequência de jogo digital e presencial com respostas fechadas.

Possuir *rating* FIDE foi uma das perguntas do questionário e, por fim, uma lista de enxadristas consideradas referências brasileiras e internacionais com a possibilidade de múltiplas respostas. Após o recebimento das respostas via Google Formulários®, o processo seguinte foi de categorização de todas as respostas em tabelas para visualizar as informações, organizar e eleger os pontos de análise. Os gráficos foram elaborados conforme as respostas e o agrupamento de informações das enxadristas que responderam o questionário.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Panorama da constituição sociocultural da comunidade enxadrística feminina brasileira

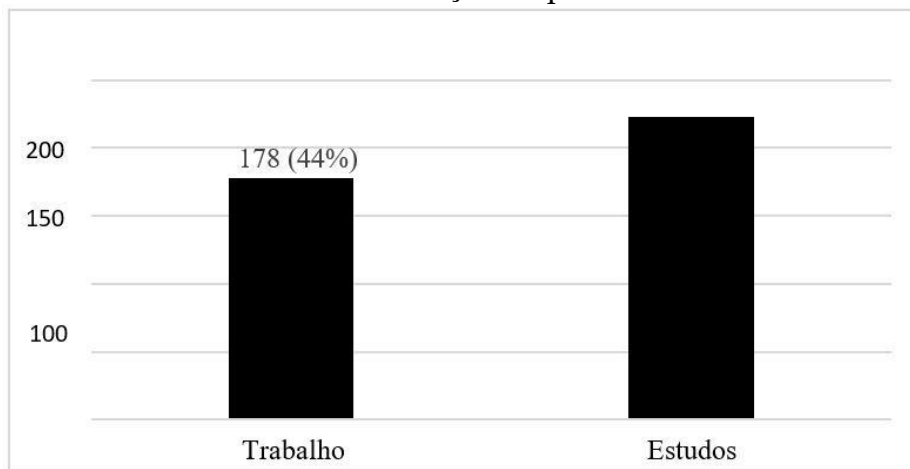
A análise dos dados originou dois principais eixos que, a seguir, são descritos e discutidos enquanto panorama da constituição sociocultural da comunidade enxadrística feminina brasileira: a) dedicação enquanto ofício e b) área de atuação profissional.

a) Dedicação enquanto ofício

A questão a que se dedicam teve, enquanto resultado, 178 (44%) de participantes que trabalham e 223 (56%) que estudam. Tal dado se relaciona com a faixa etária em que a maioria das pessoas se encontram neste estudo, a saber, 208 (52%) crianças e jovens de 7 a 23 anos (39%). Nesta fase da vida, os estudos podem se concentrar no ciclo do Ensino Básico ou, mesmo, na possibilidade de ingresso ao Ensino Superior. Pertencentes ao sistema de ensino (público ou privado), os números chamam a atenção para a necessidade de ações ou políticas que se deem nestes espaços. E, isto, de forma a promover o desenvolvimento de uma cultura da modalidade em idades tenras que se perpetue ao longo da

vida adulta, com especial ênfase a uma pedagogia orientada pela perspectiva de igualdade de gênero na prática enxadrística.

Gráfico 1 – Dedicção enquanto ofício



Fonte: elaboração das autoras

Ao considerarmos a categoria de estudos como proeminente nestes resultados, cabe destacar a incidência de publicações que abordam a dedicação simultânea do(a) atleta a outra atividade, a saber, a dupla carreira acadêmico-esportiva (Ricci; Aquino; Marques, 2022). Em recorte da América Latina entre os anos de 2000 e 2020, a pesquisa dos autores supracitados faz luz sobre a produção científica neste período e dialoga com o tema proposto por este artigo.

A análise apontou que os estudos ainda são recentes na América Latina quando comparados à Europa, mas proeminentes no Brasil em publicações e número de pesquisadores. O futebol ainda é a modalidade mais pesquisada, o que abre lacunas para que outras modalidades, portanto, sejam também analisadas. Os dados levantados no estudo apontam para a principal forma de apoio das instituições acadêmicas aos (às) atletas, quer seja, por meio de bolsas de estudos; o ambiente e a influência familiar são considerados fatores fundamentais no desempenho acadêmico e nas disposições para o investimento nos

estudos.

O (a) estudante-atleta vive, assim, tensões provocadas pela concorrência do tempo entre as carreiras. A tendência é, pois, que priorize a carreira esportiva em relação à acadêmica, sendo a responsabilidade em lidar com as demandas conciliatórias de preocupação do (a) estudante-atleta e sua família (Ricci; Aquino; Marques, 2022).

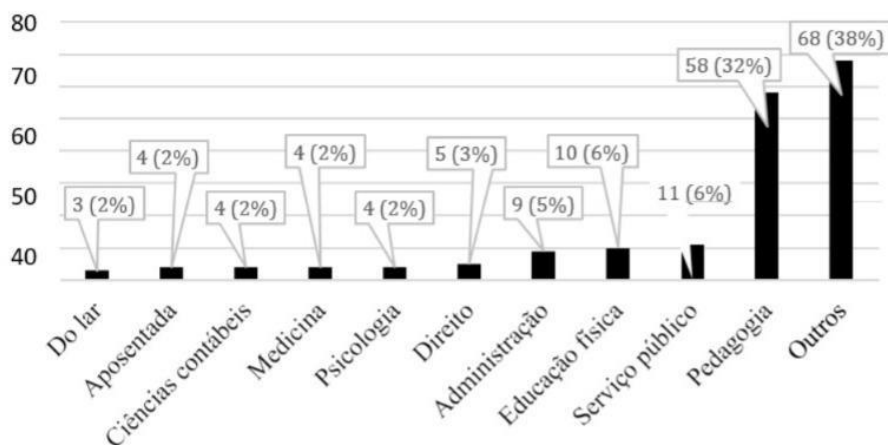
b) Área de atuação profissional

Dentre as áreas de atuação daquelas que responderam que se dedicam ao “Trabalho”, ressalta-se a grande quantidade de 58 (32%) profissionais da área de Pedagogia entre as profissões alegadas. Tal qual a figura com que se deu o primeiro aprendizado (professor), a grande maioria das respondentes ocupa este papel na vivência acadêmica das pessoas a quem estas educam.

Apesar do número significativo de professores de xadrez, distribuídos nas categorias “Educação Física” e “Pedagogia”, apenas uma das entrevistadas respondeu que a sua profissão é a de atleta profissional de xadrez. Nesta direção, muito além do xadrez profissional, o esporte como escolha profissional para as mulheres está em fase de progresso.

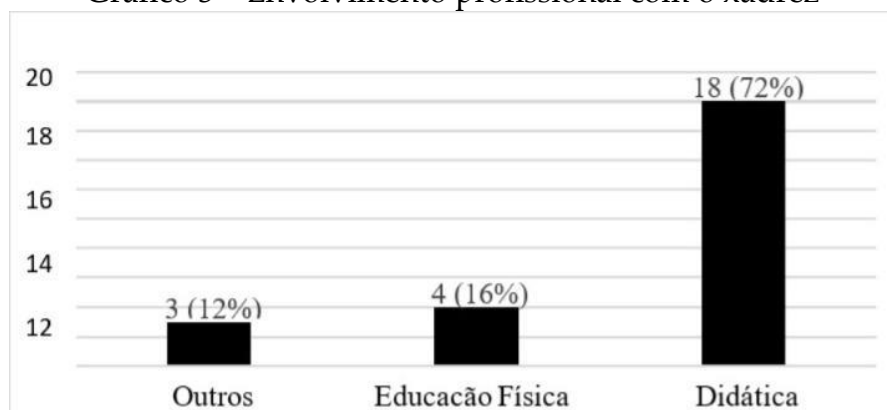
Todavia, ainda é considerado um obstáculo, distante do que seria o esporte dominante masculino (Bowes; Culvin, 2021). O conceito de profissional do esporte se remete ao postulado de que uma pessoa tem rendimento financeiro proveniente da sua prática desportiva como atleta, lhe permitindo dedicar-se a ela em tempo inteiro, sem necessidade de exercer uma segunda ocupação. Qualquer esportista que ganhe o suficiente com a participação no esporte para cobrir pelo menos as despesas, ou seja, de alguma forma um reembolso, mas não o suficiente para garantir um compromisso em tempo integral, é considerado (a) semi-profissional (Bowes; Culvin, 2021).

Gráfico 2 – Área de atuação profissional



Fonte: elaboração das autoras

Gráfico 3 – Envolvimento profissional com o xadrez



Fonte: elaboração das autoras

Profissionais de xadrez (25) dedicam-se mais à didática da prática do que possuem a formação específica na área de Educação Física. Assim, os resultados do questionário nos permitem, dentro do universo pesquisado, afirmar que não é exclusividade da Educação Física o ensino do xadrez, especialmente pelo acentuado número de pessoas que se dedicam a ensinar a prática mas que, no entanto, não

possuem nela a sua área de formação.

Isto posto, cabe a discussão sobre o(a) profissional que é responsável por ministrar as aulas: fala-se de uma formação profissional em quais contextos (alto rendimento, lazer, educacional)? Com quais sentidos (oficial ou ressignificado da prática)? Quais são as instituições que formaram tais profissionais? Como o xadrez é trabalhado em sala de aula e de que forma esta prática faz com que crianças e jovens se interessem ou não em desenvolver os conhecimentos no jogo? Qual é a perspectiva de professores de Educação Física em relação a outros(as) profissionais ensinando xadrez?

No ensejo de estudar aspectos da educação do corpo na escola (Bassani; Torri; Vaz, 2003) identificaram a presença do esporte como conteúdo central da Educação Física escolar e levantaram um questionamento sobre o lugar social da Educação Física como disciplina do conhecimento, já que é do(a) professor(a) a escolha do esporte que será praticado durante as aulas.

O ensino do esporte também atravessa os processos de disciplinamento corporal suscitados a partir da prática e do ensino esportivo escolar (Bassani; Torri; Vaz, 2003) os quais podem motivar estudos futuros sobre educação do corpo em instituições de ensino. Aspectos de competitividade também foram analisados pelos autores a partir da questão: o que vale no esporte é ou não vencer?

A partir da pesquisa, identificaram que apesar de os(as) professores(as) manterem discursos conciliatórios no sentido do esporte como disciplinador, os(as) alunos(as) aprendem o conceito de competição manifestado em seus próprios discursos como seguir uma disputa e incentivar a superação mesmo lesionados escola (Bassani; Torri; Vaz, 2003). Os limites entre jogo por lazer, diversão e o âmbito competitivo (Callois, 2017; Huizinga, 2019) podem nortear estudos futuros sobre como profissionais que trabalham com xadrez encaram o ensino da modalidade e se, e como, incentivam a competitividade ou utilizam o jogo como um conjunto de restrições voluntárias aceitas de bom grado voltado para o divertimento (Callois, 2017).

Sugere-se que futuros estudos se aprofundem nesta questão, de modo a investigar a área formativa daquelas que apontaram serem professoras de xadrez. Embora esta modalidade seja considerada um esporte, não parece ser da Educação Física¹⁰ a exclusividade acadêmica enquanto faculdade que forma docentes para esta prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal estudo buscou investigar o panorama condizente com a constituição sociocultural das integrantes da comunidade enxadrística feminina, com uma avaliação de resultados a partir do subcampo do xadrez com perspectiva de gênero. A partir de tal objetivo, demonstrou-se, em síntese, o seguinte panorama: em relação à atividade profissional, considerando que a maioria das participantes se dedica ao ensino da modalidade, faz-se relevante averiguar quais são os saberes, as metodologias, os valores e as concepções didático-pedagógicas sobre o processo de ensino e aprendizagem que vigoram na profissão.

Mesmo sendo o xadrez esporte, parece não ser exclusividade da área da Educação Física o processo formativo destas professoras, bem como há pouca dedicação no que tange ao profissionalismo da prática. Neste sentido, estudos que aprofundem sobre as possibilidades e desafios da profissionalização de mulheres no subcampo esportivo do xadrez podem contribuir para o campo social do esporte no sentido de entendimento da hipótese de que barreiras enfrentadas pelas profissionais enxadristas são similares às enfrentadas pelas demais mulheres nas diferentes práticas esportivas. E, isto, considerando o Brasil e o mundo.

Para além, a partir dos dados expostos, ressalta-se a importância de buscar condições de acesso e manutenção da participação feminina

¹⁰ No que tange à área de Educação Física, a instituição que a regulamenta, a saber, o Conselho Regional de Educação Física (CREF) exige o registro na entidade para que os(as) profissionais possam exercer a sua função (Conselho Federal De Educação Física, 2023). Tal sanção é objeto de disputas no campo, uma vez que este direito é preterido, também, por profissionais pertencentes a outros domínios.

em competições oficiais regidas pela federação internacional da modalidade. E, isto, a partir de ações diversas de promoção pensadas a partir de um olhar de gênero sobre a questão, em vista a obter um número feminino cada vez maior de jogadoras com *rating* FIDE. É pertinente que essas condições ultrapassem a premiação em dinheiro, mas também oportunizem condições de deslocamento, estadia e alimentação – alternativas que podem ser vislumbradas por organizadores dos eventos – em parceria com as federações estaduais e confederação nacional.

Por fim, aponta-se que a incitação do contato com *role models* da modalidade, à nível nacional e internacional e sobretudo a partir de figuras com grande inserção em veículos e redes sociais de engajamento na internet, pode ser um profícuo caminho para a popularização e futuro da modalidade. É a partir do vislumbre de cada vez mais vê-las jogar, arbitrar, organizar eventos, lecionar, dentre uma gama de outras atividades relacionadas à prática que gerações por vindouras podem ser capazes de sair da sombra deles (Stempién, 2020) e, este jogo, virar.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, M. Mulheres no Esporte: Corporalidades e Subjetividades. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 01, p. 11-29, 2006.

BACKUS, P. et al. Gender, competition, and performance: evidence from chess players. **Quantitative Economics**, v. 14, p. 349-380, 2023.

BAKER, J. et al. Circumstantial development and athletic excellence: the role of date of birth and birthplace. **European Journal of Sport Science**, v. 9, n. 6, p. 329-339, 2009.

BASSANI, J. J.; TORRI, D.; VAZ, A. F. Sobre a presença do esporte na escola: paradoxos e ambiguidades. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9,

n. 2, 2003.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 89-94, 1983.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **Os herdeiros:** os estudantes e a cultura. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BOWES, A; CULVIN, A. Introduction: issues and debates in the professionalisation of women's sport. In: BOWES, A; CULVIN, A. **The Professionalisation of Women's Sport (Emerald Studies in Sport and Gender)**. Emerald Publishing Limited, Bingley, p. 1-15, 2021.

BRAUN; V.; CLARKE, V. Reflecting on reflexive thematic analysis. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, Philadelphia, v. 11, n. 4, p. 589-597, 2019a.

BREZNIK, K; LAW, K. M. Y. Relative age effect in mind games: the evidence from elite chess.

Perceptual and motor skills, v. 122, n. 2, p. 583-594, 2016.

CALLOIS, R. **Os jogos e os homens:** a máscara e a vertigem. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

CATANI, A. M et al. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CHEN, A. Addressing sexism in chess: A guide to making chess more inclusive. Disponível em: <https://en.chessbase.com/post/addressing-sexism-in-chess-a-guide-to-making-chess-more-inclusive>. Acesso em: 21 abr. 2023.

CHESS-RESULTS. Disponível em: <https://chess-results.com/tnr671469.aspx?lan=1>. Acesso em: 20 abr. 2023a.

CHESS-RESULTS. Disponível em <https://chess-results.com/tnr664306.aspx?lan=10&zeilen=99999>. Acesso em: 20 abr. 2023b.

CONSELHO DA EUROPA. Sexismo: repare nele. Fale dele. Acabe com ele. In: Human Rights Channel. Disponível em: <https://human-rights-channel.coe.int/stop-sexism-pt.html>. Acesso em: 7 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/conteudo/471>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2023.

DOURADO, S. P. C.; TRIVILIN, M. I. Esporte e sociedade: o gênero como categoria de análise na prática do xadrez. **Ponto Urbe**, v. 27, p. 1-16, 2020.

DUNNING, E. Sport as a male preserve: notes on the social sources of masculine identity and it's transformations. **Theory, Culture &**

Society, v. 3, n. 1, 1986.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE XADREZ. Disponível em: <http://www.fide.com/>. Acesso em: 3 abr. 2023.

HERNANDÉZ, U. B. El empoderamiento de la mujer según FIDE. Chessbase. Disponível em <https://es.chessbase.com/post/el-empoderamiento-de-la-mujer-segun-fide-articulo-por-uvencio-blanco>. Acesso em: 17 jan. 2023.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/mapas_murais/densidade_populacional_2010.pdf. Acesso em 18 abr. 2023.

JANUÁRIO, J. **Trajetória esportiva de grandes mestres brasileiros**: aspectos socioculturais e pedagógicos no campo social do xadrez. 2014. 67 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Educação Física e Esporte) – Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

JANUÁRIO, J. **A herança na trajetória esportiva de Grandes Mestres brasileiros**: processos educacionais e esportivos de formação de uma elite cultural. 2017. 572 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

JANUÁRIO, J. A; MARQUES, R. F. R. Ser Grande Mestre no Brasil – a influência do contexto brasileiro no profissionalismo da carreira de alto rendimento no xadrez. **Anais do Congresso Internacional de**

Pedagogia do Esporte, Maringá, 2015a.

JANUÁRIO, J. A.; MARQUES, R. F. R. O ambiente escolar como via de transmissão heterodoxa do habitus enxadrístico no subcampo esportivo do xadrez brasileiro. **Atas da I Jornada Pierre Bourdieu e o Ensino de Ciências**, São Paulo, 2015b.

LIGA BRASILEIRA DE XADREZ FEMININO (2023). Disponível em: <https://xadrezfeminino.wordpress.com/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. de. O esporte contemporâneo e o modelo de concepção das formas de manifestação do esporte. **Revista Conexões**, v. 6, p. 42-61, 2008.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTAGNER, P. C. Novas configurações socioeconômicas do esporte contemporâneo. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 20, p. 637- 648, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2019/2/feature-sticking-points-in-stem>. Acesso em: 20 abr. 2023.

RÁDIO SENADO. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/07/22/maria-lenk-se-torna-patrona-da-natacao-brasileira>. Acesso em: 23 mar. 2024.

REVISTA PLANETA. Disponível em: <https://revistaplaneta.com.br/neurossexismo-o-cerebro-e-masculino-ou-feminino/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

RICCI, C. S.; AQUINO, R.; MARQUES, R. F. R. A dupla carreira acadêmica-esportiva na América Latina entre os anos 2000 e 2020: análise sobre a produção científica publicada em artigos. **Movimento**, v. 28, 2022.

RUBIO, K. O legado heróico do papel social do atleta. In: RODRIGUES, R. P., PINTO, L. M. M., TERRA, R., COSTA, L. P. (Org.). **Legados dos megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, v. 1, p. 217-225, 2008.

RUBIO, K; VELOSO, R. C. As mulheres no esporte brasileiro: entre os campos de enfrentamento e a jornada heroica. **Revista USP**, n. 122, p. 49-62, 2019.

RUBIO, K. **Mulheres olímpicas brasileiras**: muitos papéis, uma única luta. São Paulo: Laços, 2021. 256 p.

SHENK, D. **O jogo imortal**: o que o xadrez nos revela sobre a guerra, a arte, a ciência e o cérebro humano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

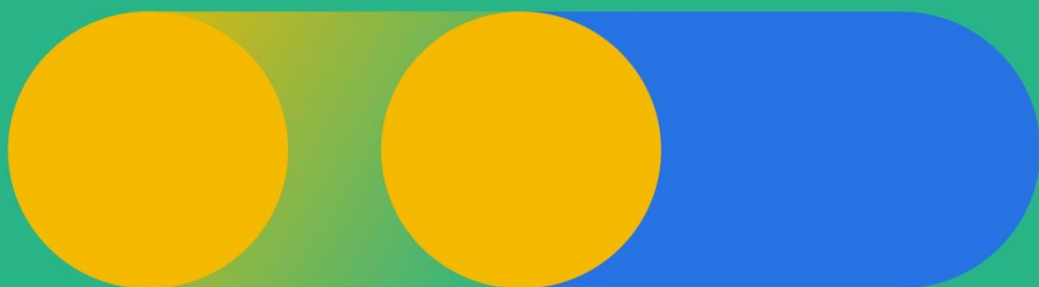
SMERDON, D., The best (and worst) countries to be a female chess player. Disponível em: <https://www.davidsmerdon.com/?p=2075>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SOUZA, J.; STAREPRAVO, F.; MARCHI JÚNIOR, W. O processo de constituição histórico- estrutural do subcampo esportivo do xadrez: uma análise sociológica. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 02, p. 93-113, abr./jun. 2011.

STAFFORD, T. Female chess players outperform expectations when playing men. **Psychological Science**, v. 29, n. 3, 2018.

STEMPIÉN, J. R. Queens in the shadow of kings - sociological notes on the historical process of women's discrimination and emancipation in chess. **Acta Universitatis Lodziensis Folia Sociologica**, v. 75, p. 65-84, 2020.

O livro **Gênero, Mídia e Esportes: o que os feminismos têm a dizer sobre as práticas, o consumo e as vivências esportivas** é uma obra que se propõe a examinar criticamente as interseções entre estas três esferas fundamentais da sociedade contemporânea. Através de uma análise multidisciplinar, o livro explora como a mídia esportiva retrata atletas, profissionais e pessoas envolvidas no ambiente esportivo, de diferentes gêneros, raças, ciclo de vida e geografias. Buscando compreender como essas representações influenciam a percepção pública e como elas impactam a equidade de gênero no esporte.



Fegcecap
Núcleo de Estudos Críticos de Feminismos,
Gênero, Consumo e Capitalismo

Kattleya
EDITORA